

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



**SENADO FEDERAL**  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

ABRIL A JUNHO 1974 — ANO XI — NÚMERO 42

# O DESENVOLVIMENTO DA CLASSE EMPRESARIAL BRASILEIRA

JOSÉ ALMEIDA

- I — Introdução
- II — Obstáculos ao desenvolvimento da capacidade empresarial no período colonial
- III — Esforços de afirmação do espírito empresarial nativo no Império
- IV — A empresa nacional na República
- V — O futuro do empresário nacional
- VI — Conclusões

## I — INTRODUÇÃO

Um dos aspectos do chamado “milagre brasileiro” que se está tornando bastante polêmico é o da participação da empresa privada.

Um grupo defende que o “milagre” resulta do crescimento contínuo da participação do Estado nas atividades econômicas e que esse crescimento foi quase inevitável porque o setor privado brasileiro ainda é relativamente pequeno e não está em condições de exercer um papel importante nas enormes necessidades de infra-estrutura do País ou nas *indústrias tecnologicamente mais sofisticadas*. Outro, afirma que o Estado, deliberadamente, criou condições em que a empresa privada não mais podia funcionar, para assim, justificar a intervenção no domínio econômico. Um terceiro, considera o “milagre” produto do comprometimento crescente do processo de acumulação com a entrada de recursos externos, aproveitando-se uma fase ascendente do comércio internacional e das transações no mercado internacional de capital. Finalmente, um quarto grupo diz que o “milagre” só foi possível porque o Estado foi o agente dinâmico, liderando a produção de um número crescente de bens. A rápida expansão do

produto nacional bruto deve ser creditada à revitalização e rápida expansão das empresas governamentais e à ação dos bancos estatais de desenvolvimento. Considerando que o governo e as empresas do governo são responsáveis por 50 a 60 por cento do investimento físico do País, esse último grupo classifica o Brasil como um modelo de Estado capitalista.

Diante dessa controvérsia, cabe responder às seguintes perguntas: **1)** a crescente participação do Estado na Economia é característica, **apenas**, da sociedade brasileira? **2)** porque somente nos anos recentes, isto é, a partir da segunda metade dos anos cinqüenta, o Estado foi levado a aumentar a sua participação nas atividades econômicas? **3)** o fato de o Estado estar exercendo um papel decisivo no desenvolvimento brasileiro significa o fracasso da iniciativa privada no Brasil?

A crescente intervenção do governo na economia não é uma característica exclusiva da economia brasileira. O mundo vem assistindo, nos últimos 20 anos, a um crescimento acelerado, em extensão e profundidade, das atividades governamentais.

Tanto isso é verdade, que vem aumentando o reconhecimento de que as decisões governamentais têm, agora, muito mais do que no passado, conseqüências tanto positivas, como negativas, sobre a atividade econômica, bem como sobre a evolução das transformações estruturais na complexa sociedade contemporânea. Em razão disso, muitos governos estão seriamente empenhados em descobrir ou aperfeiçoar novos processos de tomada de decisões nos quais se procura tornar mais explícitas as decisões governamentais, analisar cuidadosamente o maior número possível de alternativas e avaliar criteriosamente as conseqüências das ações governamentais.

A participação do Estado, de forma extensiva, na atividade econômica é um fator novo que precisa ser tomado em consideração. A complexidade da sociedade contemporânea tornou essa participação imperativa; ora para assegurar a infra-estrutura indispensável ao florescimento da atividade privada; ora para garantir a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, na medida em que desenvolvimento econômico e bem-estar social passam a constituir os principais objetivos políticos; ora para prevenir situações monopolísticas; ainda por razões de segurança nacional e, finalmente, para assegurar o equilíbrio entre o capital nacional e o capital estrangeiro.

Ainda recentemente, o Conselho Econômico do Canadá <sup>(1)</sup> chamava a atenção para o fato de que as despesas governamentais, geralmente usadas como indicador do impacto da ação do governo na economia e na sociedade, representam um indicador imperfeito e parcial das atividades governamentais. Mesmo as avaliações das despesas governamentais comumente disponíveis tendem a subestimar a importância da atividade governamental. Em certos setores, o valor das despesas realizadas não contam toda a história. Tanto existem despesas que não refletem o impacto

(1) Conselho Econômico do Canadá — "Design for Decision-Making." 8.º Relatório Anual. Ottawa, setembro de 1971.

das políticas adotadas, como outras que possuem um efeito multiplicador na medida em que atuam sobre o sistema econômico.

Acrescente-se, ainda, as relações de complementariedade entre os dispêndios do setor público e os do setor privado, Ora é o setor público quem responde às decisões do setor privado, ora são as despesas governamentais que requerem uma ação complementar do setor privado.

A conclusão do Conselho Econômico do Canadá é de que a importância da ação governamental deve estar crescendo muito mais rapidamente do que sugere a taxa de crescimento das despesas públicas. É só pensar, por exemplo, na regulamentação da atividade econômica através da política fiscal, política monetária, política de câmbio, balanço de pagamentos, bem como a ação das agências governamentais que atuam como intermediários financeiros e o crescente número de agentes governamentais exercendo atividades industriais e comerciais.

Foi exatamente em razão da crescente importância da ação governamental que aquele Conselho decidiu examinar em profundidade a formulação do processo decisório no setor governamental, preocupando-se com a evolução e a avaliação de políticas e com a formulação e implementação dessas políticas.

Quando se examina a experiência brasileira insiste-se em colocar a atuação do Estado no sentido de assegurar a infra-estrutura como uma intervenção *indébita em área do setor privado*. Argumenta-se com frequência, conforme já se disse, que o setor privado brasileiro não está em condições de exercer um papel importante nas enormes necessidades de infra-estrutura do País.

Ora, desde Adam Smith que sempre se colocou entre os deveres do Estado o de assegurar a infra-estrutura indispensável ao desenvolvimento das atividades privadas. Em a "Riqueza das Nações," Smith (2) relacionava os três deveres fundamentais do Estado:

Primeiro, proteger a sociedade da invasão e da violência de outras sociedades independentes;

Segundo, proteger a cada indivíduo das injustiças e opressões de qualquer outro membro da sociedade;

Terceiro, construir e manter serviços públicos que, muito embora sejam de grande utilidade para toda a sociedade, são, todavia, de tal natureza que não chegam a interessar aos indivíduos, individualmente ou em grupo, porque a rentabilidade não seria suficiente para recompensar o capital mobilizado.

Ao descrever essa terceira obrigação, Smith admitiu a ação direta do Estado para garantir o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. No seu entender, era obrigação do Estado investir não só para criar maio-

(2) Adam Smith — "Investigación de la Naturaleza Y Causas de la Riqueza de las Naciones." — Barcelona, Bosch Casa Editorial, 1935, Vol. III, Livro V, Capítulo I.

res facilidades para o comércio em geral, mas também para facilitar certos ramos particulares do comércio.

Smith não só recomendava a construção de estradas, pontes, canais navegáveis, portos etc., tudo o que atualmente se considera infra-estrutura social, como defendia especial proteção para o comércio e segurança para os comerciantes.

Mais recentemente, até os mais intransigentes liberais já aceitam que se faz necessária a presença do Estado em setores de produção e comércio de determinadas matérias-primas essenciais para o desenvolvimento e a segurança da Nação, como é o caso da produção de energia elétrica, petróleo, minerais de importância estratégica e onde razões de segurança nacional assim o determinem.

O desenvolvimento econômico brasileiro, não se discute, não resultou, e nem poderia resultar, do jogo espontâneo e automático das forças de mercado.

Até os anos cinqüenta, a política econômica brasileira era inconsistente, formulada sempre para solucionar problemas específicos que emergiam de um desenvolvimento espontâneo. Reflexa e dispersiva, caracterizava-se pela improvisação, não chegando, nunca, a constituir um conjunto coerente com prioridades conscientemente definidas.

O desenvolvimento econômico sempre esteve associado ao comportamento do setor externo. A dependência do exterior era absoluta. As exportações de alguns produtos primários constituíam a principal fonte geradora de renda e emprego, ao tempo em que propiciavam os recursos necessários à importação de parte substancial dos bens consumidos internamente. Até mesmo os primeiros passos na substituição de importações resultaram de reações diante das dificuldades do balanço de pagamentos e não de uma decisão consciente em favor da industrialização como mecanismo propulsor do desenvolvimento econômico. Com efeito, a substituição de importações foi espontânea até o final dos anos quarenta e estimulada entre 1949 e 1954. A partir de 1955 é que passou a ser dirigida.

Até o momento em que o processo passou a ser estimulado, a industrialização nunca foi objetivo básico da política econômica governamental. Ao contrário, a defesa dos interesses do café e a implementação de políticas de estabilização contribuíram para inibir o desenvolvimento industrial a longo prazo.

Quando, na metade da década cinqüenta, o desenvolvimento econômico passou a ser um objetivo consciente de política econômica e, para alcançá-lo, formulou-se, pela primeira vez, na história econômica nacional, uma estratégia de industrialização, sentiu-se que a empresa privada, quer nacional ou estrangeira, tinha seu desenvolvimento bloqueado, ou por problemas institucionais ou pela falta de investimentos infra-estruturais. Em alguns casos — e a produção de energia elétrica é um bom exemplo — o

volume de recursos a ser mobilizado ultrapassava as possibilidades e conveniências financeiras do setor privado.

Em virtude da extensão das necessidades de investimentos de capital social e de criação de economias externas, a política governamental orientou-se por três linhas de ação:

- 1) ação empresarial direta pelo governo através da qual o Estado procurou atender às necessidades de infra-estrutura e de algumas matérias-primas estratégicas como aço, barrilha etc;
- 2) ação sobre os preços. Através da inflação e dos mecanismos de controle dos preços e de subsídios transferiu-se renda do setor privado para o setor público para financiar a formação de capital social e do setor rural para o setor urbano para incentivar a formação de capital fixo nas empresas industriais;
- 3) ação sobre a formação de capital no setor privado. O setor privado foi estimulado com subvenções cambiais, financiamentos e avais.

O desenvolvimento econômico firmou-se, então, em um tripé: o **Estado**, a **empresa privada nacional** e a **empresa estrangeira**.

O Estado foi levado a desempenhar papéis novos e decisivos na reorientação, funcionamento, diversificação e expansão da economia do País. Além disso, em virtude da extensão das necessidades de investimentos de capital social e de criação de economias externas, o Estado tinha, necessariamente, que investir mais do que os outros dois.

Mas, como muito bem afirma Octavio Ianni, <sup>(3)</sup> "se é verdade que cresceu a participação relativa e absoluta do Estado na formação bruta de capital fixo, isto não significa que se produziu uma mudança qualitativa no sistema econômico brasileiro. Isto é, não significa que se passou do sistema baseado na empresa privada a um sistema diferente configurado no capitalismo de Estado... a crescente participação do Estado na economia brasileira correspondeu à crescente socialização dos custos de instalação e ampliação da infra-estrutura econômica e político-administrativa indispensável do funcionamento e à diversificação do setor privado, nacional e multinacional".

As críticas à estratégia de ação governamental no Brasil omitem, quase que sistematicamente, a preocupação do Estado brasileiro de criar instrumentos para dar ao setor privado melhores condições de desempenhar o seu papel.

O Estado brasileiro não se tem limitado a assegurar a infra-estrutura através de investimentos em energia, transportes, comunicações, tão pouco a atender às necessidades de petróleo ou de matérias-primas estratégicas, como o aço. Uma das razões do aumento da participação do go-

(3) Octavio Ianni — "Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930—1970)." Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971, págs. 312/13.

verno na economia tem sido a preocupação de garantir ao setor privado condições sempre melhores para desempenhar o seu papel com eficiência. Mais recentemente, deve-se acrescentar, a preocupação de criar, para os grupos nacionais, condições de competição, em pé de igualdade com as empresas estrangeiras.

É muito pouco mencionado que a estratégia de ocupação econômica do território nacional tem por base a mobilização do capital privado nacional e estrangeiro.

A pecuária passou a ser o principal instrumento da conquista econômica da Amazônia. A política governamental, entretanto, parte do reconhecimento de que somente grandes empresas, nacionais ou estrangeiras, isoladas ou consorciadas, poderão ter e manter uma consciência voltada para uma rápida mobilização de poupanças com o objetivo de aumentar a reservados, apenas, os investimentos em infra-estrutura.

Também quase nunca é mencionado, nessas interpretações da ação governamental no Brasil, o sistema de incentivos fiscais para estimular a mobilização de capitais privados para o programa de integração econômica.

Mas, os estímulos à mobilização de capitais privados não ficou restrito a esse programa. A reestruturação do mercado nacional de capitais é um exemplo ainda mais expressivo de utilização de instrumentos fiscais para uma rápida mobilização de poupanças com o objetivo de aumentar a expressividade do setor privado nacional.

O grande impulso que se verificou no mercado de ações, a partir de 1968, deveu-se, principalmente, às medidas tributárias então adotadas. Ainda em 1973, ampliou-se tais estímulos fiscais ao dar à reinversão dos dividendos o mesmo tratamento fiscal da retenção dos lucros e ao aumentar de 15% para 30% o benefício fiscal que contempla as subscrições de quotas de fundos de investimentos.

Tão pouco é mencionado que, no caso da petroquímica, é evidente uma auto-limitação da estatização. O Estado reservou para si, apenas, a produção das matérias-primas básicas, isto é, o refino do petróleo. Nas indústrias petroquímicas, a empresa privada nacional pode participar sozinha, ou em associação com empresas estrangeiras, ou ainda em associação com empresas estatais, estas em posição minoritária.

A PETROBRÁS já participa de 16 empresas da área de petróleo e petroquímica e só mantém o controle acionário de quatro: Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO), Petroquímica do Nordeste (COPENE), Nitri-flex e Petroquímica União, sendo que, nesta última, o aumento de sua participação tornou-se necessário para evitar que esse empreendimento caísse sob o controle de uma empresa multinacional.

Além disso, o BNDE é quase sempre apresentado como um instrumento de estatização quando, na verdade, a sua ação tem sido no sentido

de dar condições à empresa nacional de participar, de forma quantitativa e qualitativa no desenvolvimento industrial.

Com esse objetivo, o BNDE proporciona financiamento de capital fixo e de capital de giro, participação acionária minoritária para assegurar adequada estrutura financeira ao projeto e ainda financia a participação de sócio brasileiro em associação com estrangeiro.

Em uma política intencionalmente estatizante, não caberia um instrumento como o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial, que tem por objetivo fortalecer a empresa nacional, aumentando a sua eficiência e o seu poder de competição. O objetivo fundamental do FMRI é permitir à empresa nacional modernizar-se, operar em escala de produção adequada e fortalecer o poder de negociação dos grupos empresariais privados nacionais.

Nos últimos tempos, os responsáveis pela formulação da política econômica, não só do Brasil, mas de diversos países do mundo industrializado e em desenvolvimento, estão cada vez mais conscientes da necessidade de controlar as atividades das empresas multinacionais e de trazer para dentro dos respectivos países o poder de decisão dessas empresas para fazê-las voltar-se para os objetivos de desenvolvimento econômico e tecnológico nacionais.

No caso brasileiro, agora mesmo, para forçar as empresas estrangeiras do ramo de telecomunicação, a voltar-se para as necessidades tecnológicas do País, o governo autorizou a TELEBRÁS a participar no capital das indústrias produtoras de equipamentos de telecomunicação.

A razão dessa intervenção é que tais empresas insistem em operar com tecnologia já superada ou não ajustada às exigências do desenvolvimento econômico brasileiro.

Por razões que não cabem ser discutidas neste trabalho, o sistema de telecomunicações nacional sofreu não somente um atraso quantitativo, mas, muito especialmente, qualitativo. Um exemplo: a telefonia urbana está baseada no sistema **crossbar**, que foi adotado no Brasil há menos de 20 anos, mas que já tem mais de 50 anos no mundo.

Quando se estabeleceu a nova política de telecomunicações, fez-se imperativo não somente uma expansão quantitativa, mas um salto qualitativo. Estabeleceu-se, então, um conflito entre o interesse nacional de apoiar a expansão quantitativa na tecnologia mais recente e o das empresas estrangeiras, de somente fabricar, no Brasil, equipamento tradicional. O que o Estado está tentando é impedir a implantação, em território nacional, de um excesso de capacidade de produção de equipamento tradicional já superado, o que, certamente, comprometeria o futuro de todo o sistema nacional de telecomunicações.

Além disso, sentiu-se a necessidade de melhor fiscalizar os preços desses equipamentos, que estão muito acima dos preços internacionais; de elevar os padrões de qualidade, violentados pelo grau de proteção as-



segurado pela política de substituição de importações; de solucionar os problemas de padronização de equipamentos segundo as conveniências nacionais.

Este é um bom exemplo de intervenção governamental resultante da necessidade de impedir a importação de tecnologia de padrões superados e para integrar a empresa estrangeira nos objetivos nacionais. Não pode, portanto, ser tomado como uma evidência de intenção estatizante ou socializante.

A participação do Estado na produção siderúrgica também não deve ser considerada como de inspiração ideológica. Muito pelo contrário. Ela resultou da necessidade de manter sob controle nacional um setor tão estratégico, em razão do volume de recursos a ser mobilizado e de ser imperativo um alto nível tecnológico e de qualidade.

Tanto quanto a produção de petróleo, a siderurgia não pode ficar condicionada aos interesses de empresas multinacionais. Não resta a menor dúvida de que, em virtude do desnível entre o capital nacional e o capital estrangeiro, e tendo em vista as exigências de capital da produção siderúrgica, este setor terminaria, fatalmente, em poder de empresas multinacionais.

Mas, mesmo assim, o Estado, mais uma vez, auto-limitou-se, reservando para si, apenas, a produção de **planos**.

\* \* \*

O Estado teve e continuará tendo, ainda por algum tempo, um papel decisivo na criação de condições favoráveis ao financiamento e à expansão da atividade empresarial privada e como fator de equilíbrio em razão do desnível entre o capitalismo nacional e o capitalismo estrangeiro.

Contudo, seria forçar demasiadamente a realidade, identificar, nesse fato, uma ação deliberada para criar um Estado capitalista. A atitude do Estado diante da empresa privada não está sendo analisada como se a ação governamental fosse um instrumento, mas como se fosse um preconceito.

O que acontece é que é mais fácil tentar identificar, na crescente participação do Estado na economia brasileira, uma estratégia de desenvolvimento socialista ou configurar como "capitalismo de Estado" do que tentar avaliar o custo dos mecanismos.

Os analistas, tanto nacionais, como estrangeiros, concentram as suas preocupações em um suposto capitalismo estatal, quando o que é de mais alta importância tanto para o futuro do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, como para a avaliação de uma possível contribuição da experiência brasileira na formulação de uma estratégia geral de desenvolvimento econômico para o mundo subdesenvolvido, é localizar onde o poder político falhou na economia brasileira.

Como instrumento, a ação governamental foi correta na medida em que atuou para modificar certas condições estruturais que impediam a aceleração do desenvolvimento. Falhou, porém, quando supôs que o aumento da disponibilidade de capital seria suficiente para fazer aumentar o ritmo de crescimento da produção e, assim, atingir o desenvolvimento. Falhou, portanto, na provisão das condições básicas de saúde e de serviços de educação compatíveis com as exigências do desenvolvimento econômico. Falhou, quando, mais tarde, optou pela quantidade, e não pela qualidade no que se refere à formação de recursos humanos e, ainda mais, quando concedeu a mais alta prioridade para o ensino superior.

A estratégia de desenvolvimento industrial sustentou-se exclusivamente na mobilização de recursos de capital e na transferência de tecnologia do exterior. Nenhuma atenção foi dada às necessidades de recursos humanos. Foram completamente ignoradas as exigências associadas às transformações qualitativas induzidas pelo desenvolvimento industrial.

A ação governamental falhou, ainda mais uma vez, ao permitir que atingisse o extremo a que chegou o desnível entre o crescimento urbano-industrial e o da produção rural.

Existe, atrás desse debate, uma grande preocupação de evitar que o Brasil prossiga na estratégia de desenvolvimento capitalista em execução, onde a opção não está entre a livre-empresa e um capitalismo autocrático bismarkiano ou, ainda, o fortalecimento de uma tendência para um sistema "fascista". Está sim, entre um capitalismo dependente como o que responde pelo desenvolvimento econômico e social do Canadá ou o capitalismo nacional como o que responde pelo desenvolvimento econômico e social da Alemanha e do Japão.

Tem sido muito grande o entusiasmo com o desenvolvimento japonês, cuja experiência é freqüentemente lembrada e sugerida como modelo para o Brasil. Ao meu ver, entretanto, o Brasil lucraria muito mais estudando a experiência canadense. Seria muito mais útil evitar os erros cometidos no Canadá, do que tentar imitar a experiência japonesa.

O principal objetivo deste ensaio é responder à seguinte questão: o fato de o Estado estar exercendo um papel preeminente no desenvolvimento econômico brasileiro significa o fracasso da iniciativa privada nacional?

Os pontos fundamentais da resposta podem ser assim resumidos:

A preeminência do Estado nas atividades econômicas está diretamente relacionada com o atraso econômico. Quanto maior esse atraso, tanto maior a participação do Estado na formação de capital e na orientação empresarial. Na formação de capital, em razão da necessidade imperiosa de construir uma infra-estrutura na qual se deve apoiar o desenvolvimento das atividades privadas. Na orientação empresarial, em virtude da necessidade de maximizar o potencial de crescimento dentro dos limites socialmente desejáveis.

Mas, não é só nas sociedades em desenvolvimento que se verifica o aumento, de forma extensiva, da participação do Estado na atividade econômica. Também nas sociedades já industrializadas a conclusão é de que o progresso tecnológico, na maioria das indústrias, requer tão grande concentração de recursos financeiros e de mão-de-obra altamente qualificada que só pode ser financiado predominantemente por grandes empresas e pelo Estado. (4) O papel do Estado está ganhando maior expressão: a) em razão do crescimento das despesas públicas; b) em virtude da crescente exigência de financiamento do desenvolvimento tecnológico; c) ante a necessidade de intervir para corrigir as conseqüências desse mesmo progresso tecnológico, principalmente na determinação de preços e renda.

Além da necessidade de corrigir as conseqüências do progresso tecnológico, há ainda que considerar o fato de, em virtude da estratégia de ação das empresas multinacionais, o capital estrangeiro propender a ser substitutivo e não complementar do capital nacional. Em conseqüência, faz-se também necessário realizar um grande esforço para que a liderança do processo de desenvolvimento econômico não se desprenda do controle nacional.

Já se vai tornando pacífico o reconhecimento de que a alteração do equilíbrio de poder econômico entre o Estado e o conjunto da empresa privada é muito mais importante do que as alterações na estrutura da indústria privada. O desenvolvimento tecnológico abalou de tal forma o equilíbrio entre o poder relativo do Estado, organizações privadas e indivíduos, que se tornou imperativa uma redefinição das funções respectivas do Governo, das empresas privadas, dos trabalhadores e dos consumidores.

No caso específico do Brasil, foi a mobilização de parcela substancial das poupanças internas para o financiamento de investimento de capital social que impediu uma participação maior da empresa privada nacional no recente processo de desenvolvimento industrial.

Seria forçar demasiadamente a realidade identificar na ação do Estado no decorrer da última década uma política intencionalmente estatizante. A preocupação do Governo brasileiro tem-se orientado no sentido de criar instrumentos para dar ao setor privado melhores condições de desempenhar o seu papel e de funcionar como fator de equilíbrio em razão do des-nível entre capitalismo nacional e capitalismo estrangeiro.

Muito embora já se tenha iniciado a fase de especialização no sistema bancário brasileiro, ainda não foi possível transferir para os bancos de investimento a ação empresarial inovadora que vem sendo exercida pelo Estado. Enquanto prevalecer, nesses estabelecimentos, a mentalidade de bancos comerciais onde eles tiveram origem, não lhes será possível exercer a importante missão de instrumento mobilizador do talento empresarial genuinamente nacional.

(4) Veja-se, por exemplo, Geoffrey Denton, Murray Forsyth, Malcolm MacLennan — "Planeación Y Política Económica en la gran Bretaña, Francia y Alemania" — México, Siglo XXI Editores, 1970, especialmente o Capítulo I.

## II — OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE EMPRESARIAL NO PERÍODO COLONIAL

Uma das heranças do domínio português que mais marcaram o nosso desenvolvimento econômico foram as tradições feudais, marcadamente os preconceitos antimercantilistas. A sociedade era constituída de três classes: a nobreza, a burguesia dos mercadores e o baixo povo.

A nobreza emergiu da terra e a aristocracia da agropecuária. O comércio, as indústrias e o artesanato não eram absolutamente atividades condignas com a fidalguia e a nobreza. O seu exercício significava perda de posição e de categoria: uma decadência! A preocupação do lucro era considerada repulsiva.

Esse feudalismo agrário constituiu a base da nossa estrutura econômica, social e política e teria perdurado, pelo menos, até 1888. Somente na segunda metade do século passado é que a idéia capitalista foi penetrando entre nós. (5).

Deve-se acrescentar a essa falta de prestígio das atividades empresariais e comerciais, o fato de, até a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, a Coroa bloquear violentamente o acesso às oportunidades, que considerava “lesivas aos interesses portugueses”.

Em 5 de janeiro de 1785, era decretada a extinção e desmantelamento de todas as fábricas e manufaturas em qualquer parte onde se achassem, no território brasileiro, sob a alegação de que “constituindo a verdadeira e sólida riqueza nos frutos e produções da terra as quais somente se conseguem por meio de colonos e cultivadores e não de artistas e fabricantes”.

O verdadeiro motivo, porém, era preservar o mercado da colônia, já naquela época reconhecido como economicamente superior ao da metrópole, para a indústria e o comércio de Portugal.

A ordem foi executada com extrema severidade, depois de se mandar “com o maior disfarce, averiguar o número dos teares que se achavam aqui existentes, e as pessoas que se ocupavam naqueles tecidos e manufaturas, a fim de se poder entrar neste negócio com o mais pronto e verdadeiro conhecimento”. A ação foi rápida e fulminante em todas as províncias. As fábricas foram arrasadas, os teares e utensílios confiscados e remetidos para Lisboa sem que seus proprietários recebessem qualquer indenização.

Segundo esse levantamento, somente no Rio de Janeiro, existiam 13 teares de tecidos de ouro e prata e 11 pessoas possuíam teares de tecidos de lã, linho e algodão.

Não se conhece, ainda, o volume de produção das unidades confiscadas em cumprimento desse alvará. Mas, para preocupar tanto à Coroa, pelo alarme que provocaram em Portugal, é de calcular-se que aquele surto

(5) Oliveira Vianna — “Introdução à História Social da Economia Pré-Capitalista no Brasil.” Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1958, pág. 187.

industrial deverá ter alcançado dimensões ponderáveis, pelo menos, o suficiente para que se temesse o seu desenvolvimento. É o que se conclui da representação de Pina Manique:

“Também devo outra vez relembrar a V. Ex<sup>a</sup> quanto se faz necessário na América proibir os teares das diversas manufaturas que ali se acham estabelecidos, e cada dia vai em aumento o seu número V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem as tristes conseqüências que se podem seguir a este Reino e à fazenda de Sua Majestade se se deixarem continuar e criar raízes estes dois objetos...”.

Não foi essa a única medida contra o desenvolvimento da colônia. Uma outra extinguiu a cultura canvieira no Maranhão, onde não se devia plantar senão algodão. Outra, proibia também a cultura canvieira nas regiões auríferas, onde os canaviais foram queimados e os engenhos arrasados. Outra, os portugueses que aqui tivessem adquirido certa fortuna eram proibidos de permanecer no Brasil.

Tais restrições se estendiam ao ensino, que foi deixado aos cuidados de religiosos e, por isso mesmo, se caracterizava pelo predomínio dos fins religiosos sobre os interesses da sociedade civil.

“Mantida pelas ordens religiosas, a instrução não se orientou de fato pelos rumos das aspirações do século. As casas de ensino eram, primordialmente, casas de formação sacerdotal. Aliás não seria possível imaginar que as coisas se passassem da outra forma. A obrigação de ensinar a mocidade resultava, até então, muito mais de determinações canônicas do que de régias ordenações. Parece-nos natural, portanto, que as aulas “externas” fossem raras nos estabelecimentos religiosos que se instalaram nas terras brasileiras.” (6)

A transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro representou um acontecimento da maior importância para o nosso desenvolvimento econômico. Elevada à condição de Capital do Reino, a colônia passou a se beneficiar de todas as vantagens de uma administração altamente centralizada como era a Coroa Portuguesa.

Isso não significou, apenas, o término da sua condição de sujeição a Lisboa, mas, essencialmente, a libertação de forças que, até então, se encontravam subjugadas e comprimidas, entre as quais se destacava a capacidade empresarial.

Na sua passagem pela Bahia, D. João VI concedeu favores para o estabelecimento de uma fábrica de vidros, autorizou a organização de uma companhia de seguros, mandou construir navios, fundar fábrica de pólvora, uma fundição, abrir estradas etc. No Rio de Janeiro, autorizou a distribuição de instrumentos aos que professassem artes liberais e mecânicas e concedeu privilégios aos inventores e introdutores de novas máquinas.

(6) Sérgio Buarque de Holanda — “História Geral da Civilização Brasileira.” São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960, Vol. 2, pág. 76.

Os mais importantes, porém, foram: 1) o alvará que revogava o de 1785 que mandava fechar as fábricas aqui existentes; 2) o que declarava o exercício do comércio como uma das profissões mais úteis ao Estado; 3) o que concedia, além da isenção de direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às fábricas nacionais, isenção do imposto de exportação para os produtos manufaturados no País e utilização dos artigos nacionais no fardamento das tropas reais, a outorga de privilégios exclusivos, por 14 anos, aos inventores ou introdutores de novas máquinas e a distribuição anual de 60 mil cruzados a manufaturas que necessitassem de auxílio, particularmente as de lã, algodão, seda, ferro e aço.

Criavam-se, assim, as precondições para um grande surto industrial com o que se pretendia multiplicar a riqueza nacional, promover o crescimento demográfico e dar trabalho à crescente população urbana.

Essa primeira tentativa para industrializar o Brasil foi, porém, abortada pelo famoso Tratado de Comércio, assinado em 1810 por Portugal e a Inglaterra, pelo qual ficavam assegurados aos negociantes ingleses privilégios superiores aos que eram outorgados aos portugueses, permitindo, dessa forma, àqueles ocupar e conquistar o mercado brasileiro, para aqui enviando as mercadorias represadas pelo bloqueio napoleônico. Segundo fontes mencionadas por Roberto Simonsen, a Inglaterra enviava ao Brasil, anualmente, cerca de três milhões de libras esterlinas de produtos manufaturados. (7)

"O século XIX, sobretudo em sua primeira metade, foi, no Brasil, o século inglês por excelência". (8) Há quem estime em 200 o número de firmas inglesas existentes na Capital brasileira em 1808. O fato é que as casas comerciais inglesas dominavam o comércio de importação e de exportação do Rio de Janeiro e se espalharam por todas as cidades, especialmente, Recife e Salvador. "A verdade é que bastaria para caracterizar a situação de quase colônia do Brasil, durante grande parte da primeira metade do século XIX, em face da Grã-Bretanha, o fato de, mesmo depois de proclamada a Independência brasileira, de proclamado pelo novo Império um Código Criminal, de instituído um sistema judiciário próprio, o governo britânico ter inflexivelmente recusado a reconhecer como satisfatórios os juizes consagrados pela Constituição do Império, mantendo aqui os seus especialíssimos "juizes conservadores": um privilégio extraterritorial que só desapareceria de todo em 1844. A sombra de tais privilégios é que a economia brasileira fora imperialmente dominada pela britânica; de tal modo que em 1812 o Brasil consumia vinte e cinco por cento mais de artigos ingleses do que a Ásia inteira e mais de quatro- quintos do total absorvido pela América do Sul." (9)

As indústrias que iam surgindo eram esmagadas por uma cruel competição. A nascente indústria da construção naval, por exemplo, quase foi aniquilada pelo ato que permitia ao navio estrangeiro nacionalizar-se me-

(7) Roberto C. Simonsen — "História Econômica do Brasil." São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, pág. 397.

(8) Sérgio Buarque de Holanda — Op. cit., Vol. 3, pág. 65.

(9) Gilberto Freyre — "Ingleses no Brasil." Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1948, pág. 177.

diante o pagamento de 15 por cento do seu valor! Um país todo coberto de floresta, até madeira (pinho) era obrigado a comprar dos ingleses!

Mas, se o Tratado de 1810, conforme declarava João Coelho Gomes, "abandonou o comércio nacional às suas próprias forças, que, lesadas enormemente pelo estrangeiro protegido, foram decaindo considerável e continuamente" e "condenou todos os habitantes do Brasil, que viviam do seu trabalho, a uma ociosidade forçada", o de 1814 aniquilou de vez com o comércio nacional. "Os negociantes venderam seus navios, terminaram as transações e liquidaram as casas". (10)

O regime exclusivo outorgado às manufaturas inglesas, além de sufocar o surto industrial que poderia ter surgido com a transferência da Capital do Império Português para o Rio de Janeiro, manteve reprimido, pelo menos durante 40 anos, o nosso espírito empresarial.

Impossibilitados de instalar indústrias pela presença esmagadora das manufaturas inglesas, com o comércio externo em mãos de Portugal, restava aos brasileiros a agricultura. Mas, nesta, as oportunidades foram também bastante limitadas, já que o comércio recíproco previsto no Tratado com a Inglaterra tornou-se uma ficção, pois os produtos coloniais portugueses ficaram excluídos pela proteção outorgada aos produtos que tinham origem nas colônias inglesas.

Há que acrescentar ainda um outro obstáculo à expansão da nossa capacidade empresarial:

A legislação portuguesa não favorecia a emigração para o Brasil. Muito embora constituísse iniciativa do próprio governo português a remessa de colonos, a entrada de estrangeiros era rigorosamente proibida até a vinda de D. João VI. Em um de seus primeiros decretos no Brasil, ele concedeu aos estrangeiros que se viessem estabelecer na colônia o direito a terras da mesma forma por que eram concedidas aos portugueses. De acordo com Roberto Simonsen, "a política imigratória de D. João VI tinha o intuito não só de procurar povoar o País, inoculando-lhe sangue europeu e idéias européias, como também preparar a abolição da escravidão". (11)

Infelizmente, as estatísticas de imigração são bastante precárias. Entretanto, os resultados divulgados para o período 1820 a 1919 revelam que o Brasil teria recebido cerca de 3.647.000 imigrantes europeus. Para que se tenha uma idéia do que essa cifra representa, compare-se com os 33 milhões que entraram nos Estados Unidos da América. (12)

Em resumo, toda política portuguesa baseava-se no princípio de que as colônias existiam, apenas, para enriquecer as metrópoles. Àquelas só se permitiam atividades que não fossem aconselháveis nestas.

(10) João Coelho Gomes — "Elementos de História Nacional de Economia Política." Rio de Janeiro, Tipografia, N. L. Vianna e Filhos, 1865, págs. 32 a 42.

(11) Roberto C. Simonsen — Op. cit., pág. 417.

(12) Roy Nash — "A Conquista do Brasil." São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1950, pág. 198.

A Carta Régia de 1766 que extinguiu o ofício de ourives e o alvará de 1785 que proibiu o funcionamento de fábricas e oficinas no Brasil são bastante para comprovar que os pesados encargos tributários não foram suficientes para conter o espírito empresarial nativo. Foram necessárias medidas enérgicas, violentas mesmo, para manter a capacidade empresarial nativa na agricultura e na mineração, únicas atividades permitidas. Em obediência ao alvará de 1785, mandou-se apreender e remeter para Lisboa os teares encontrados em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

A auto-suficiência de Minas Gerais, por exemplo, irritava a metrópole, não só porque desviava mão-de-obra das lavras de ouro, mas porque poderia arruinar "as nossas fábricas da Europa e até viria a parar a navegação", conforme declarava o vice-rei, Marquês de Lavradio. Da mesma opinião era o Governador D. Antônio de Noronha que encontrou as fábricas ali estabelecidas "em aumento considerável, que se continuasse nele, dentro de muito pouco tempo ficariam os habitantes desta capitania (Minas Gerais) independentes dos desse Reino, pela diversidade dos gêneros que já nas suas fábricas trabalhavam". (13)

Essa política rígida de sufocação do espírito empresarial nativo deu origem a um generalizado sentimento de insatisfação e inconformismo. Tal foi o sentimento de frustração provocado pelo exagerado protecionismo à Inglaterra, cujas manufaturas pagavam 15 por cento de direito aduaneiro, enquanto as portuguesas pagavam 16 por cento e as das outras nações 24 por cento, neutralizando, assim, as medidas tomadas em 1808 para fomentar o desenvolvimento econômico do Brasil, que o próprio D. João VI viu-se obrigado, menos de 20 dias depois de assinado o Tratado de 1810, a dirigir um manifesto ao Clero, Nobreza e Povo de Portugal justificando a sua atitude e procurando valorizar a política liberal:

"Para criar um Império nascente, fui servido adotar os princípios mais demonstrados de sã economia política, quais o da liberdade e franqueza do comércio, o da diminuição dos direitos das Alfândegas, unidos aos princípios mais liberais, e de maneira que promovendo-se o comércio, pudessem os cultivadores do Brasil achar o melhor consumo para os seus produtos, e que daí resultasse o maior adiantamento na geral cultura, e povoação deste vasto território do Brasil, que é o essencial modo de o fazer prosperar, e de muito superior ao sistema restrito e mercantil, pouco aplicável a um país, onde mal podem cultivar-se por ora as manufaturas, exceto as mais grosseiras, e as que seguram a navegação e a defesa do Estado."

"Não cuideis que a introdução das manufaturas britânicas haja de prejudicar a vossa indústria. É hoje verdade demonstrada que toda a manufatura que de nada paga pelas matérias-primas que emprega e que tem fora parte disto os 15 por cento dos direitos das Alfândegas a seu favor, só se não sustenta, quando ou o país não é próprio para ela, ou quando tem aquela acumulação

(13) Pinto de Aguiar — "A Abertura dos Portos do Brasil". Salvador, Livreria Progresso Editora, 1960, pág. 26.



de cabedais que exige o estabelecimento de uma semelhante manufatura.”

“Para fazer que os vossos cabedais achem útil emprego na agricultura, e que assim se organize o sistema da vossa futura prosperidade, tenho dado ordens aos governadores do Reino para que cuidem dos meios com que se poderão fixar os dízimos, a fim de que as terras não sofram em gravame intolerável . . . e a experiência vos fará ver, que aumentando-se a vossa agricultura, não hão de arruinar-se as vossas manufaturas na sua totalidade; e se alguma houver que se abandone, podeis estar certos que é uma prova que esta manufatura não tinha bases sólidas, nem dava uma vantagem real ao Estado.” (14)

A reação a esse tipo de colonialismo, a insatisfação da classe empresarial nativa a semelhante subordinação a uma potência estrangeira foram os precursores da emancipação política e da queda do Império.

A partir da segunda metade do século XVIII a vida colonial brasileira registra freqüentes manifestações de um descontentamento generalizado e por vezes angustiante, onde sentia-se o pessimismo, o desalento, o desespero e a rebeldia. O que os nativos aspiravam era, como muito bem sintetizou João Rodrigues de Brito, “a plena liberdade de cultivar quaisquer gêneros que bem lhes parecesse; de construir quaisquer obras e fábricas que julgassem convenientes para o aproveitamento de seus frutos; de os mandar vender em qualquer lugar, por qualquer caminho e pelo ministério de quaisquer pessoas de que se quisessem servir, sem ônus ou formalidade alguma; de preferir quaisquer compradores que melhor lhes pagassem; finalmente, de os venderem em qualquer tempo que lhes conviesse”. (15)

É do mesmo desejo de liberdade nas relações e atividades econômicas que surge a “Representação” entregue ao Príncipe Regente, advogando a abertura dos portos.

“Eram as caudais opulentas das forças de empresa que buscavam rasgar novos canais de produção e os veios cristalinos das forças do pensamento que tentavam disciplinar teoricamente estes anseios, vendo para além deles o despontar auroral de melhores dias para nossa gente.” (16)

Muitos brasileiros revelaram, nesse período, um audacioso espírito empresarial. A enérgica repressão portuguesa não conseguiu impedir uma insistente mobilização de inteligência, técnica e cultura científica para fortalecer, com a diversificação das atividades econômicas, o grande País que se ia formando. Dentre esses homens, um deles merece especial referência: Manoel Ferreira da Camara Betencourt e Sá. Ele foi a própria encarnação desse espírito inovador e desse dinamismo empresarial.

(14) Pinto de Aguiar — Op. cit., Anexo n.º 17.

(15) João Rodrigues de Brito — Carta de 28 de maio de 1807, em “A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX”. Salvador, Livraria Progresso Editora, sem data, pág. 53.

(16) Pinto de Aguiar — Op. cit., pág. 64.

**Manoel Ferreira da Camara** nasceu em Vila Nova da Rainha do Caeté, freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Capitania de Minas Gerais. Não se sabe, precisamente, a data do seu nascimento, o que deverá ter sido entre 1758 e 1764. Morreu na Bahia a 13 de dezembro de 1835.

Fez seus estudos na Universidade de Coimbra, onde formou-se em 1788. Em 1789, publicava o "Ensaio de Descrição Física e Economica da Comarca dos Ilhéos na América", memória premiada pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Voltou para o Brasil em 1801, dedicando toda a sua inteligência e cultura ao estudo dos problemas de mineração e metalurgia.

Desde 1798, lutava pela implantação da siderurgia no Brasil, aliando-se àqueles que acreditavam ser mais barato produzir, aqui, os implementos de ferro necessários aos trabalhos de mineração. Defendia "a necessidade de estabelecer e ainda de multiplicar em países mineiros fábricas de ferro", concluindo que a industrialização do minério de ferro existente no Brasil era vantajosa para Portugal, não só em razão do lucro, que estimava entre 10 e 15%, mas principalmente porque o custo seria igual à metade do preço do similar importado, reduzindo, dessa forma, o custo da mineração do ouro. (17) As autoridades portuguesas, entretanto, temiam que a implantação de uma siderurgia constituísse o primeiro passo para a independência da Colônia.

Depois de assumir o cargo de Intendente-Geral das Minas e dos Diamantes na Capitania de Minas Gerais e Serro do Frio, passou a nutrir o desejo de materializar as suas concepções arrojadas.

Tão logo D. João VI revogou o alvará de 1785, ele voltou a insistir na necessidade de construir, na Colônia, uma grande siderúrgica. Desta vez, obteve não só permissão, como também apoio financeiro da Coroa.

Em 1809, dá início à construção da Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar. Essa usina, compreendia três grandes altos-fornos, quatro fornos de refino para cada alto-forno e os malhos necessários para a transformação do ferro duro em maleável e em barras. O seu plano incluía uma aquavia e uma estrada de rodagem, cruzando o Vale do Rio Doce, ligando a usina ao Oceano para que pudesse não somente atender às necessidades das minas, mas também abastecer os arsenais portugueses do outro lado do Atlântico.

A despeito da guerra passiva que lhe movia a burocracia oficial, em 1814, ele conseguiu fabricar, pela primeira vez neste País, ferro-gusa em alto-forno.

Depois que ele renunciou ao cargo de Intendente-Geral das Minas, a usina do Pilar, sem direção, entrou em decadência.

A sua influência foi marcante no aperfeiçoamento dos processos empregados na mineração. Lutou desesperadamente contra a ignorância, os

(17) Marcos Carneiro da Mendonça — "O Intendente Câmara". Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933, págs. 60 e seqs.

preconceitos dominantes e os interesses dos proprietários de escravos, que viviam do aluguel dos cativos e resistiam, por razões óbvias, a qualquer idéia inovadora.

Essas resistências, todavia, não impediram que ele racionalizasse as lavras diamantinas introduzindo guindastes para a remoção de grandes pedras das minas, o que antes era retirado em fragmentos; o transporte mecânico de areia e terra; planos inclinados automotores; peneiras para fazer a separação do cascalho por grossura etc. Em duas oportunidades, em 1803 e em 1823, propôs a criação de uma escola de minas, o que, mais tarde, veio a ser a Escola de Minas de Ouro Preto. Até as suas chácaras eram organizadas para servir de modelo para os criadores e agricultores da região. Durante o tempo em que foi responsável pelas minas, o comércio gozou da liberdade quase ilimitada.

Ao retirar-se para a Bahia, para cuidar de seus interesses particulares, aí também o seu espírito inovador deixou marcas perenes, especialmente na organização e racionalização da produção de açúcar e na diversificação das atividades agrícolas, procurando desenvolver outras culturas como, por exemplo, a fruta-pão, jaqueira, trigo etc. Foi ele quem introduziu, ali, a raiz da araruta, cultura que veio a se transformar em um importante item das exportações do Recôncavo Baiano.

Em 1807, respondendo a um inquérito sobre as causas opressivas contra a agricultura e o comércio da Bahia, Manoel Ferreira da Camara produziu um documento de alta sabedoria e de clarividente visão do nosso futuro. Pela sua importância e atualidade, vale transcrever alguns trechos de sua carta:

“Nas cidades ouve-se falar da Lavoura; e quando muito aqueles que mais interessam nela, applicando-se ao estudo das causas que a podem promover, ou atrasar, chegam a descobrir nas Leis, e Regimentos, que lhe dizem respeito, as causas favoráveis ou desfavoráveis ao seu progresso; e posto que lhes pareça estranho, começarei por estabelecer como princípio, que tenho por muito verdadeiro, que todas as Leis, Regimentos, Bandos, Postura de Câmara, quando elles saem do recinto das Cidades, não servem senão a lisonjear a vaidade dos que governam; a obstar ao progresso da Lavoura, e Massa das produções, em que consiste a verdadeira riqueza; a semear a discórdia entre os Lavradores; e em fim só se fazem para serem iludidas, e esquecidas em pouco tempo.”

“Desta regra geral, a que conheço só duas, ou três exceções, lembrarei uma reconhecida por necessária entre nós desde o ano de 1609, quando se deu Regimento à Relação desta Cidade: quero falar da Lei feita para regular as plantações, e conservar os bosques, e matas. Nela se ordena no t.t. da ordem, que o Governador do Estado do Brasil há de ter nas causas de justiça e Relação — que terá particular cuidado de prever sobre as lenhas, e madeiras, que se não cortem, nem queimem para fazer roças, ou para outras cousas em partes que se possam escusar;

por quanto sou informado que em algumas Capitánias do dito Estado havia muita falta da dita lenha, e madeiras, e pelo tempo em diante haveria muito maior, o que será causa de não poderem fazer mais Engenhos, e de os que agora há deixarem de moer — ora se há 198 anos, quando apenas este País tinha saído da barbaridade, hav'ia já falta de lenha e madeiras; se esta falta então deu motivo a uma tão sábia, e próspera Lei a favor da Lavoura. e construções de todo o gênero, principalmente navais, que tanto auxiliam a agricultura, que diremos do estado presente? Se aquela Lei, que na verdade contraria em parte à liberdade de alguns proprietários, a benefícios de tantos, não teve cumprimento, que deveremos esperar de novas, que talvez não tenham a sabedoria daquela?"

"Assim parece exorbitantemente provado que as Leis, e Regimentos, quando restringem a liberdade dos proprietários, ainda fazendo uma das mais justas, o direi ainda necessárias exceções do direito de poder cada um fazer o que lhe parecer, e melhor lhe convier, são sempre iludidas, e de nenhum efeito."

"Mais um gênero é necessário, menos o Governo se deve embaraçar da sua produção . . . e direi ainda mais, menos convém que ele faça Regimentos, ou tome medidas para que ele se venda por menos do que realmente custa a fabricar, e a transportar, quero dizer, abaixo do seu preço natural."

"Já VV.SS. preverão que eu não entendo que faça bem a alguém, obrigando-o; e que duvido muito que por esse meio se consiga algum dia o que se pretender. Cada um deve ser Senhor de fazer o que mais lhe convier; e o que mais lhe convier é o que mais convém ao Estado e ao Soberano que tem partilha em todos os seus lucros e interesses".

"... o que interessa para que este País enriqueça é fazer com que as propriedades, e pessoas tenham a maior segurança possível . . . em não mandar para as Colônias senão Magistrados de conhecida probidade, e inteireza, e inteligência de fazer tudo quanto for possível, para que a massa das luzes, e conhecimentos se aumente; de procurar que venham para este País as plantas, de que tem vindo grande utilidade a quem as possui..." (18)

### III — ESFORÇOS DE AFIRMAÇÃO DO ESPIRITO EMPRESARIAL NATIVO NO IMPÉRIO

Proclamada a independência, a capacidade empresarial nacional continuou reprimida pelo exagerado liberalismo econômico. Os tratados com a Inglaterra vigoraram até 1844, pois o Brasil foi obrigado a respeitar e honrar as obrigações assumidas por Portugal em troca do apoio da Inglaterra à nossa independência.

(18) Manoel Ferreira da Câmara — in: "A Economia Brasileira no Alvoracer do Século XIX", op. cit., págs. 149 e seg.

Naquele ano, a Inglaterra decretou um imposto de 63 shillings sobre o açúcar importado do Brasil, enquanto o de outras procedências pagariam 43 shillings. Em resposta, o Brasil decretou a famosa tarifa Alves Branco que duplicou os direitos para a maioria das mercadorias. Essa tarifa, além de representar um contragolpe à atitude inglesa, tinha por finalidade "não só preencher o deficit do Estado, como também proteger os capitais nacionais já empregados dentro do País em alguma indústria fabril, e animar outros a procurarem igual destino". (19)

Com ela, inaugurava-se um novo ciclo, no qual, sob a inspiração do livre-cambismo, o esforço empresarial nacional oscilava segundo as necessidades financeiras do Tesouro. Ao lado dos princípios liberais, predominava a mentalidade fiscal, orientada para proporcionar rendas ao Tesouro e não para fomentar a implantação de indústrias.

A despeito de sua preocupação nacionalista, a própria tarifa Alves Branco não chegou a oferecer uma proteção alfandegária satisfatória. Muito embora Alves Branco reconhecesse que "a indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura; a lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria; e que os mercados estrangeiros só devem ser considerados como auxiliares para uma e outra, e jamais, como principais", em virtude das exigências do fisco, fora impossível estabelecer taxas que realmente amparassem a indústria brasileira. (20)

Quando a situação financeira do Tesouro era crítica, a classe empresarial tinha condições para se expandir; quando se tornava satisfatória, ela era esmagada pela concorrência estrangeira. A tarifa Alves Branco se deve o fenômeno "Mauá". As revisões de 1857 e 1860, realizadas sob pressão do comércio importador, quase que exclusivamente exercido por estrangeiros, e que se aproveitavam do fato de o sistema tributário brasileiro repousar na renda alfandegária, se deve a sua destruição.

Poucos foram os que, como Rodrigues Torres, perceberam a vulnerabilidade da economia brasileira, de base exclusivamente agrícola e em estreita dependência dos mercados estrangeiros. Na sua opinião, a ilimitada liberdade de comércio era uma ameaça à independência e ao progresso do País. Reconhecia a superioridade da indústria e do comércio como fonte de riqueza por ser a capitalização um fenômeno muito lento nos países puramente agrícolas. (21)

Enquanto, na segunda metade do século passado, o mundo todo abandonava o livre-câmbio e se entusiasmava com a proteção ao trabalho nacional, o Brasil mantinha-se fiel ao liberalismo que aprendeu com os ingleses. Talvez, em nenhum outro país a propaganda inglesa do livre-câmbio alcançou resultados tão eficientes e duradouros.

(19) Manuel Alves Branco — "Proposta e Relatório apresentados à Assembléa-Geral Legislativa na Primeira Sessão da Sexta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado de Negócios da Fazenda", Rio de Janeiro, 1845, pág. 34.

(20) Manuel Alves Branco — Op. cit., págs. 36 e seg.

(21) Joaquim José Rodrigues Torres — "Proposta e Relatório apresentados à Assembléa-Geral Legislativa na Primeira Sessão da Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda", Rio de Janeiro, 1850, pág. 32.

Nem mesmo fomos capazes de perceber que a Inglaterra instituiu o livre câmbio em 1846, “depois de haver durante séculos se fortalecido e enriquecido à custa do mais exagerado protecionismo e até do proibitismo... A Inglaterra fez-se livre-cambista não porque o livre-câmbio exprima uma doutrina absoluta, verdadeira relativamente aos interesses económicos daquela época da vida nacional. Os interesses que aconselharam a Inglaterra a manter-se protecionista até 1846 são de natureza idêntica aos que impeliram-na para o livre-câmbio, a partir dessa data, e aos que hoje novamente atuam para fazê-la voltar a proteção”. (22)

O Brasil foi um dos poucos países a não perceber isso. A Rússia e os Estados Unidos resistiram tenazmente. A França, que adotara o livre-câmbio em 1860, já em 1882 promulgava uma tarifa protetora, que reforçava em 1892. A Áustria foi liberal de 1860 a 1877, passando, a partir de então, a proteger não somente as mercadorias já fabricadas, mas também as que tinham probabilidade de vir a ser produzidas no país. O entusiasmo da Itália com o livre-câmbio acabou em 1878 quando sua tarifa passou a oferecer uma das mais vigorosas proteções. A Suíça abandonou a sua posição ultra-liberal em 1884. Finalmente, Bismark, em 1882, afirmava perante o Parlamento alemão que o livre-câmbio é o direito do mais forte e o protecionismo é a principal força propulsora do progresso económico das nações.

Diante disso, em 1904, Vieira Souto perguntava: “E é quando todos os países convictamente abrigam o trabalho nacional e defendem a riqueza pública por trás das mais possantes trincheiras do protecionismo que há de conservar-se livre-cambista o Brasil cujos produtos são, em geral, enormemente taxados no estrangeiro?” (23) Conservou-se até os anos cinquenta, deste século!

Nem mesmo quando esgotou-se o encanto da propaganda inglesa ou quando o livre-câmbio passou a ser considerado, na própria Inglaterra, uma doutrina artificial, o Brasil decidiu proteger e defender a produção nacional.

Depois que o sistema livre-cambista deixou de ser reconhecido como instrumento de política económica internacional, o Brasil continuou liberal “para não sacrificar o interesse dos pobres consumidores”! “Os Poderes Públicos não devem auxiliar a uma só classe (a indústria), mas a todas, sobretudo a dos consumidores, que é a mais imensa”, dizia o Visconde de Ouro Preto.

É interessante observar que às elites nacionais repugnava a idéia de proteger a indústria nacional contra a compelição estrangeira. Protecionismo era considerado sinónimo de proibição, de monopólio. Assim, por exemplo, se expressava o Visconde de Ouro Preto no Congresso Brasileiro de Expansão Económica em 1904: “Banida a concorrência estrangeira, dominariam elas (as indústrias nacionais) o mercado, e desde logo sentiríamos os resultados infalíveis de todos os monopólios: elevação

(22) L. R. Vieira Souto — “Apresentação do Boletim do Centro Industrial do Brasil”. Ano I, n.º 1, setembro de 1904, págs. 5 e 7.

(23) L. R. Vieira Souto — Op. cit.

dos preços e inferioridade dos produtos. Só em campo, contando com clientela certa, não carecendo angariar fregueses e agradar-lhes, a indústria brasileira deixará de melhorar seus aparelhos, não cuidará de aperfeiçoar os seus produtos, de modo que ter-se-á protegido péssima indústria, em detrimento de todas as classes". (24)

Mas, o próprio Visconde de Ouro Preto se considerava "protecionista da indústria nacional". Só que, para ele, proteger a indústria nascente era "contentar-se em colocar as indústrias nacionais em condições de competirem com a concorrência estrangeira". (25) Excluir essa concorrência era considerado uma heresia.

Até na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, idealizada por Ignácio Álvares Pinto de Almeida em 1816 e organizada em 20 de maio de 1820 para "promover por todos os meios ao seu alcance o melhoramento e a prosperidade dos diversos ramos da indústria brasileira", este era o pensamento dominante. O exame dos pareceres das várias seções em que se dividia o seu Conselho Administrativo mostra que, até mesmo nessa Sociedade, acreditava-se ser um exagero as medidas protecionistas contra a concorrência estrangeira. O pensamento dominante era de que seria suficiente colocar a indústria nacional em condição de igualdade com a estrangeira. Vejamos alguns exemplos:

Em 1872, Antônio Maria Esberard conseguiu preparar louça de barro branco e de cor mais ou menos escura e pediu, "para levar esse fabrico a largas proporções a fim de abastecer o mercado e concorrer com os produtos importados do estrangeiro, não só privilégio por vinte anos, mas também isenção de direitos de importação sobre máquinas, aparelhos e reagentes químicos".

Em seu parecer, a Seção de Indústria Fabril não julgou que as características dos produtos apresentassem qualidades iguais ou superiores ao produto estrangeiro. "Ainda assim", concluiu, "se o introdutor garantisse preços que fossem inferiores ao custo da louça semelhante importada, então, seguramente, seria ela (a indústria) de verdadeira utilidade". Mais adiante: "Os privilégios, em geral, tendem mais a paralisar as indústrias nos países novos do que a desenvolvê-las, e é sabido que toda a indústria que não pode marchar, resistindo às dificuldades que opõe a importação de produtos similares, seja embora protegida, vive sempre raquítica". O parecer foi aprovado pelo Conselho Administrativo. (26)

José de Barros Carvalhaes e João Antonio de Oliveira solicitaram, na mesma época, privilégio por dez anos para "montar e custear um estabelecimento em grande escala para o fabrico de farinha de trigo, mediante o emprego de máquinas e sistemas aperfeiçoados na Europa". O pedido foi aprovado porque eles prometiam preço inferior à farinha importada e "considerando que o produto importado, quase sempre, perde a pureza de seus princípios nutritivos nas longas viagens". (27)

(24) Visconde de Ouro Preto — "Discurso transcrito no Boletim do Centro Industrial do Brasil", Ano I, n.º 1, setembro de 1904, págs. 197 e seg.

(25) Visconde de Ouro Preto — Op. cit.

(26) "O Auxiliador da Indústria Nacional", Ano XL, n.º 6, junho de 1872, págs. 230/1.

(27) "O Auxiliador da Indústria Nacional", Ano XL, n.º 9, setembro de 1872, págs. 368/9.

Felipe Keller, mestre tecelão, estabelecido com uma pequena fábrica de tecidos de lã, linho e algodão na Freguesia de Montenegro, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, desejando ampliar a sua fábrica, solicitou ao governo imperial: **a)** um auxílio de 12 a 20 contos de réis para poder comprar as máquinas necessárias para reduzir a fio a matéria-prima nacional; **b)** isenção de direitos por dez anos para a importação de máquinas e matéria-prima, **“enquanto não puder exclusivamente empregar a do País”**; **c)** privilégio por vinte anos para a sua fábrica; **d)** que lhe fossem entregues tantos artífices menores, quantos pudesse empregar na aprendizagem, correndo as despesas de sustento e vestuário dos mesmos menores por conta do governo, por espaço de três anos.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, com base no parecer da Seção de Indústria Fabril, julgou os produtos por ele fabricados de **“bela aparência, bem tecido, de boa qualidade e iguais aos fabricados no estrangeiro”**. . . . **“Considerando ser de reconhecida utilidade para o País e de tantas vantagens para a lavoura da Província de São Pedro, onde se cultiva a matéria-prima respectiva”**, declarou ser muito conveniente animar e explorar a indústria em questão, tornando-se o seu introdutor digno de recompensa na forma da Lei de 28 de agosto de 1830. Mas, limitou a recompensa ao privilégio solicitado; negou o auxílio pecuniário por entender que **“não pode, nem deve ser concedido pelo governo imperial, pois é notório que, no nosso País, as indústrias subvencionadas vivem sempre enfezadas e morrem sem utilidade alguma”**; julgou **“uma concessão muito onerosa e que mais aproveitará aos interesses do peticionário do que ao ensino industrial”**, as despesas com os artífices menores; e, finalmente, sugeriu que o privilégio fosse **“circunscrito aos produtos fabricados na referida Província sem, contudo, vedar-se a importação, ali, de produtos iguais fabricados em países estrangeiros”**. (26)

Cândido Antônio Pessoa de Amorim solicitou autorização para organizar a Companhia da Imperial Fábrica de Fiação e Tecidos de Lã do Rio de Janeiro, com capital de dois mil contos. Solicitou os seguintes favores: **1)** privilégio por vinte anos nos limites da província do Rio de Janeiro; **2)** isenção de direitos de importação, durante o prazo do privilégio, para lã, cardas e toda a matéria-prima necessária; **3)** isenção do recrutamento para maiores que fossem empregados nos serviço da fábrica; **4)** passagem gratuita na Estrada de Ferro Dom Pedro II, enquanto for do domínio do Estado, para todo o pessoal da companhia e para as máquinas, ferramentas e qualquer outro material destinado à mesma fábrica. Em compensação, oferecia: **a)** produzir um milhão de metros quadrados de tecidos de lã anualmente; **b)** fundar e manter uma escola noturna, na fábrica, para ensinar aos aprendizes a doutrina cristã, português, francês, inglês, aritmética, geometria, desenho linear e de máquinas; **c)** empregar somente pessoas livres, preferindo para aprendizes os emancipados.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional considerou a iniciativa de grande alcance para a indústria e para a agricultura do País, acrescentando que **“privilégios para a introdução de indústria desta ordem, longe**

(26) “O Auxiliador da Indústria Nacional”. Ano XL, n.º 9, setembro de 1872, págs. 370/2.



de servirem de estorvo à marcha progressiva da atividade humana, são além de garantia para a reunião de capitais avultados, indispensáveis para o estabelecimento de uma fábrica em ponto grande, um estímulo para o aperfeiçoamento dos produtos fabricados, **que entrarão no mercado em concorrência com produtos iguais importados do estrangeiro**... "a Sociedade Auxiliadora, em desempenho de sua missão, deve animar e aplaudir os esforços do peticionário, empregando os seus bons officios para que não aborte uma empresa de tanta utilidade para o Brasil". (29)

Na petição em que Joaquim Pereira Machado se propunha a fabricar e vender campainhas elétricas, a Sociedade opinou concordando com a concessão do privilégio por dez anos, "com as cláusulas expressas de só se estenderem às províncias em cujas capitais o privilegiado tiver estabelecimento e de não embaraçar a importação e venda dos aparelhos fabricados na Europa". (30)

Na petição em que José Pereira Rego Filho pediu privilégio para introduzir no Brasil a indústria de chapéus de lã de carneiro, a Sociedade Auxiliadora reconheceu tratar-se de uma indústria já explorada em diversos países (o Brasil importava esse tipo de chapéu da Alemanha, França e Bélgica), mas nunca entre nós. A conclusão, porém, foi que "a idéia de estabelecer-se no Brasil essa indústria e digna do privilégio previsto na Lei de 28 de agosto de 1830, ficando, porém, bem expresso que semelhante privilégio é para fabricar no Império chapéus de lã de carneiro, **sem prejuízo do comércio de importação que deste mesmo produto se faz no Brasil**". (31)

Em seu relatório sobre os trabalhos no período de 16 de março de 1873 a 16 de março de 1874, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional lamentava que "com quanto já comece a mostrar-se a iniciativa individual, a indústria não tem garantia bastante para que possa caminhar desassombrada".

Entretanto, a falta de garantia não estava na concorrência estrangeira, mas, na Lei de 28 de agosto de 1830, que regulava a concessão de **privilégios** (concessão de um direito de exclusividade dada pelo Rei) "por não mais corresponder às justas exigências da indústria nacional". (32) A questão é que a vantagem da exclusividade era concedida para produzir e não para comerciar. Com a mesma energia com que defendia o **privilégio**, ela combatia a exclusão da concorrência estrangeira que considerava ser capaz de graves inconvenientes.

No mencionado relatório, a Sociedade mostrava-se convencida de que a razão do extraordinário progresso da indústria americana e inglesa não foi a proteção tarifária, mas "muitos e muitos milhares de **privilégios** concedidos anualmente".

A crise de 1874-1875 serviu para revelar o conflito de interesses, no seio dessa benemérita instituição, entre protecionistas, representados pelo

(29) "O Auxiliador da Indústria Nacional". Ano XL, n.º 11, novembro de 1872, págs. 468/70.

(30) "O Auxiliador da Indústria Nacional". Ano XL, n.º 11, novembro de 1872, pág. 528.

(31) "O Auxiliador da Indústria Nacional". Ano XLIV, n.º 6, junho de 1876, págs. 211/12.

(32) "O Auxiliador da Indústria Nacional". Ano XLII, n.º 5, maio de 1874, págs. 201 e seg.

espírito empresarial nativo, e livre-cambistas, representados pelo comércio importador.

Na sessão do Conselho Administrativo de 5 de julho de 1876, Joaquim Alvaro d'Armada, considerando ser "da competência desta Sociedade tomar conhecimento de qualquer causa que venha direta ou indiretamente ferir algum ramo da indústria nacional, para prover de remédio, tanto quanto lhe permitem seus estatutos", submeteu à consideração do Conselho a situação das fábricas de chapéu criada pela nova tarifa, a qual equiparou a matéria-prima utilizada ao chapéu pronto. Em consequência, enquanto o preço do chapéu importado era de 6\$240, o do chapéu de fabricação nacional passou a ser de 7\$540. (33)

Na sessão de 1º de agosto, foi lido um abaixo-assinado com 382 assinaturas de artistas chapeleiros "atentos ao grave estado de abatimento a que há chegado a sua arte nestes últimos anos, devido a grande importação de chapéus acabados no estrangeiros", no qual alertavam para o fato de que o progresso da indústria de chapéu induziria o desenvolvimento de outros ramos industriais como os de peles, tintas, goma-laca, ferro, fitas de seda e de lã. Por esta razão, eram de opinião que "essa indústria, tão esperançosa, fosse protegida por aqueles que se impuseram a gloriosa tarefa de trabalhar para o progresso da Pátria". Requeriam, então, que a Sociedade Auxiliadora protegesse a justiça de sua causa perante o governo de sua Majestade Imperial. (34)

Sustentando pontos de vista opostos, as Seções de Indústria Fabril e de Comércio, reuniram, cada uma, em um parecer o seu pronunciamento sobre os seguintes assuntos:

I — Proposta do Dr. José Pereira do Rego Filho no sentido de que a Sociedade opinasse se conviria "solicitar do Governo Imperial alguma alteração da tarifa de nossas alfândegas no intuito de favorecer mais eficazmente a indústria agrícola e os ramos da indústria fabril que têm no País elementos de prosperidade e dão ou podem dar produtos de grande utilidade";

II — O requerimento de Joaquim Alvaro d'Armada;

III — O abaixo assinado dos artistas chapeleiros;

IV — Outros pedidos da mesma natureza.

No seu parecer (35) concluído a 13 de janeiro de 1877 e assinado por André Rebouças, a Seção de Comércio preocupou-se, inicialmente, em responder se conviria dar à tarifa do Império o caráter protetor.

Começa por definir "Proteccionismo" como "qualquer erro do sistema aduaneiro provocado pela velha superstição de proteger com altos direitos a indústria nacional ou mesmo incitado por um mal aconselhado espírito fiscal".

(33) "O Auxiliador da Indústria Nacional", Ano XLIV, n.º 8, agosto de 1876, págs. 281 e seq.

(34) "O Auxiliador da Indústria Nacional", Ano XLIV, n.º 8, setembro de 1876, págs. 324 e seq.

(35) "O Auxiliador da Indústria Nacional", Ano XLV, n.º 6/7, maio e junho de 1877, págs. 178 e seq.

Afirma, a seguir, que era unânime o reconhecimento que a tarifa alfandegária era puramente fiscal e que nenhuma nova circunstância aconselhava o Brasil "a deixar a longa estrada da liberdade do comércio para esgueirar-se pelos escuros, tortuosos e íngremes desvios do protecionismo".

Invocando a autoridade do Visconde de Cairú, opinava que o Brasil devia-se restringir à agricultura e à indústria extrativa por serem, no País, "as mais racionais e lucrativas" e, acreditando serem mais felizes as populações rurais do que a urbana, aconselhava ser "mais desejável promover a democracia rural do que aumentar a população operária das cidades".

A conclusão era de que "a criação forçada de indústrias urbanas, artificiais, extemporâneas, pode lisonjear a vaidade nacional, não servirá jamais para aumentar a riqueza e o bem-estar das povoações; produz infalivelmente a acumulação de braços e capitais nas cidades, e, como consequência fatal, despovoação e empobrecimento dos distritos agrícolas, aumento do pauperismo, tristemente agravado pelo alto preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade".

A 20 de janeiro, a Seção de Indústria Fabril concluía o seu parecer, (36) "do qual foi relator Antônio de Paula Freitas, começando por situar-se entre os sistemas em que se debatia o comércio:

"No estado atual da atividade industrial das nações, dois são os sistemas em que se debate o comércio: o liberal ou da Escola de Manchester e o protetor ou proibitivo ou dos Estados Unidos."

"O primeiro é o ideal, para o qual devem tender todas as nações cultas. Ideal porque não se pode bem compreendê-la sem supor a existência da paz perpétua e da associação universal, condições, quando menos atualmente, prematuras" . . . "No estado atual do mundo e para as nações ainda novas, a liberdade comercial, em vez dos salutares efeitos a que está destinada, traz, ao contrário, o perigoso mal da perda completa da sua autonomia; em vez de nações livres, dá lugar a pequenos povos sujeitos à supremacia dos povos preponderantes nas indústrias."

"A associação universal só pode ser realizável quando elas tenham chegado a um mesmo grau de indústria e civilização, de educação política e poder" . . . "Por tais motivos, o sistema liberal propriamente dito não existe em país algum."

"O segundo, o protetor, é o meio mais seguro de elevar os países novos ao nível de nação preponderante" . . . "Em uma nação cujo poder industrial não está firmado, em que as indústrias apenas começam a aparecer acabrunhadas pela concorrência estrangeira, não é, de certo, o sistema liberal que lhe poderá dar vida e vigor."

(36) "O Auxiliador da Indústria Nacional". Ano XLV, n.º 3, março de 1877, págs. 100 e seg.

“É nestas bases que convém considerar o Brasil. Nação nova, rica de matérias-primas para as indústrias; lutando continuamente com a indiferença e, às vezes, o desprezo dos seus filhos; guerreada e perseguida por quase todo o mundo, exige quanto antes um rasgo enérgico de proteção.”

Invoca, a seguir, o exemplo dos Estados Unidos, cujos recursos comparavam-se com os do Brasil:

“Os Estados Unidos foram os únicos a fazerem frente ao liberalismo inglês. A proporção que a indústria inglesa ia preponderando à custa dos melhoramentos introduzidos nos processos de fabricação, eles iam elevando os direitos alfandegários e, é justamente por isso que, hoje, os produtos que saem de suas fábricas chegam a fazer concorrências até nos próprios mercados ingleses.”

Aconselha, então, ao Brasil, seguir o exemplo americano:

“Deixe-se o Brasil de escravizar-se a doutrinas que não podem ser aplicáveis senão a países avançados em poder comercial, doutrinas muitas vezes sustentadas por interesse especulativo.”

“Não é na atual Inglaterra que se encontram os melhores exemplos para o sistema comercial do Brasil; é na antiga Inglaterra, ou na história da indústria inglesa desde o seu princípio, que se descobre a marcha que o Brasil deve trilhar, antes de entregar-se aos rigores da teoria e pôr o seu futuro à mercê de experiências.”

Referindo-se à necessidade de rever a tarifa, afirmava:

“Nas coisas mais comezinhas se sente a influência maléfica da liberdade comercial e a necessidade de uma reforma capital deste sistema no Brasil. Seja, por exemplo, a indústria do alfaiate. Existem hoje (na Corte) cerca de 300 lojas de roupa feita, mais do dobro das de alfaiate: lentamente o negócio de roupa feita importada tem absorvido toda a indústria brasileira de costura; parece nada, entretanto, quantos braços de oficiais nacionais ficam desempregados por não acharem trabalho na costura, a que estavam afeitos e habituados! Quantas famílias pobres, que ganhavam na costura o pão para o seu sustento, ficam sem recursos? O que irão fazer estes braços? O que farão estas famílias? Aqueles tratarão de mendigar um emprego público, correrão para o orçamento do Estado. A diminuição dos direitos sobre roupa feita importada deu lugar a que esta pudesse ser vendida mais barata do que o produto nacional, e, então, os consumidores afluem todos para esse mercado, mas em prejuízo da indústria nacional, que se extinguirá inteiramente.”

Finalmente, a Seção de Indústria Fabril, tendo em vista as dificuldades com que lutavam as fábricas brasileiras, em face da concorrência estran-

geira, advogava uma taxa de quase 100 por cento para colocar os artigos nacionais em pé de igualdade com os estrangeiros. E concluía:

"Se ainda o Brasil não é um País industrial, é preciso que o seja, pois que a sua produção, objeto principal de sua exportação, vai continuamente encontrando novos obstáculos, devidos ou às recentes culturas dos mesmos produtos ou a aumentos de direitos nos países importadores."

Diante de semelhante argumentação, era de se esperar que essa Seção tomasse uma posição firme e decidida em favor de uma política francamente protecionista. Entretanto, nada melhor para expressar o prestígio e a força da escola liberal do que a sua posição vacilante expressa da seguinte forma:

"Exprimindo-se, porém, nestes termos, a Seção de Indústria Fabril não tem em vista o exclusivismo do sistema protetor; é a combinação dos dois que convém ter presente."

Essa hesitação demonstra que, certamente, Paula Freitas teve dificuldades junto aos seus companheiros da Seção de Indústria Fabril. Ele deve ter sido obrigado a fazer concessões para que a Seção subscresse o seu parecer. É o que comprova o seu discurso na sessão de 13 de abril, quando, comentando o parecer da Seção de Comércio, foi contundente:

"Se o Governo Imperial ousasse pôr em prática essas disposições, o Brasil teria de tremer desde o Norte até o Sul e em breve ver-se-ia esmagado sob o peso da mais negra calamidade. Todas estas indústrias que se acham fundadas no País teriam que trancar as suas portas e o Brasil ver-se-ia reduzido simplesmente à sua agricultura."

E concluía:

"Um país que só encontra recursos na agricultura é um país cujo estado é próximo da barbaria." (37)

Dessa forma, ficava claro que não existiam condições políticas, nem psicológicas para aquele rasgo enérgico de proteção que a própria Seção de Indústria Fabril considerava um imperativo do momento.

Com efeito, na sessão de 20 de março de 1877, o mesmo Senhor Joaquim Álvares d'Armada que, em julho do ano anterior, havia solicitado a atenção do Conselho Administrativo para a grave situação da indústria de chapéu porque "sendo as fábricas de montar chapéu no Império as que mais se têm distinguido em perfeição, será grande injustiça que se lhes faz com uma tal decisão, que sem dúvida as obrigará a despedir de suas oficinas os artistas já há longos anos acostumados àquele gênero de trabalho," afirmou, comentando o parecer da Seção de Indústria Fabril, que "a indústria do País, para seu progresso e desenvolvimento, não carece de chamar em seu auxílio o odioso direito protetor. O que ela carece

(37) "O Auxiliador da Indústria Nacional", Ano XLV, n.º 5/7, maio-julho de 1877, pág. 276.

é de industriais que bem entendam da sua arte, abundância de braços e melhor sistema de trabalho.” (38)

De grande valor foi, também, o voto do Visconde do Rio Branco, então Presidente da Sociedade Auxiliadora, em favor de parecer da Seção de Indústria Fabril, na mesma sessão de 13 de abril. (39) Ele começou por lembrar que uma das primeiras medidas adotadas entre nós, em consequência dos princípios da escola liberal, foi franquear a todas o comércio de cabotagem. Em consequência, os navios brasileiros de cabotagem desapareceram, os estaleiros fecharam, e, da indústria naval, aliás, frisava, bem desenvolvida e aperfeiçoada, restava, apenas, uma recordação!

E continuava:

“Não é esta a única indústria sufocada e extinta entre nós: percorram-se as províncias, e, por toda a parte, encontraremos ruínas, despojos de indústrias aniquiladas pelo concurso do estrangeiro e pela desproteção do governo.”

Depois de referir-se especificamente à fábrica de ferro em Ipanema, perto de Sorocaba, em São Paulo, perguntava:

“Como pode uma indústria progredir entre nós, se o próprio governo, se os próprios agentes do poder público são os primeiros a desprotegê-la, a abandoná-la, dando ao País e ao mundo a mais palpitante prova de falta de patriotismo?”

E justificava a sua pergunta com mais um exemplo: existindo uma fábrica de tecidos de algodão na Corte, o Governo contratou no estrangeiro a compra de tecidos para o Exército ou a Marinha, muito embora a qualidade fosse inferior e o preço mais elevado.

Os debates, que se prolongaram até 15 de maio de 1877, foram bastante acalorados, mas terminaram sem vencidos ou vencedores. A representação finalmente aprovada e enviada ao Ministro da Agricultura, em 5 de julho de 1877, (40) apenas, expressava o grande esforço do Visconde do Rio Branco para evitar um radicalismo que poderia ter fracionado a já tradicional Sociedade: “O Brasil, pela extensão, fertilidade e opulência do seu solo, deve ser antes de tudo uma nação agrícola. Mas, a agricultura não pode existir só por si, precisa da cooperação das indústrias irmãs”. . . . “Tudo nos aconselha que é tempo de irmos alimentando e desenvolvendo gradualmente a indústria fabril ao lado da agricultura, conciliando os favores à lavoura com algum fomento e animação razoável às artes mecânicas e às fábricas”. . . . “indústrias que constituirão mercados internos para os mesmos produtos agrícolas. Não podem ser repelidas por um patriotismo esclarecido as medidas legais que tendem a colocar as indústrias, que já têm hoje sua razão de ser, em verdadeiro pé de igualdade com a concorrência dos produtos similares estrangeiros”.

(38) “O Auxiliador da Indústria Nacional”, Ano XLV, n.º 4, abril de 1877, pág. 128.

(39) Op. cit., págs. 288/9.

(40) Op. cit., pág. 327.

Terminava, assim, de forma melancólica, a primeira tentativa de afirmação nacionalista da classe empresarial brasileira. Entre os próprios empresários ficava evidente que o espírito empresarial nativo estava bloqueado, de um lado, pelos interesses agrícolas, de outro, pelos interesses de comércio importador dominado por firmas estrangeiras. A agricultura não via com entusiasmo o desenvolvimento industrial, temerosa de que se agravassem a escassez de capital e a falta de mão-de-obra. O comércio importador empunhava a bandeira da defesa do consumidor e atacava a industrialização argumentando que ela obrigava o consumidor a pagar caro o que podia comprar barato.

Os debates de 1876-1877 marcaram de tal forma as duas posições dentro da Sociedade Auxiliadora que, dez anos mais tarde, justamente a 15 de dezembro de 1886, o então Presidente, Dr. Nicolau Joaquim Moreira, confessando que o seu espírito vacilava entre o protecionismo e livre permuta, propôs o debate do seguinte tema: "Sem falar do protecionismo exagerado, nem da livre permuta, não existirão meios que favoreçam a indústria nacional na luta pela existência com a indústria estrangeira?"

O primeiro a se pronunciar foi o comendador José Maria Teixeira de Azevedo, proprietário de uma fábrica de meias e de camisas de meia, na sessão do Conselho Administrativo de 15 de janeiro de 1887. (41)

A sua fábrica produzia 180 dúzias de camisas de meia e 200 dúzias de meias, ocupando diretamente cerca de 100 pessoas, além de manter ocupadas perto de 200 famílias sob a modalidade de trabalho a domicílio. Foi instalada sob o regime da tarifa de 1874.

A reforma de 1879, entretanto, duplicou os direitos sobre o fio, sua matéria-prima, mantendo inalteradas as taxas sobre as camisas e reduzindo-as sobre as meias. "Essa irreflexão e o pouco caso com que, quase sempre, as autoridades recebem as reclamações, mesmo as mais justificadas", afirmou Teixeira de Azevedo, "produzem verdadeiras desgraças para aqueles que, na melhor boa fé, se empenham em uma indústria cuja base julgavam garantida". E concluía:

"Com a nossa escassez de dinheiro e a juros altos, com os encargos de ensinar um corpo de operários boçais, com o grande emprego de capital em máquinas que nada representam de valor para o capitalista, com o grande ônus de mandar vir do estrangeiro, à sua custa, profissionais a altos salários, com os preços elevados de toda a alimentação, com os altos aluguéis de casa e, finalmente, com o nosso clima tropical que, certamente, não incita nem convida ao trabalho, ao contrário, o repele e odeia." "Aceitar, porém, a concorrência com a Velha Europa e, nomeadamente, com a Alemanha e a Inglaterra, aonde o dinheiro é abundante e a baixo juro, operários profissionais infensos a salários reduzidos, o custo de maquinismo excessivamente baixo e representando para o capitalista sempre o seu valor, os mestres das oficinas em abundância a solicitarem empregos em condições econômicas como se observa atualmente na Europa, a vida

(41) "O Auxiliador da Indústria Nacional", Ano XL, n.º 1, janeiro de 1887, págs. 4/6.

naqueles países extraordinariamente mais barato do que a nossa e, finalmente, sob um clima que incita e convida ao trabalho; nestas condições, certamente, não há possibilidade de aceitar a contenda.”

Mas uma vez afloravam as divergências. Imediatamente o Dr. Pessoa de Barros afirmou que “tudo dependerá da perfeição do produto e não do protecionismo” e o Senhor Pinto Serqueira julgou sem razão de ser a reclamação de Teixeira de Azevedo por entender que o “protecionismo exagerado parece de todo o ponto condenado pela ciência moderna”, opinando, a seguir, que “das diversas causas que têm entorpecido e entorpecerão ainda por algum tempo o progresso da indústria, podem ser apontadas como principais as grandes distâncias entre os diversos centros de consumo e o elevado custo da mão-de-obra e essas causas só desaparecerão quando a população estiver em mais razoável proporção com a vastidão do império.” (42)

As suas correntes mantinham-se firmes em suas posições. A discussão nem chegou a entusiasmar, não repetindo a vibração que acompanhou os debates de 1876-1877. A Sociedade Auxiliadora chegou a remeter circular convidando os industriais para o debate, solicitando que opinassem verbalmente ou por escrito. Entretanto, tal foi a falta de interesse que Humphry Davy, em um artigo publicado em julho daquele ano, (43) lamentava a falta de interesse considerando “uma quase insânia se evitar a discussão frente a frente, a controvérsia dos lidadores de uma causa nobre, que envolve, sem dúvida, a tranqüilidade do nosso futuro”... “sem essa agremiação moral de lutadores aguerridos, expondo as suas idéias com a rude franqueza de quem pugna por um direito, não sabemos nós que futuro reserva o destino a essa triste, combatida, repudiada de todos, como mendiga leprosa, e que se chama indústria nacional”.

Mas, ele mesmo concordava ser racional a posição esquiua às reuniões de muitos dos nossos industriais, “tantas vezes têm sido eles ludibriados nas suas mais caras aspirações”.

O tema permaneceu na ordem de dia do Conselho Administrativo, pelo menos, durante dois anos sem despertar maior interesse.

Ainda perdurava a prevenção contra a expansão natural do espírito empresarial brasileiro. As manifestações em seu favor ainda continuavam tímidas como mostra um comentário, transcrito na edição de agosto de 1889 de “O Auxiliador da Indústria Nacional”, sobre o movimento protecionista na Inglaterra, no qual, depois de referir-se a uma resolução que a Câmara de Comércio de Manchester acabava de votar sobre a necessidade de gravar com direitos as mercadorias estrangeiras, concluía:

“Isto é o que em Manchester se escreve e o que acaba de votar a Câmara de Comércio. A teoria do consumidor substitui a mais verdadeira, a do produtor. Sacrificar o produtor ao consumidor é arruinar o trabalho nacional, fazendo passar os benefícios deste

(42) “O Auxiliador da Indústria Nacional”, Ano LV, n.º 1, janeiro de 1887, pág. 7.

(43) Humphry Davy — “Indústria Fabril: Aos Industriais da Corte e Província do Rio de Janeiro”. In: “O Auxiliador da Indústria Nacional”, Ano LV, n.º 7, julho de 1887, págs. 161/2.



para o estrangeiro; é romper o equilíbrio entre duas forças que devem marchar paralelamente; é lançar na miséria o povo mais fraco em proveito do mais forte." (44)

A despeito de condições tão adversas e do clima tão desfavorável ao espírito empresarial nativo, os empresários brasileiros procuravam aproveitar as oportunidades que as oscilações da política governamental ofereciam.

Desde a proclamação da liberdade de indústria a 1º de abril de 1808, os brasileiros jamais deixaram de aproveitar uma oportunidade que lhes permitisse depender, cada vez menos, de manufaturas estrangeiras.

Dentre os principais empreendimentos industriais pode-se mencionar os seguintes: (45)

Rio de Janeiro: uma fábrica de galões de ouro e prata fundada em 1811, duas fábricas de tecidos de algodão e seda fundadas em 1812 e mais uma no ano seguinte; uma fábrica de macarrão e outras massas também em 1812, uma fábrica de chocolate em 1813, uma fundição de metais em 1815, uma fábrica de destilar em 1816, uma fábrica de papel em 1820.

Bahia: uma fábrica de vidros fundada em 1814, uma fundição em 1815, uma fundição de ferro em 1828. A navegação a vapor chegava a essa província em 1819. Entre 1827 e 1835, nada menos de 141 novos engenhos de açúcar entraram em funcionamento nessa Província. Em 1841, chegou-se a organizar a "Companhia para a Introdução e Fundação de Fábricas Úteis na Província da Bahia". (46)

Pernambuco: em 1825, Gervásio Pires Ferreira fundava uma das maiores fábricas de tecidos da época, dispondo de máquina de 6 cavalos, 12 máquinas de fiar, 21 teares.

São Paulo: em 1813, João Marques Vieira instalava uma fábrica de tecidos com o mestre tecelão Tomás Rodrigues.

Maranhão: Spix e Martius mencionam a existência em 1820, de 22 máquinas para descascar arroz, 7 engenhos de açúcar, 115 destilarias de aguardente, 521 máquinas para descaroçar algodão, 230 teares de algodão, 27 fornos para telhas e louças de barro, 26 fornos para cal e 18 serrarias. (47)

Minas Gerais: em 1818, essa Província já produzia 1.242.343 varas de tecido de algodão, em grande parte, nas fábricas de Registro Velho e de Vila Rica. Em 1837, outra fábrica era organizada em Sabará, com 3 máquinas de aprontar algodão, 28 fusos para fio grosso e 6 teares para colchas de algodão e lã. (48)

(44) "O Auxiliador da Indústria Nacional", Ano LVII, n.º 8, agosto de 1889, pág. 182.

(45) "O Auxiliador da Indústria Nacional", Ano LVII, n.º 1, janeiro de 1889, pág. 51.

(46) Thales de Azevedo e E. Q. Vieira Lins — "História do Banco da Bahia 1858-1958". Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1969, pág. 14.

(47) Spix e Martius — "Viagem pelo Brasil", Vol. II, pág. 544.

(48) Heitor Ferreira Lima — "História Político-Econômica e Industrial do Brasil". São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970, págs. 167, 192 e 207.

São, apenas, algumas das principais tentativas de industrialização do Brasil, depois de revogada a proibição de 1786 e que revelam o despertar da consciência nacional em relação aos problemas econômicos, tentativas, como já foi dito, anuladas pela concorrência das manufaturas inglesas.

A tarifa Alves Branco, decretada em 1844, permitiu ensaiar um novo esforço de afirmação do espírito empresarial nativo. Também essa nova tentativa teve duração muito limitada, pois, já em 1857, sob a pressão do comércio importador, começava-se a reduzir os efeitos protecionistas.

A partir de então, lutou-se para salvar as indústrias já existentes. A autonomia política sem a autonomia industrial é uma ficção pueril, dizia João Coelho Gomes. (49)

Mas, uma proteção aduaneira inadequada e o fato de os fazendeiros preferirem aplicar suas economias em apólices do governo e este acreditar que o Brasil não podia aspirar a se converter em uma nação manufatureira, terminou por frustrar esse novo impulso.

No fim dos anos sessenta, reanima-se a classe empresarial nacional entusiasmada com os lucros do café e do algodão e com os capitais desviados do açúcar. Houve quem atribuisse esse novo período de entusiasmo à guerra do Paraguai:

“Com efeito, depois da guerra do Paraguai, o espírito de associação como que se aviventou entre nós, procurou explorar diversos ramos de indústria. O espírito nacional como que superexcitado durante a guerra, procurou alimento em empresas novas e cometimentos industriais, que pareciam dever produzir melhores frutos.” (50)

Mais uma vez, prevalece a influência da indústria estrangeira. Expressando o pensamento do governo, o Ministro da Agricultura afirmava que, “convencida das imensas riquezas naturais do Brasil, a atividade nacional não deixaria de aplicar-se de preferência à fácil aquisição dessas riquezas e a cultura do solo, por toda parte fecundo e altamente remunerador do trabalho, ainda mesmo rotineiro, da lavoura, para tentar grandes empresas manufatureiras que em regra exigem avultados capitais e pessoal com especiais habilitações.” (51)

Em 1873, mais uma vez o esforço empresarial é frustrado porque a classe empresarial não possuía capital para acompanhar o progresso técnico das indústrias européias, nem proteção governamental para resistir à concorrência dos produtos estrangeiros, agora favorecida pelo desenvolvimento dos meios de transporte.

(49) João Coelho Gomes — “Elementos de História Nacional de Economia Política”. Rio de Janeiro, Tipografia de N. L. Viana & Filhos, pág. 87.

(50) Andrade Figueira — Discurso nos Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados. Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura, Sessão de 1875, Rio de Janeiro, 1877, Vol. II, pág. 74.

(51) José Fernandes da Costa Pereira Júnior — Relatório apresentado à Assembléia-Geral Legislativa na Terceira Sessão da Décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Rio de Janeiro, 1874, pág. 20.

Em seu relatório de 1882, a Associação Industrial afirmava:

"Podemos designar o ano de 1873 como a época em que o desânimo começou a abalar seriamente as falanges das nossas classes industriais. A sua iniciativa e os seus esforços quebravam-se diante da crescente importação dos produtos estrangeiros, que o desenvolvimento da navegação estrangeira de longo curso cada vez mais facilitava"... "A indústria nacional não podia deixar de ressentir-se de uma tão profunda e tão rápida transformação motivada pelos novos aperfeiçoamentos dos navios a vapor que, encurtando as viagens e cobrando fretes mais baratos, convidavam qualquer fabricante a enviar seus produtos a este lado do oceano." (52)

Mas, não era, apenas, o progresso da navegação a vapor. O desenvolvimento das comunicações internas colocou as indústrias do interior ao alcance da concorrência estrangeira. Foi, justamente, no interior, que a classe empresarial construiu suas fortalezas para resistir à indústria estrangeira, já que, ali, estavam protegidas pelo alto custo do transporte. De tal forma que, quando Pierre Denis visitou o Brasil, observou existir uma dispersão extrema da atividade industrial manufatureira, encontrando-se minúsculas fábricas até em pequenas aldeias. (53)

O empresário nacional lutou desesperadamente para sobreviver. A venda a prazo foi uma das armas utilizadas. "Se até agora as fábricas nacionais têm podido resistir à concorrência estrangeira, se ainda um sopro de vida as anima, é porque continuam a vender, mesmo a retalho, a longos e incertos prazos, a que as fábricas estrangeiras não têm querido arriscar-se." (54)

Mas, se a indústria estrangeira não se arriscava a vender a prazos longos e incertos, nem por isso deixou de contra-atacar.

Em uma série de artigos sob o título "Tudo tem a sua época", O Industrial, órgão da Associação Industrial, (55) analisou as causas do nosso atraso industrial. Começa afirmando que "embora se apregoe no Parlamento e nas praças públicas que o Brasil é essencialmente agrícola, frase que, na boca de tais pregoeiros, equivale a dizer que o Brasil não pode nem deve ser industrial, a tendência da época é para a indústria".

A seguir, demonstra que, apesar de o Brasil dispor das condições absolutamente indispensáveis para o progresso de qualquer indústria (matéria-prima abundante e a preço módico, perfeição e barateza dos produtos e existência de bons mercados) não eram, tais condições, suficientes para conduzir a indústria nacional ao grau de prosperidade desejável. Menciona, então, as causas:

"Um dos embaraços que mais entorpecem, ou antes convergem para o aniquilamento da indústria nacional, são as nossas tarifas

(52) Relatório à Assembléa-Geral da Associação Industrial, Rio de Janeiro, 1882, pág. 14.

(53) Pierre Denis — "Le Brésil au XX Siècle", Paris, 1909.

(54) Resposta da firma Lensinger & Filhos. Comissão Parlamentar de Inquérito. Terceira Sessão da Décima Oitava Legislatura, Rio de Janeiro, 1883, pág. 333.

(55) "O Industrial", Ano I, n.º 1, 21 de maio de 1881; n.º 4, 11 de junho de 1881; n.º 5, 18 de junho de 1881; n.º 6, 23 de junho de 1881; n.º 8, 7 de julho de 1881.

aduaneiras que se encarregam de tributar com direitos calculados sob a mesma razão, tanto algumas matérias-primas, como os artefatos com elas fabricados.”

“Outro embaraço que concorre grandemente para retardar o progresso da indústria é, incontestavelmente, a base tomada para cálculo dos direitos. Nem sempre as bases aceitas para a imposição dos direitos são as mais equitativas, do que resulta desastrosa concorrência aos produtos similares do País.”

“Como se não bastassem os embaraços apontados para acobrunhar a indústria do País, lembraram-se ultimamente os importadores da venda de fazendas, em leilão, a longos prazos, procurando, deste modo, abastecer o mercado além das suas forças e afugentar da concorrência a indústria nacional.”

Finalmente, perguntava:

“Mas, que importa aos nossos governos que a indústria desapareça, que centenas de indivíduos, homens mulheres e crianças, que tiram dela o seu sustento, fiquem sem pão e procurem na embriaguez o esquecimento dos seus sofrimentos, ou na prostituição e no roubo os meios de satisfazer às mais imperiosas necessidades da vida, se as nossas alfândegas despejam mensalmente nos cofres do Tesouro enormes somas?”

A Associação Industrial foi a primeira tentativa de organizar um grupo de pressão para defender a sobrevivência da indústria nacional. O manifesto de constituição, (56) redigido por Antônio Felício dos Santos, certamente o maior líder que a indústria nacional já possuiu, hoje, injustamente tão esquecido, foi um verdadeiro libelo contra os que, por convicção ou por interesse, defendiam que o Brasil não podia e nem devia ser um País industrial.

Reconhecia que o isolamento em que vivia a classe industrial, desconhecidos uns dos outros, era uma das principais causas da lamentável e criminosa incúria do governo no tocante à indústria brasileira. Comentando a política deste, dizia:

“De tempos em tempos um ato desastrado dos altos poderes de Estado, com o fim de obter de pronto algumas migalhas para o Tesouro, vem ferir, talvez de morte, esta ou aquela indústria que prosperava. O clamor das vítimas raras vezes rompe o silêncio polar da indiferença pública”... “ao industrial assim lesado só resta retrair-se quase envergonhado, como um réu a quem a política providente interceptou os meios de prejudicar a comunidade.”

Em relação ao liberalismo, ainda considerado “intocável” afirmava:

“A opinião livre-cambista do Brasil não se estriba somente na defectividade do estudo e na miragem da teoria: há outro ponto de apoio e mais perigoso porque mais altamente se acha. É a

(56) “Manifesto da Associação Industrial”. In: “O Industrial”, Ano I, n.º 1, 21 de maio de 1861, págs. 2-5.

vaidade, é a captação feita pelos aplausos pérfidos da opinião dos países industriais interessados em manter-nos na sua dependência como consumidores tributários de suas oficinas"... "enquanto o Brasil não se reger pelo sistema protetor, a Inglaterra continuará a explorar-nos como consumidores."

"Não é o Brasil uma simples feitoria comercial e colonial explorada pelos traficantes europeus que, com raras exceções nem se fixam em seu solo, nem se identificam com seus interesses?"

Depois de afirmar que a "concorrência que as fábricas brasileiras fazem às estrangeiras no fornecimento dos gêneros de consumo irrita o fisco", denunciava que a Câmara dos Deputados aprovara um projeto do Ministério da Agricultura sobre patentes de invenção, consignando a garantia do privilégio aos produtos industriais fabricados no estrangeiro, o que equivalia, nada mais nada menos, à concessão de monopólios de importação!

Refutando as acusações de que se advogava um regime proibitivo, alegava que a proteção solicitada era moderada, pois tarifas exageradas isolariam o País e não era isso o que desejava a indústria nacional. O que se exigia era estabilidade aduaneira.

Finalmente, defendia que, pela industrialização, o Brasil não só obteria a independência econômica, mas resolveria alguns dos seus problemas, pois atrairia para o País braços e capitais estrangeiros, ocuparia uma população urbana desocupada que poderia suscitar uma questão social, livraria o País da vulnerabilidade de uma economia monocultura e, abastecendo o mercado interno, diminuiria a importação, aliviando a balança comercial.

A solução para os constantes **deficits** orçamentários, os desequilíbrios das nossas finanças, para implantar a nossa independência econômica, não estava em empréstimos anuais para saldar as diferenças da importação sobre a exportação, nem em emissões de papel-moeda, apólices, nem em outras proteções e artifícios. O único meio era o fomento da produção, particularmente da indústria, e "adotar... medidas que diminuam a importação enquanto não se eleva a exportação. Isso importa a proteção à indústria nacional, que há de suprir grande parte da importação".

O que Antônio Felício dos Santos recomendava era uma estratégia de substituição de importação, a qual só veio a ser implantada 72 anos depois.

No editorial de apresentação de "O Industrial" <sup>(57)</sup>, ele reafirmaria as idéias que inspiravam o movimento em defesa da indústria nacional:

"Muito acanhado é o horizonte da política que desconhece a importância, a necessidade, mesmo, do desenvolvimento industrial em qualquer comunhão humana."

(57) "O Industrial", Ano 1, n.º 1, 21 de maio de 1881.

“A Sociedade em que se não tem ainda diferenciado distintamente o aparelho industrial, será uma organização por demais rudimentária para pretender os foros de civilizada. Um povo simplesmente agrícola e colhedor de matérias-primas naturais para alimentar a atividade industrial dos outros, destes recebendo todos os produtos e transformações da inteligência criadora, é apenas um rebanho de homens muito pouco superior ao nível dos selvagens negros da África, que já têm a insigne honra de traficar com o branco europeu.”

E concluiu:

“Um país que se projeta em enorme extensão do nosso planeta, contendo os mais variados climas e solos, todas as grandezas e opulências naturais, podendo produzir tudo, assimilar todas as raças e dar emprego vantajoso a todas as aptidões, não pode continuar a ser uma feitoria colonial.”

Nenhum exemplo expressa melhor a capacidade realizadora do empresário brasileiro e, ao mesmo tempo, sintetiza melhor a luta desesperada da classe empresarial brasileira para afirmar-se e conquistar a nossa independência econômica do que o formidável gênio realizador de Mauá.

**Visconde de Mauá** — Irineu Evangelista de Souza, nasceu no Rio Grande do Sul, a 28 de dezembro de 1813. Ficou órfão aos cinco anos de idade; aos nove, sua mãe o mandava para o Rio de Janeiro, para tentar a vida comercial.

Trabalhou como caixeiro, e, como remetia parte do seu salário para a sua mãe, no começo, engraxava as botas dos caixeiros mais velhos para, com o dinheiro recebido, adquirir livros que lia à noite, na própria loja ou à luz do lampeão em frente à casa.

Aos 23 anos incompletos e, quando ainda não havia completado sete anos de serviço, foi feito sócio da firma inglesa Carruthers & Cia., Importadores e Exportadores, sendo-lhe confiada a gerência um ano depois, quando o sócio-gerente retornou à Inglaterra.

Aos 33 anos já era um homem rico, senhor de uma fortuna que lhe assegurava uma renda superior a 50 contos, anualmente, se fora aplicada em títulos da dívida pública, conforme ele confessa na “Exposição aos Credores”.

Nessa época, quando muito bem poderia ter passado a usufruir as vantagens da fortuna que lhe garantira o êxito da casa inglesa por meio de um capitalismo sedentário, viu-se possuído de terrível angústia: “Traçou-se em meu espírito, nesse momento, uma luta vivaz entre o egoísmo, que em maior ou menor dose habita o coração humano, e as idéias generosas que em grau elevado me arrastava, a outros destinos, sendo a idéia

de vir a possuir uma grande fortuna questão secundária em meu espírito..." (58)

Como comerciante já pensava que o Brasil precisava de uma indústria para que o mecanismo de sua vida econômica pudesse funcionar com vantagem. Certo de que a tarifa Alves Branco inaugurava uma política eficaz de defesa e amparo da indústria nacional contra a concorrência estrangeira, e, como acreditasse que a indústria que manipula o ferro, sendo a mãe das outras, deveria constituir o alicerce da industrialização brasileira, decidiu adquirir um estabelecimento de fundição chamado "Ponta da Areia", localizado em Niterói, ao qual logo acrescenta uma seção de construção naval. Ali, produziu canos, para os serviços de abastecimento de água e gás do Rio de Janeiro, lampeões de ferro para iluminação das ruas, pontes de ferro, além de construir, em 11 anos, 72 navios.

Logo a política econômica, sob pressão do comércio e da lavoura, e, com o objetivo de evitar a elevação do custo de vida, retorna ao liberalismo. O governo declara livre de direitos a entrada de ferro batido e em obras para edificação; navios a vapor e a vela similares aos que ele construíra tiveram ingresso também livre de direitos. Como se não bastasse, o governo suspende as suas encomendas de outros produtos. Não lhe resta outra alternativa senão fechar as portas à míngua de trabalho.

Mas, Mauá não se dá por vencido. É ele mesmo quem o diz:

"A tenacidade que Deus plantou em minha alma era, porém, indomável; visitando a Europa, mais tarde, e observando nessa classe de estabelecimentos o aumento de serviço que desempenhavam os braços mecânicos impelidos pela força do vapor, resolvi fazer nova tentativa para pôr em movimento o grande estabelecimento. Vão esforço! o trabalho não rendeu, e, concluída uma canhoeira que ali se fabrica por conta do Estado, é forçoso fechar as oficinas com prejuízo avultado, além daquele que já fora suportado. Os gritos da inveja e da maledicência ficam satisfeitos, o grande estabelecimento industrial morre! A legislação aduaneira não lhe permite viver mantendo-se apenas de pequenas fábricas de consertos que têm empregado capital insignificante. Em vez de lucro, esta idéia favorita de épocas felizes que afaguei com tamanha perseverança desfalcou minha fortuna em mais de mil contos, além do prejuízo que outros interessados suportaram." (59)

Com o estabelecimento da Ponta da Areia, Mauá dava início a uma série de empreendimentos industriais, bancários, de transporte, mineração, serviços de utilidade pública, agrícolas, que marcaram toda uma época e deram um novo sentido à nossa evolução econômica. A sua importância, entretanto, não está somente no que ele pessoalmente realizou, mas, es-

(58) Mauá — "Autobiografia", Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1964, pág. 98.

(59) Mauá — Op. cit., pág. 109.

encialmente por representar, como muito bem afirmou Normano, (60) a encarnação do espírito de associação. Na sua mencionada exposição ele faz breve referência às suas atividades de arrojado impulsionador:

“Nem esta lista é completa, nem são aí contemplados serviços menos diretos prestados aos esforços de outros no sentido de levarem melhoramentos materiais ao País, em que não apareci, que seria longo enumerar.” (61)

Ao apresentar, em 1851, a um grupo de empresários reunidos na Praça do Comércio, o projeto de estatutos do Banco do Brasil, ele assim se expressou:

“O espírito de associação é um dos elementos mais fortes da prosperidade de qualquer país e, por assim dizer, a alma do progresso. Quando o sábio, em suas meditações, descobre os segredos da natureza, apenas nos mostra o germen: é o espírito de associação quem, desenvolvendo-o, faz crescer a árvore que mais tarde nos brinda com seus frutos sazonados; é o espírito de associação quem faz a grandeza e prosperidade da Inglaterra, pois é ele quem fornece os meios de se executarem estas obras gigantescas que, dando um valor a todos os cantos daquela nação, operam essa prodigiosa multiplicação de capitais que ali se observa. É o espírito de associação que dotou esse país, em 20 anos, com 1.600 linhas de caminhos de ferro que, atravessando todo o País, em todas as direções, leva a abundância e a barateza por toda a parte. É o espírito de associação quem dá aos ingleses os meios de comunicarem os seus pensamentos de um extremo ao outro de sua ilha, com a velocidade do raio, por meio de telégrafos elétricos: descoberta de tão poucos anos e que já dá emprego, só na Inglaterra, a mais de 70 mil contos. É o espírito de associação que faz com que os Estados Unidos, seguindo as pisadas da mãe pátria e emparelhando-a logo, maravilhem o mundo com o seu progresso.” (62)

Esse banco foi, no Brasil, a primeira tentativa de associação de poupanças para financiar o desenvolvimento industrial.

As estradas de ferro exerceram atração constante ao longo de sua vida. Ele acreditava que as ferrovias constituíam o meio ideal para expandir a produção e dilatar o mercado nacional. Segundo as suas próprias palavras: (63)

“Ninguém desconhece que o Império do Brasil patenteia aos olhos de todo o homem que contempla no Mapa-Mundi a extensão de seu território e respectiva posição topográfica, a necessi-

(60) J. F. Normano — “Evolução Económica do Brasil”, São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1939, pág. 139.

(61) Mauá — Op. cit., pág. 102.

(62) Mauá — Op. cit., pág. 124.

(63) Mauá — Op. cit., págs. 202/3.



dade indeclinável de vias de comunicação aperfeiçoadas para que os tesouros que ele esconde em seus sertões venham auxiliar o desenvolvimento dos grandes recursos que encerra essa zona privilegiada, contribuindo assim para que a nacionalidade espalhada sobre essa superfície, alcance, porventura, em um futuro não muito distante, a posição que lhe compete no congresso das nações, isto é, o primeiro lugar."

"Com efeito, será pouca coisa fazer penetrar um caminho de ferro nos mais afastados confins do nosso território, conquistar ao deserto dezenas de milhares de léguas quadradas, levar-lhes a população, os meios de trabalhar, habilitar, enfim, os habitantes de tão remotas paragens a produzir e a consumir, concorrendo dessa forma com o seu contingente para a prosperidade e grandeza da pátria?"

Ao inaugurar a primeira que ele construiu, que um dia chegaria a Petrópolis, ele diria ao Imperador: "Esta estrada não deve parar, e se puder contar com a proteção de Vossa Majestade, seguramente não parará mais senão quando tiver assentado a mais espaçosa das suas estações na margem esquerda do Rio das Velhas." (64)

Mas, Mauá não imaginava, apenas, levar os trilhos da primeira estrada de ferro construída no Brasil até o ponto em que as águas do Rio das Velhas se juntam às do São Francisco, onde o transporte ferroviário se integraria com o transporte fluvial. Ele acreditava, por exemplo, que a estrada de ferro Paraná a Mato Grosso era "o primeiro passo para a realização da via férrea que tem de atravessar a América do Sul em época mais ou menos distante". (65) O seu plano era ligar por estrada de ferro Paranaguá a Lima, no Peru, e outra ligação de Vassouras ao Paraguai.

Enquanto os ingleses, movidos por seus interesses comerciais, pensavam em estradas ao longo do litoral com o único objetivo de mobilizar e transportar os produtos primários para os portos onde seriam transferidos para os navios, Mauá formulava projetos de penetração, convencido de que a estrada de ferro teria que ser a base da expansão e integração do mercado nacional.

Ele lutou obstinadamente por três ligações do Rio São Francisco com o litoral: do Rio de Janeiro ao Rio das Velhas, Recife a São Francisco e Salvador a Juazeiro. Os seus esforços foram anulados pelos interesses comerciais das firmas estrangeiras e pelo egoísmo da nobreza que via na ampliação da rede ferroviária um passo a mais para a abolição da escravidão.

O seu entusiasmo pela estrada de ferro terminou por vencer a sua hesitação, face à sugestão de alguns amigos, de uma estrada de ferro

(64) Mauá — Op. cit., pág. 133.

(65) Mauá — Op. cit., pág. 198.

que, partindo de Santos, galgasse a Serra do Cubatão, alcançasse Jundiá e, posteriormente, Rio Claro, região onde a cultura do café começava a desenvolver-se. Mais tarde, em sua famosa "Exposição" ele confessaria que essa estrada "influiu tão decisiva e desastrosamente nas finanças da Casa Mauá, a ponto de poder eu afirmar, pondo a mão na consciência e os olhos em Deus, que a não ser este cometimento estaria longe de qualquer probabilidade a dolorosa posição financeira em que me vejo colocado". (66)

Este homem, de nascimento humilde, educado atrás de um balcão, que se fez pelos seus próprios méritos, depois de prestar relevantes e inestimáveis serviços ao Império, incansável na dilatação das nossas fronteiras econômicas, depois de mobilizar tanta perseverança e força de vontade para fazer este País ultrapassar a fase de economia agro-estrativista, terminou falindo em consequência das sucessivas concessões aduaneiras, financeiras e políticas que o Império teve que fazer, particularmente à Inglaterra, para financiar o acréscimo da dívida pública decorrente da guerra do Paraguai e da falta de uma legislação financeira adequada, do que resultava intervenções injustas do Poder Judiciário e colocava tanto o crédito, como o capital, sob rigorosa tutela governamental.

O seu último esforço foi para que não lhe pesasse na consciência o haver causado prejuízo irremediável a alguém. Decretada a falência em 1878, era reabilitado em 1884. O seu único erro foi pensar no Brasil como uma grande potência econômica e politicamente.

Em toda a sua vida de nação independente, a ação governamental caracterizou-se pelo sacrifício dos interesses econômicos aos interesses políticos. Essa característica da sociedade brasileira tem sido o principal obstáculo ao espírito audaz do empresário brasileiro. Veja-se mais um dos eloqüentes desafios da classe empresarial genuinamente brasileira à aristocracia fundiária, escravocrata e retrógrada:

**Teófilo Otoni** — Teófilo Benedito Otoni, nasceu a 27 de novembro de 1807, em Minas Gerais. Estudou na Academia de Marinha do Rio de Janeiro, mas, logo abandonou a carreira naval para ingressar na vida política tomando parte ativa nos movimentos liberais.

Além da atividade política, organizou, com seus irmãos, uma firma atacadista de tecidos, granjeando posição respeitável no mundo dos negócios.

Como político sempre se preocupou com a decadência do Norte de Minas que se seguiu à exaustão dos filões auríferos. Compreendia que a recuperação daquela região dependia das condições de transporte, especialmente de uma abertura para o mar. Como as comunicações fossem difíceis pelo Sul montanhoso, a idéia de uma abertura pelo Nordeste, sugerida por ele, tornou-se uma aspiração comum.

(66) Mauá — Op. cit., pág. 168.

Descobrir o Nordeste de Minas, colonizá-lo, cortá-lo de estradas para valorizar a sua riqueza, ligá-lo diretamente ao Rio de Janeiro, através do Rio Mucuri e do oceano, criar um porto de mar para a sua província, "pois não é possível que a alfândega do Rio de Janeiro continue a ser a de toda a província de Minas", tornou-se uma obsessão para Teófilo Otoni: "Da tribuna da Câmara dos Deputados, pedi ao governo que pusesse o Norte de Minas em comunicação com o litoral do Mucuri. Estava longe de mim fazer monopólio desta idéia generosa. Mas, depois de bradar em vão seis anos, procurei realizar, como industrial o que não tinha podido conseguir como político". (67)

Dono de uma pequena fortuna, com sua casa comercial em franca expansão, a despeito do malogro da Companhia do Rio Doce, amparada por capitais ingleses — "Vamos realizar no Mucuri o que os ingleses não puderam realizar no Rio Doce", afirmava — dispõe-se a incorporar uma companhia de comércio, navegação e colonização do Rio Mucuri.

O Governo Imperial concorda em conceder-lhe os seguintes privilégios: **a)** exclusividade de navegação a vapor do porto de São José do Porto Alegre aos da Bahia e do Rio de Janeiro; **b)** exclusividade de navegação a vapor, ou de outro qualquer modo, no Rio Mucuri e seus afluentes; **c)** direito de estabelecer os fretes; **d)** direito de cobrar do governo o valor de todas as obras que houver construído, no fim de 40 anos, ou de continuar o privilégio por mais outros 40 anos; **e)** concessão de 10 léguas de testada por uma de fundo para estabelecimento de colonização.

A Assembléia Provincial, por sua vez, decreta os seguintes incentivos: **1)** permissão para abrir duas estradas do armazém superior da Companhia para a cidade de Minas Novas e outra para a do Serro e Diamantina, com faculdade de cobrar pedágio; **2)** isenção por 80 anos dos impostos provinciais; **3)** garantia, por parte do Governo, de não permitir a abertura de outras estradas que se dirigissem às margens do Mucuri, da barra do Todos os Santos para cima; **4)** construção de um quartel nas matas do Mucuri e a obrigação de, ali, conservar 30 soldados para proteger a Companhia contra os Índios.

A Companhia do Mucuri instala-se em 1851 e organiza-se, definitivamente, em 1852.

Logo na primeira expedição, Otoni percebe que havia exagero sobre a navegabilidade do Rio Mucuri. Acreditava-se ser possível 240 quilômetros de navegação fluvial sem grandes obras de engenharia, quando, na verdade, apenas 170 quilômetros do rio eram navegáveis. Mais tarde ele mesmo reconhecia:

"Se eu não tivesse aceitado as informações oficiais da Secretaria de Minas, e conhecesse, em 1851, que, em vez de 12, teria de construir mais de 50 léguas de estrada, haveria feito uma

(67) Ver Paulo Pinheiro Chagas — "Teófilo Otoni, Ministro do Povo". Rio de Janeiro, Livraria Editora Zélio Valverde, 1943, pág. 167.

emissão de 3 ou 4 mil contos, em vez de mil e duzentos. E ficaria armado com recursos bastantes para realizar a majestosa idéia, que absorveu dez dos melhores anos da minha vida, e que, ainda hoje, sorri-me." (88)

A despeito disso, em três anos, estabelece comunicações regulares entre o Rio de Janeiro e o Norte de Minas, através de uma estrada de rodagem de 170 quilômetros ligando Santa Clara à cidade que ele começou a construir, em pleno Norte, para sede de seu audacioso plano: Filadélfia, hoje Teófilo Otoni. Construiu, ainda, outra estrada ligando Filadélfia a Alto dos Bois com 96 quilômetros; outra de Ribeirão da Pedra a São Mateus com 126 quilômetros; e de Santa Clara a Leopoldina com 48 quilômetros. Além disso, concebeu um plano de ligação rodo-ferroviária entre Caravelas, Filadélfia, Minas Novas e Diamantina. Chegou mesmo, em 1858, a levantar a planta, o traçado e a local os primeiros 18 quilômetros da ligação ferroviária Caravelas—Santa Clara, sendo obrigado a desistir em virtude da reação do Governo Imperial.

A estrada Santa Clara—Filadélfia foi o eixo de um vasto plano de colonização, tendo Filadélfia como ponto de apoio. Iniciado com elementos nacionais, pois ele acreditava que competia "aos soldados do País formar a vanguarda do exército de invasão e preparar os abarrancamentos para o estrangeiro", em 1853, tem início a contratação de colonos europeus.

É justamente na colonização onde são mais graves as divergências com a política oficial. Enquanto Otoni entendia que a colonização espontânea era a única de valor e que os colonos deviam ser homens de alguma posse, pois "nos colonos procuro associados e não proletários", a recém-criada Associação Central de Colonização, organizada pelo Governo Imperial para incentivar a colonização, insistia na imigração forçada com base na mais torpe especulação e na mais absoluta falta de escrúpulo.

Os colonos selecionados pelos agentes oficiais, pouco afeitos aos serviços da lavoura, trouxeram a desordem, a intranquilidade, e a intriga às terras do Mucuri.

Isso, entretanto, não chegou a prejudicar o florescimento da nova Colônia. Em 1858, Filadélfia já era habitada por 5.000 habitantes e a colônia já contava com 1.031 colonos europeus diretamente contratados pela Cia. do Mucuri. Em 1859, os investimentos dessa Companhia já alcançavam 1.500 contos e os dos particulares ultrapassavam 2 mil contos. Até o ano seguinte, cerca de 20 mil pessoas já se encontravam naquela região. Derrubavam-se matas, surgiam lavouras e pastagens, levantavam-se pequenas indústrias de transformação.

Mas, os recursos da Companhia tinham chegado ao fim. Já se havia feito um milagre com um capital de 1.200 contos. Somente um grande

(88) Paulo Pinheiro Chagas — Op. cit., pág. 228.

empréstimo, o qual só seria viável com a garantia do Governo Imperial, poderia assegurar a manutenção do extraordinário ritmo de desenvolvimento que a Colônia já havia alcançado.

A Cia. do Mucuri solicita ao Governo Imperial garantia para um empréstimo de 1.200 contos. Era a oportunidade que os adversários políticos de Teófilo Otoni estavam esperando. O pedido arrasta-se por quase um ano. Finalmente a garantia foi concedida.

Entretanto, tão logo o empréstimo foi levantado em Londres, o Governo Imperial confisca-o e, com o dinheiro destinado ao financiamento da prosperidade e do progresso do Mucuri, encampa a Companhia e indeniza os acionistas do capital aplicado. Era mais uma iniciativa empresarial abortada pela intolerância política.

Em circular dirigida aos acionistas em 1861, <sup>(89)</sup> Otoni escrevia que "não podia admitir que um só brasileiro se houvesse empenhado na ruína da Cia. Mucuri. Não era nossa empresa um sorvedouro dos dinheiros públicos. À exceção do empréstimo malogrado, nunca pediu favor pecuniário ao governo, nem nos deu ele senão o seu apoio moral e algumas folhas de papel, em que escreveu os privilégios, e que ora rasga. Ao contrário, foi a Companhia do Mucuri que se cotizou no benefício público. Na colonização, navegação a vapor e correio, em cujo manejo a Cia. entrou conjuntamente com o governo, foi a Cia. que suportou os ônus, e as vantagens ficaram todas do lado do governo". Conclui essa circular com um breve balanço do que foi realizado pela Cia. do Mucuri em sete anos de existência!

"... a Assembléa Provincial de Minas quis associar-se às utopias do Diretor da Cia. do Mucuri"... "é o único acionista que não perde os juros do capital que me confiou. Minas ganha, além do seu capital que reembolsa:

"Mais de 50 léguas de estradas regulares, sendo, cerca de 30, de rodagem, e na opinião de um viajante ilustre, a melhor estrada do Brasil, à exceção da União e Indústria. Ganha a posse de uma linha de navegação a vapor, que liga o Rio de Janeiro às comarcas do Norte, e de que não haverá governo algum que a prive, dora em diante. Recebe, em troca de brenhas inóspitas, três importantes freguesias: Filadélfia, Capelinha e Jacuri, filhas genuínas da Cia. do Mucuri e que já contam mais de 25 mil almas. Recebe, catequizados e inofensivos, milhares de selvagens, que eram o terror dos habitantes do leste de Minas Novas. Recebe diversos núcleos de colonização européia, que importaram indústrias e capitais, e que estão ligados ao solo da província. Não posso, pois, considerar perdido o tempo que consagrei ao Mucuri, nem lembrar-me de um miserável balanço de caixa, quan-

(89) Teófilo Otoni — Circular de 18 de março de 1861. In: "Correio Mercantil", edição de 23 de março de 1861.

do a generosa província de Minas tira tão assinaladas vantagens dos meus sacrifícios.”

Com efeito, Teófilo Otoni, depois de 12 anos de trabalho penoso, durante os quais não recebeu nem os honorários de Diretor, estava pobre e gravemente enfermo vitimado pelo ódio político partidário e pelo desprezo da aristocracia às atividades empresariais. O objetivo não era, apenas, arruinar o seu idealizador, mas destruir a sua obra. O Mucuri foi abandonado.

\* \* \*

Durante todo o período de regime colonial, não nos era dado aspirar outra condição que não a de economia agro-extrativista fornecedora de produtos tropicais à metrópole. Os empresários nunca se conformaram com essa limitação. Tudo indica que, anteriormente ao famoso alvará de D. Maria I, pelo menos uma indústria — a indústria textil — havia alcançado certa vitalidade e bem que poderia ter-se tornado o núcleo do nosso progresso industrial.

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro representou um progresso político: o Brasil evoluiu para a condição de Reino e as circunstâncias o fizeram Capital do Império Português. Mas, economicamente, deixamos de ser colônia de Portugal para sermos enfeudados ao Império Britânico de cuja condição só conseguiríamos nos libertar na terceira década deste século.

Conforme reconhece Graham <sup>(70)</sup> o processo de modernização da sociedade brasileira conseguiu dar alguns passos, de certa forma vacilantes, a despeito da presença dos ingleses, os quais passaram a controlar a economia brasileira com o objetivo de reduzir os riscos do comércio do café. Por trás da economia de exportação — a aristocracia rural — que era contra uma tarifa protecionista, o crédito industrial, a diversificação da produção agrícola e a expansão do sistema educacional estavam os ingleses, a cujo interesse comercial só interessava a monocultura do café.

É Graham, ainda, quem afirma que os ingleses são, em parte, culpados pelo fato de o processo de modernização da sociedade brasileira ter evoluído tão vagarosamente em virtude de as forças de modernização terem realizado um esforço insuficiente.

As estradas de ferro que eles construíram, custaram um preço verdadeiramente exorbitante e o traçado, orientado para os seus próprios interesses comerciais, não satisfaz às necessidades de expansão de uma indústria embrionária.

Mesmo quando já não mais era possível impedir a industrialização, as máquinas e os equipamentos que eles venderam serviram menos para construir um parque fabril eficiente do que para criar, para a sua própria indústria, um mercado permanente para peças sobressalentes. Uma das causas, senão a principal causa da falência da nossa economia açuca-

(70) Richard Graham — "Britain & the Onset of Modernization In Brazil 1850-1914". Londres, Cambridge University Press, 1966, págs. 319 e seg.

reira foi que os ingleses nos impuseram equipamentos obsoletos ou inadequados, naturalmente com a intenção de eliminar um concorrente de suas próprias colônias.

Mas, a principal ameaça à industrialização, é ainda Graham quem o diz, foi a importação maciça de manufaturas resultantes da produção em massa e a baixo custo das fábricas inglesas plenas de experiência e muito bem financiadas.

Foram, sem dúvida, os ingleses quem nos impingiram um liberalismo econômico já superado e um protecionismo ilusório expresso na proteção à indústria nacional sem excluir a concorrência estrangeira e sem prejudicar o consumidor, princípios que debilitaram qualquer esforço para a implantação de um vigoroso protecionismo e reprimiram a capacidade empresarial nativa durante todo o século passado.

A Sra. Almeida Wright <sup>(71)</sup> também chegou à conclusão de que "não se originou da Grã-Bretanha o impulso modernizador que alentou todo este esforço do Império, pois os serviços de transporte, iluminação e outras benfeitorias que aqui instalaram os seus capitalistas, conservaram ainda características de "investimento no além mar", controlados da matriz britânica, para lá carreando os proveitos e aqui declarando as perdas em detrimento do investidor brasileiro que tentasse associar-se a qualquer destes projetos, como aconteceu com Mauá".

Os interesses mercantis do Império Britânico solidamente estabelecidos no País, explorando a ignorância e o egoísmo da aristocracia rural, conseguiram impedir o desenvolvimento econômico e retardar o processo de modernização da sociedade brasileira.

Os empresários brasileiros, por mais adversa que fosse a situação, desde o instante em que o Inconfidente José Álvares Maciel foi à Inglaterra observar o seu desenvolvimento industrial preocupado em transferir para aqui os conhecimentos tecnológicos mais avançados, jamais deixaram de alimentar uma consciência verdadeiramente nacional sedimentada na crença de que à independência política dever-se-ia seguir a emancipação econômica para a qual a industrialização era necessária e indispensável. Desde a Inconfidência Mineira, eles sustentaram uma luta obstinada contra uma ordem colonial retrógrada e ultrapassada, certos de que ela era incompatível com um Brasil próspero e soberano. No período colonial, lutou-se para criar riqueza; no Império, pela emancipação econômica. Em razão dessa luta, a Monarquia chegou ao final, incapaz de se libertar das imposições fiscais e premida pelos interesses mercantis do Império Britânico e pelos interesses da aristocracia rural.

É uma injustiça afirmar-se que a classe empresarial nacional começou a emergir com os capitais fornecidos pela lavoura cafeeira. Empresários sempre existiram, e eles jamais deixaram de lutar com obstinação e patrio-

(71) Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright — "Desafio Americano à Preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850". Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1972, pág. 245.

tismo, para afirmar-se e para despertar uma consciência nacional. O que sempre faltou foram condições favoráveis à materialização de suas idéias ou para que suas iniciativas progredissem e se afirmassem no tempo. Elas eram, quase sempre, esmagadas pela pressão do capitalismo estrangeiro ou pelo egoísmo da aristocracia rural.

Já alguém que, infelizmente, "O Auxiliador" deixou de mencionar, <sup>(72)</sup> demarcou quatro períodos de evolução industrial até 1844: o primeiro até 1785; o segundo, que terminou em 1º de abril de 1808; o terceiro, que vai de 1808 a 1824; e o quarto, de 1824 a 1844.

Dizer que foram os lucros do café que fizeram emergir a classe empresarial brasileira, é negar o esforço extraordinário daqueles pioneiros do primeiro período que provocaram tão violenta represália não tanto porque prejudicassem o desenvolvimento da agricultura e da mineração, mas, principalmente, porque o surto industrial por eles iniciado criava graves perspectivas para o parque industrial da metrópole, além de prejudicar o comércio e a navegação entre o Brasil e Portugal.

Seria negar o entusiasmo daqueles que, cessada a fase de repressão violenta, que durou mais de vinte anos, animados de intuítos renovadores, iniciaram uma maravilhosa arrancada que bem poderia ter mudado os destinos do Império Português, não houvesse sido bloqueada pelos interesses mercantis do Império Britânico. A despeito das graves conseqüências do Tratado de 1810, tem-se notícia de que, entre a chegada da família real e a nossa independência, foram instaladas, pelo menos, 22 indústrias, não considerando as tipografias, usinas de açúcar e outras "fábricas de objetos domésticos".

Seria negar, conforme vai-se demonstrar mais adiante, que, ao ser proclamada a República, já existiam 903 estabelecimentos industriais, somando um capital aplicado de 402 mil contos e 74 mil HP de capacidade instalada.

Seria negar que, em 1893, a indústria da Bahia contava com 123 fábricas, sendo 107 na Capital e 16 no litoral. Dez fábricas de tecidos e fiação totalizavam 34.634 fusos, 843 teares, 1.925 operários e produziam cerca de 6.9 milhões de metros de tecidos. Além disso, nesse ano, ainda se registravam duas outras fábricas em instalação. Das três fábricas de chapéu, uma delas ocupava 500 operários e produzia, anualmente, 900 mil unidades. Uma das duas fábricas de calçados empregava 800 operários. <sup>(73)</sup>

Seria negar a obra prodigiosa de Mauá e a emocionante epopéia de Teófilo Otoni. Seria negar todo um passado de luta, luta desesperada para manter em mãos nacionais os destinos deste País. Seria, finalmente, negar o sacrifício daqueles obstinados que montavam indústria, conforme certa

(72) Veja-se "Indústria Brasileira: Fábricas dos primitivos tempos". In: "O Auxiliador da Indústria Nacional", Vol. LVII, n.º 1, janeiro de 1889, págs. 51 a seq.

(73) Francisco Vicente Vianna — "Memória sobre o Estado da Bahia". Salvador (Bahia), Tipografia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.



vez afirmou Antônio Felício dos Santos, como um protesto contra os erros econômicos e as mantinham pela força de vontade e pela fé nos destinos desta Nação.

Ao cair a monarquia, o lento e contínuo aumento do mercado interno já havia criado condições bem mais favoráveis à industrialização. Entretanto, ainda predominava o pequeno artesanato. "Após mais de 60 anos de administração monárquica, o trabalho industrial, entre nós, vegetava ainda raquiticamente no estado mais rudimentar. Contavam-se os estabelecimentos fabris de alguma importância; e nem o produto desses, nem os dos pequenos industriais, dispersos em exíguo número e circunscritos à espera de suas tendas, apresentavam elemento considerável para a satisfação das nossas necessidades." (74)

Não se pode alegar que tal situação resultava de deficiência do espírito empresarial nativo. Muito pelo contrário. A causa fundamental era ter sido a capacidade empresarial reprimida, de forma enérgica e violenta, desde que aos índios, mulatos e negros foi vedada a profissão de ourives e o ensino dessa arte; que D. Maria I mandou dismantelar as indústrias existentes no Brasil; e desde o instante em que a industrialização do Brasil foi considerada danosa ao Império Britânico, ou porque certos produtos, como o açúcar, competiam com os de suas próprias colônias, ou porque prejudicavam a sua expansão comercial. Do Brasil, a Grã-Bretanha só precisava de café e de nosso mercado consumidor!

Assim também pensava Serzedelo Corrêa para quem "foi a política de abandono de nossas indústrias, de proteção a tudo o que era estrangeiro e importado, que retardou o nosso progresso material, que afastou do nosso solo a imigração de população inteligente e preparada, do operário apto e capaz, que impediu o nosso desenvolvimento industrial, e, na própria indústria agrícola, nos deixou viver no regime da rotina e do atraso".

"Não fora a política do "laissez-faire" e do livre-câmbio que o império sempre afagou em nome dos interesses do consumidor e que retardou o nosso progresso; que nos acorrentou, no comércio, ao regime dos monopólios; na agricultura, aos processos de rotina; na indústria, a só produzir o que havia de mais grosseiro e imperfeito; e o futuro da Nação, a um regime monetário que nos isola no comércio internacional; que nos depaupera, que permite todas as explorações de nosso trabalho e de nossa atividade; e outra seria a nossa força e o nosso progresso." (75)

#### IV — A EMPRESA NACIONAL NA REPÚBLICA

Ao ser proclamada a República, e, de acordo com Pedro Barreto Falcão, (76) que se refere às investigações do Censo Industrial de 1920,

(74) Rui Barbosa — "Relatório do Ministro da Fazenda, Obras Completas", Vol. XVIII, Tomo II, 1891. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1949, pág. 141.

(75) Inocêncio Serzedelo Corrêa — "O Problema Econômico do Brasil", Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903, pág. 156.

(76) Pedro Barreto Falcão — "Evolução Industrial do Brasil" In: "Revista de Economia e Estatística; Ano 3, n.º 3, julho de 1938, págs. 259 e seq.

a indústria já formava um conjunto de 903 estabelecimentos, somando 402 mil contos de réis de capital aplicado, e 74 mil HP de capacidade instalada. Na indústria têxtil se encontrava quase 60 por cento do capital aplicado; na de produtos alimentares, 30 por cento do número de estabelecimentos, 17 por cento; na química, 9 por cento; madeira e mobiliário, 4 por cento e metalúrgica, 3 por cento. O quadro seguinte permite uma visão da estrutura daquele parque fabril:

## B R A S I L

## Estabelecimentos Industriais Existentes

1 8 8 9

Indústrias	N.º de Estabelecimentos	Capital Aplicado
Indústrias Têxteis	87	239.230:327\$
Indústrias de couros, peles e de outras matérias duras do reino animal	22	2.076:062\$
Indústrias de madeiras	64	15.444:587\$
Metalurgia	66	11.903:866\$
Cerâmica	87	5.011:530\$
Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	86	38.184:047\$
Indústria da alimentação	268	67.249:713\$
Indústria do vestuário e do toucador	88	14.618:475\$
Indústria do mobiliário	39	2.370:040\$
Indústria da edificação	56	3.106:030\$
Const. de apar. de transp.	32	1.331:773\$
Prod. e transm. de f. físicas	3	187:000\$
Ind. Rel. Cienc. Letras e Artes	5	917:150\$
Totais .....	903	401.630:600\$

FONTE: Pedro Barreto Falcão op. cit. pág. 269

Era o que restava do esforço realizado durante os curtos períodos em que a política cambial funcionou como instrumento de proteção à produção interna. Era o melhor testemunho da iniciativa, da capacidade realizadora e da tenacidade do empresário brasileiro, que jamais desistiu de manter-se em situação de dignidade social e econômica perante a aristocracia rural e o capital estrangeiro.

Nessa época, a indústria era o que existia de genuinamente nacional. Ela representava a materialização do desejo ardente de emancipação econômica, da aspiração do progresso, de valorização do homem brasileiro. O comércio permanecia em mãos de estrangeiros. Segundo Serzedelo Corrêa, ainda em 1898, em cada 100 negociantes, 80 eram estrangeiros. (77)

(77) Inocêncio Serzedelo Corrêa — Op. cit., pág. 73.

Uma vez que a política do Governo Imperial sempre prestigiou a tese do "país essencialmente agrícola", era natural que o empresário brasileiro recebesse o novo regime com esperança, muito embora isso não lhe impedisse de manifestar as dúvidas obviamente nascidas de tantas frustrações e desilusões.

É o que se conclui da Representação enviada em 29 de setembro de 1890, ao Ministro da Fazenda, pelo Centro Industrial do Brasil, solicitando do Governo Provisório "medidas administrativas urgentíssimas de que precisa a indústria nacional para sua estabilidade e desenvolvimento paralelo ao da grande nacionalidade sul-americana". (78)

Nessa Representação, redigida por Antônio Felício dos Santos, o Centro Industrial alertava que "no meio atual de geral renascença, de fundadas esperanças de progresso e melhoramento de todas as classes sociais"... "se a indústria nacional ficasse indiferente subtraindo-se ao valente impulso da revolução, em breve o dia 15 de novembro seria mais um dia de decepção a ajuntar à história das heróicas ingenuidades populares como o 7 de setembro e o 7 de abril. Todas as grandes esperanças se desvaneceriam como um sonho, as alvoradas se dissipariam como fogos fátuos e o ingente esforço dos patriotas nos teria conduzido, apenas, a uma simples miragem".

"A revolução seria uma simples substituição de Pessoal político, quando muito imposta por princípios absolutos estéreis, pela filosofia abstrata, utilidade prática de uma renovação econômica e social para melhorar as condições de vida e progresso de um povo, sem fornecer-lhe os elementos de autonomia estável, independente da força armada."

"Embora republicano, o Brasil continuaria sob o regime colonial, com um povo simplesmente agrícola e colhedor de matérias-primas para a Europa"... "um povo vegetando no regime colonial, embora se diga independente, é explorado miseravelmente como bom e ingênuo freguês."

Antônio Felício dos Santos, assim, apontava a origem da instabilidade política e social do novo regime e previa a seqüência de "revoluções" que resultaria de os republicanos não compreenderem que, antes de aspirar a ser republicano, o povo brasileiro estava cansado de ser colônia e aspirava o progresso e a emancipação econômica. Como se verá mais adiante, a despeito das providências do Governo Provisório, os fatores negativos à industrialização e os mesmos obstáculos que a classe empresarial nativa tentou remover durante a monarquia, subsistiram com a mesma intensidade. O único republicano que compreendeu o verdadeiro sentido daquela Representação foi Rui Barbosa, mas logo foi vítima das pressões do comércio importador e da sociedade rural.

A certa altura, perguntava o Centro Industrial do Brasil se seriam necessárias as calamidades de uma guerra e o bloqueio de nossos portos para que se desenvolvesse a nossa indústria.

(78) Centro Industrial do Brasil — Representação ao Senhor Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro, Tipografia Carlos Gaspar da Silva, 1890.

Depois de mencionar os exemplos da França e da Alemanha, que protegiam suas indústrias com medidas diretas e indiretas, e dos Estados Unidos, que tornavam quase proibitiva a entrada de manufaturas similares às de suas fábricas, denunciavam como a *causa principal da falta de desenvolvimento da indústria brasileira*, a cobrança dos direitos de importação em papel-moeda sujeito a constantes depreciações.

Finalmente, sugeriam “para firmar a legítima indústria nacional”... “para constituir uma base sólida às operações comerciais e estabelecer proporção razoável entre importação e exportação”: **a)** o pagamento em ouro dos direitos alfandegários; **b)** uma tarifa aduaneira sensata e honesta “que não sobrecarregue a imposição das matérias-primas, mas imponha direitos compensadores das diferenças do custo do trabalho no Brasil e nos países estrangeiros, de modo a animar a indústria nacional”.

Rui Barbosa, que no Parlamento havia se declarado “intransigentemente hostil” a qualquer proteção à indústria, que, até então, não escondia as suas preferências pelo liberalismo econômico, que tinha considerado excessivamente protecionista o projeto de revisão preparado pelo último gabinete da monarquia, (79) imediatamente reconheceu a necessidade de fortalecer a indústria, para criar uma nova classe que se opusesse ao retorno da monarquia. Apesar de suas inclinações livre-cambistas, concordou ser necessária a proteção, a fim de que a indústria nacional pudesse enfrentar a concorrência estrangeira.

Logo era decretada a cobrança em ouro dos impostos de importação, inicialmente, limitada a 20 por cento dos direitos alfandegários, passando, meses depois, para 100 por cento. Na exposição de motivos que pediu a aprovação do decreto que determinou o pagamento integral, em ouro, dos direitos de importação, (80) Rui Barbosa reconheceu que a atitude assumida pela classe industrial revelava um progresso notável na sua educação econômica e na consciência dos seus verdadeiros interesses. Confessa ter ficado profundamente impressionado com “a ampla e concludente demonstração aludida pelos industriais brasileiros em apoio da providência que solicitam nesse documento precioso, do qual não podemos resistir à tentação de extrair e apropriar ao nosso intento, estes tópicos, cheios de profunda verdade e irrefragável inteligência prática do assunto”...

Ao submeter, em outubro de 1890, à aprovação do Governo a nova tarifa, (81) Rui Barbosa afirma que “uma tarifa aduaneira não deve nem pode ser moldada em princípios de escola, em leis abstratas; ela pertence ao número dos fatos de ordem positiva que têm de obedecer, em sua execução, às questões práticas que é chamada a resolver ou regular”.

Reconhece que os livre-cambistas produziram um sistema fiscal apoiado, unicamente, sobre os direitos aduaneiros, permitindo que toda a

(79) Rui Barbosa — Op. cit., pág. 283.

(80) Ver “O Auxíllar da Indústria Nacional”, Vol. LVIII, n.º 10, outubro de 1890, pág. 228.

(81) Ver “O Auxíllar da Indústria Nacional”, Op. cit., pág. 222.

riqueza se concentrasse nas mãos dos senhores da terra, especialmente daqueles que detinham o monopólio do café; "matando a indústria e privando o País da classe industrial, que não podia medrar em tal meio asfíxiante, e que tanta falta nos tem feito no mecanismo político da sociedade".

Afirma, a seguir, que "o desenvolvimento da indústria não é somente para a Nação uma questão econômica; é, mais do que tudo, uma questão política", concluindo que "a República se consolidará entre nós em bases seguras, quando o seu funcionamento repousar sobre a democracia do trabalho industrial".

Depois de sugerir que "tratamos de passar de um País exclusivamente consumidor para um País produtor", Rui Barbosa opta por "uma proteção lenta e aplicada com critério em cada caso, estudado em seus efeitos, para ir preparando a indústria nacional para poder, em época mais ou menos próxima, produzir de modo a equilibrar a balança da permuta comercial e a substituir lentamente o nosso sistema fiscal, criando as rendas internas muito mais consentâneas com os princípios da economia política do que as de origem aduaneira".

A seguir, pelo Decreto nº 947-A, de 4 de novembro de 1890, considerando que a importação líquida de matérias-primas e produtos manufaturados similares, ou que a indústria nacional já forneça ao consumo abastecendo os mercados do País, iria prejudicar esse importante ramo de atividade social e fator de engrandecimento da República, que o Governo tem o dever de proteger, o Governo Provisório da República assegurava que fossem quais fossem os termos das leis, decretos ou contratos que estabelecessem ou autorizassem isenções de direitos de importação ou consumo e de expediente, tais isenções em caso algum poderiam compreender os gêneros, mercadorias e objetos que tivessem similares manufaturados de produção nacional dos quais houvesse fábricas mantidas na República, abastecendo os mercados suficientes para o consumo de modo a ser tais gêneros facilmente encontrados dentro do País.

A classe empresarial reagiu com extraordinário entusiasmo às primeiras medidas do Governo Republicano. Nada mais eloquente do que os números apresentados por Rui Barbosa no seu relatório de 1891, segundo os quais o capital das sociedades anônimas constituídas no Rio de Janeiro sob a aliança da monarquia com a escravidão, em cerca de 66 anos, atingiu 410.879 contos; enquanto que, em três semestres de monarquia sem escravidão, alcançou 402 mil contos; elevando-se a 1.169.387 contos em onze meses de República. (82)

Mas, o mais eloquente foi que o capital das sociedades anônimas com objetivos agrícolas e industriais nos primeiros 11 meses da República

(82) Rui Barbosa — Op. cit., pág. 158.

foi quase 6 vezes maior do que o capital mobilizado durante os quase 70 anos de monarquia. Veja-se o quadro seguinte:

**ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADES ANÔNIMAS NA PRAÇA DO  
RIO DE JANEIRO**

Sociedades Anônimas Constituídas	Valor do Capital (1.000 contos)		
	até maio de 1888	de maio de 1888 a 15 de novem- bro de 1889	de 15 de novem- bro de 1889 a 20 de outubro de 1890
Bancos	118,5	324,0	385,6
Carris urbanos	24,6	—	—
Engenhos Centrais	7,7	1,5	14,3
Estradas de Ferro	138,9	53,5	316,1
Navegação	26,6	—	29,1
Seguros	52,5	—	2,6
Tecidos e outros	33,7	3,0	47,5
Agrícolas	—	10,5	94,5
Diversas	8,3	10,1	279,7
<b>TOTAL</b>	<b>410,9</b>	<b>402,6</b>	<b>1.169,4</b>

FONTE: Rui Barbosa. Relatório do Ministro da Fazenda, op. cit., pág. 158.

Foram, porém, as medidas em favor da indústria nacional que derrubaram Rui Barbosa. A primeira medida para o restabelecimento da política favorável aos importadores e à sociedade rural, foi a revogação da taxa-ouro, substituída por uma sobretaxa de 35 por cento paga em papel-moeda. Diante da pressão antiindustrialista, em 1897, as tarifas são drasticamente reduzidas. O desenvolvimento industrial continuava sendo reprimido pelos interesses de um comércio dominado por estrangeiros a quem só interessava a importação, uma vez que não passava de agente das indústrias estrangeiras.

Confirmava-se, dessa maneira, o sentido profético das advertências de Antônio Felício dos Santos. A República revelava-se incapaz de uma renovação econômica e social e renunciava à busca de "elementos de autonomia estável, independente da força armada". Ao contrário, aceitava, passivamente, o regime colonial, contra o qual, somente Rui Barbosa se insurgiu durante o curto período que permaneceu no Ministério da Fazenda.

Por isso mesmo, os primeiros anos do novo regime caracterizaram-se por uma lamentável confusão na orientação da política econômica resultante da descontinuidade administrativa. Em 1903, Inocêncio Serzedelo Corrêa que, no ano seguinte, seria eleito o primeiro Presidente do Centro Industrial do Brasil, entidade que resultaria da fusão da Sociedade Auxí-

liadora da Indústria Nacional e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão "para cuidar dos interesses dos produtores do Brasil, amparando-os e promovendo todos os meios de sua vitalização e avigoreamento", denunciava que "devoramos os anos nas lucubrações dos conchavos políticos para vencer e dominar, ou perdermos o tempo a discutir questões doutrinárias de filosofia e deixamos sem solução os grandes problemas que se ligam ao engrandecimento de nossa Pátria, à sua emancipação do estado de colônia". (83)

Com efeito, enquanto os teóricos continuavam discutindo se o que mais convinha ao Brasil era protecionismo ou livre-câmbio, a República deixava-se cair nas malhas de uma política contraditória que, pouco a pouco, foi neutralizando o seu conteúdo verdadeiramente revolucionário. Inspirada pelo comércio importador e pela sociedade rural, a política econômica republicana retornava ao colonialismo voluntário: manter o Brasil na situação subalterna de País produtor, apenas, de matérias-primas destinadas às sociedades industrializadas, e delas adquirir todas as manufaturas necessárias ao consumo interno.

Rui Barbosa havia tentado criar condições para a construção de um parque industrial à altura do nosso potencial econômico e da capacidade e energia da classe empresarial brasileira. Mas, a própria República não foi capaz de lhe compreender. O novo e vigoroso alento que as medidas por ele tomadas no Ministério da Fazenda despertou na classe empresarial, foi sendo, gradualmente, neutralizado pelas pressões internas, hipocritamente qualificadas de defesa do consumidor nacional, e por pressões externas, cujo objetivo era impedir que, aqui, se criasse um núcleo de competição à indústria européia.

Ao compreender que o comércio importador estava se tornando impotente para reprimir a energia da classe empresarial nacional, as indústrias inglesas lançavam uma nova força repressora: os bancos. A confusão política dos primeiros anos republicanos criou condições favoráveis a uma nova forma de dependência: a financeira.

A principal característica da política econômica da República era uma constante preocupação com o equilíbrio orçamentário acompanhado de estabilidade monetária e cambial. Sobre tais objetivos, influíam, de forma decisiva, os pesados compromissos representados pela dívida externa.

Os ingleses iriam aproveitar-se dessa estratégia e da confusão política para neutralizar a enérgica reação que as medidas estimuladoras decretadas pelo Governo Provisório haviam desencadeado. Os seus instrumentos internos foram manipulados para agravar o **deficit** orçamentário e "induzir" a novos empréstimos no exterior. Criava-se um círculo vicioso: o **deficit** orçamentário aumentava; para financiamento do **deficit** recorria-se a novos empréstimos no exterior; os pesados encargos da dívida externa agravavam o **deficit** orçamentário.

Quando, em 1898, as despesas efetuadas alcançaram o dobro da receita arrecadada, sendo a dívida pública responsável por 53 por cento

(83) Inocêncio Serzedelo Corrêa — Op. cit., pág. 75.

do total das despesas do Governo Federal, este foi obrigado a negociar o primeiro acordo de consolidação da dívida externa. Para esse acordo, o Brasil teve que fazer substanciais concessões à indústria inglesa, em prejuízo do seu próprio desenvolvimento industrial. Com o auxílio dos Bancos, a indústria inglesa conseguia, finalmente, vencer a resistência da classe empresarial brasileira.

Os empréstimos brasileiros eram negociados pela Casa Rothschild. Sua opinião, que se tornou bastante influente, não era favorável a que se encorajasse a industrialização do Brasil. Já em 1892, quando o Governo de Floriano Peixoto decidiu amparar as indústrias existentes e pediu autorização ao Poder Legislativo para emitir 100 mil contos de bônus, ao portador, para "acorrer às necessidades das indústrias nacionais", Rothschild telegrafou ao Ministro da Fazenda criticando o projeto e a sua oposição foi utilizada, no Senado, como argumento contra. Com efeito, a aprovação desse projeto enfraqueceu a posição do Brasil no mercado financeiro de Londres. <sup>(84)</sup>

Em 1898, Campos Sales foi a Londres negociar a consolidação das dívidas. Rothschild, que ele havia defendido quando de sua intervenção na discussão do projeto de auxílio à indústria em 1892, negou-se, inicialmente, a defender a consolidação junto aos portadores de títulos brasileiros. Depois do fracasso da tentativa de um novo empréstimo na Europa continental e da intervenção do London & River Plate Bank, Rothschild concordou, mas, condicionou o seu apoio a uma carta de Campos Sales, na qual, ele pessoalmente se comprometesse com um programa de austeridade que seria a condição básica do "funding". <sup>(85)</sup> O principal objetivo desse programa era reforçar a economia primária de exportação e conter a marcha do desenvolvimento industrial.

Graham <sup>(86)</sup> afirma que o crescimento das casas bancárias inglesas, que passaram a constituir, inconscientemente, verdadeiras estruturas neocolonialistas, reforçou o poder econômico estrangeiro sobre o Brasil. "Certamente", é ele ainda quem o diz, "as condições que os bancos ingleses impuseram ao Brasil em 1898, em troca de um "funding loan" foi, em parte, responsável pela recessão que, logo depois, eclodiu e pelas dificuldades que, então, a incipiente indústria brasileira teve que enfrentar".

O acordo foi cumprido fielmente. A indústria nacional passou a ser considerada "artificial", sobrevivendo às custas da excessiva desvalorização cambial e de tarifas aduaneiras de efeitos protecionistas e, por ser "artificial", seria eliminada na medida que se promovesse a valorização da taxa de câmbio.

Quando candidato, Campos Sales prometia combater "esse protecionismo inoportuno", e, ao assumir a Presidência denunciava esse protecio-

(84) Richard Graham — Op. cit., pág. 102.

(85) Richard Graham — Op. cit., pág. 104.

(86) Richard Graham — Op. cit., pág. 320/21.



nismo "inoportuno e por vezes absurdo em favor de indústrias artificiais, à custa dos maiores sacrifícios para o contribuinte e para o Tesouro". (87)

Por sua vez, o seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, era, também, antiindustrialista. Quando ocupava o Ministério da Viação e Obras Públicas, em 1897, condenou o processo de industrialização e apontou como causa da crise "uma compreensão falsa do patriotismo e uma ple-tora não menos falsa de capitais". Como falso patriotismo ele entendia: "a idéa errônicamente e anti-social de que a grandeza industrial de nossa pátria depende sobretudo de nossa libertação, cada vez mais completa, dos produtos da indústria estrangeira, foi provocando a aspiração de estabelecer empresas industriais de todos os gêneros, para se conseguir realizar aquele *desideratum* pseudopatriótico". (88)

No Ministério da Fazenda, em 1908, ele voltaria a condenar o processo de industrialização alegando que "a pseudo-abundância de capitais promovera a criação de um sem-número de indústrias e desenvolveu de modo extraordinário a atividade agrícola".

E prosseguia:

"Daí o estabelecimento de indústrias artificiais"... (89) "o emprego de capitais e operários em indústrias artificiais representa um verdadeiro esbanjamento da fortuna nacional."

"O custo de produção nessas indústrias, sendo muito alto em relação ao dos que nos vêm do exterior, eleva, por meio de taxas ultraprotecionistas nas tarifas de alfândega, o preço dos produtos estrangeiros, criando assim um mercado falso, em que os produtos internos vencem na concorrência os produtos do exterior." (90)

O governo seguinte, o de Rodrigues Alves, seguiria a mesma orientação, pois este, quando Ministro da Fazenda, defendeu que o desenvolvimento industrial do País estava prejudicando a agricultura, porque estava atraindo para os centros urbanos a mão-de-obra e os capitais necessários à lavoura, queixando-se que "o dinheiro que fecundava a agricultura com sua circulação e que alimentava o crédito agrícola, embora muito mal organizado, emigrou para os centros comerciais"... "e manifesta a desigualdade de proteção que favoreceu às indústrias e aos bancos em detrimento da lavoura". (91)

E assim prosseguiria a República. Ao relatar o Orçamento da Receita para o exercício de 1913, Homero Batista, depois de analisar as tentativas protecionistas da política aduaneira, concluiu:

(87) Manuel Ferraz de Campos Sales — "Manifesto Inaugural", 15 de novembro de 1898. Manifestos e Mensagens, 1898 — 1902. Rio de Janeiro, 1902, pág. 51.

(88) Joaquim Murinho — Introdução ao Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, em maio de 1897, pág. III.

(89) Costumava-se distinguir as indústrias entre *indústrias naturais*: que tinham, no País, a matéria-prima; e *indústrias artificiais*: as que utilizavam matéria-prima importada.

(90) Joaquim Murinho — Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro, 1901.

(91) Francisco de Paula Rodrigues Alves — Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda. Rio de Janeiro, 1895.

"Tal é o protecionismo criado pelas medidas tarifárias em vigor. Quem aproveita? Acaso, concorrendo ao mercado, determina a indústria nacional a redução dos preços das mercadorias? Não. Ela acompanha os preços das mercadorias similares estrangeiras. Aproveita, pois, a indústria nacional, que obtendo o produto barato, pode vendê-lo bem caro; e daí: os excessivos dividendos, as pingues bonificações com que locupletam os nossos industriais enquanto o consumidor, a grande massa da população, verga ao peso de elevados impostos e do custo desmedido das coisas, da carestia geral da vida."

Afirmava, a seguir, que o Brasil não havia transposto, sequer, a fase rudimentar do trabalho e que, na indústria, eram evidentes "a insuficiência e a imperícia", pelo que constituía "um mal favorecido pelas tarifas em vigor, um protecionismo egoístico e exclusivista que não aproveita à comunhão, protecionismo jamais satisfeito, um sacrifício de uma parcela da fortuna pública, em proveito de um grupo de privilegiados". (92)

Não menos contundente eram os ataques do líder ruralista Alberto Torres para quem "o desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações das zonas rurais para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tenda a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos". (93)

Vê-se, portanto, que as condições na República não eram mais propícias a um processo contínuo de desenvolvimento industrial do que tinham sido durante a monarquia. As iniciativas continuavam sendo frustradas pelos interesses ingleses, pela política fiscal e pela sociedade rural. Talvez o exemplo mais dramático da ação inglesa contra o desenvolvimento industrial brasileiro, aquele que constituiu, sem a menor dúvida, uma humilhação nacional, foi o de Delmiro Gouveia.

**Delmiro Gouveia** — Delmiro Augusto da Cruz Gouveia nasceu a 5 de junho de 1863, no Município de Ipu, Estado do Ceará. Seu pai, o Major Delmiro Porfírio de Farias, perdeu a vida na guerra do Paraguai antes que ele completasse cinco anos.

Aos quinze anos, depois da morte de sua mãe e do casamento da irmã, deixa a casa do padrasto para enfrentar a vida. Até os vinte anos, sabe-se, apenas, que teve empregos humildes e mal remunerados. Aparece, nessa época, como comerciário e, logo depois, como condutor de trem da Brazilian Street Railway Company, na ligação Recife—Apícuos, onde chegou a chefe de estação.

Deixou esse emprego para ser "mascate", conduzindo cargas de louças que trocava por aves e ovos na zona do Agreste. Depois, passou a corretor de firmas exportadoras de peles. Nesse comércio, quando passou

(92) Homero Batista — Parecer sobre o Orçamento da Receita para o exercício de 1913, sessão de 8 de agosto de 1912. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1913, Vol. VII, págs. 363-364.

(93) Alberto Torres — "O Problema Nacional Brasileiro. Introdução a um programa de Organização Nacional." São Paulo, 1938, pág. 214.

a negociar em conta própria, chegou a ser conhecido como o "rei das peles".

A primeira demonstração do seu arrojado pioneirismo deu-se aos 35 anos, quando revelou-se o precursor dos centros de abastecimento que, somente agora, estão sendo reconhecidos como a solução para o abastecimento dos grandes centros urbanos. O mercado do Derbi, em Recife, com 129 metros de comprimento por 28 de largura, 18 portões, 264 compartimentos com balcão de mármore, água corrente e perfeito sistema de esgoto, foi construído por ele, com seus próprios recursos, "para fazer as colheitas chegarem direto do produtor ao consumidor, acabar com o jogo nocivo dos intermediários e açambarcadores, melhorar a vida do pobre e vender gêneros de primeira necessidade mais barato". Foi sua primeira importante inovação e sua primeira desilusão. Inaugurado em 1889, o seu CEASA era destruído dez anos depois, incendiado pela ganância dos donos de armazéns e pelo egoísmo da política local.

Aos cinquenta anos, Delmiro Gouveia tornou-se industrial. Em 1909-1910, convida uma missão americana para estudar o Rio São Francisco e a Cachoeira de Paulo Afonso com vistas ao aproveitamento para fins agropecuários ou industriais. Chega a acertar a fundação de uma grande empresa de capitais americanos e brasileiros para o aproveitamento daquela potencial hidrelétrica e levar a sua energia a todo o Nordeste, o que não se concretizou porque o então governador de Pernambuco não lhe permitiu levar a energia de Paulo Afonso a Recife.

Frustrada essa iniciativa, Delmiro Gouveia decidiu aproveitar, sozinho, o potencial de Paulo Afonso, iniciando, em 1911, a construção de uma usina de 1.500 HP. Paralelamente, começou a montar uma fábrica de linha de coser, fios e fitas. Em 1913, a usina hidrelétrica era inaugurada, levando luz e água a Pedras, cidade que ele fundou, distante 24 quilômetros. A fábrica começou a funcionar no ano seguinte com o braço e a inteligência de caboclo nordestino treinados durante a instalação.

No primeiro ano de funcionamento, a indústria já empregava mais de 500 pessoas, produzindo de 1.500 a 2.000 carretéis de linha por dia. Logo os seus produtos se impuseram no mercado nacional e avançaram para a conquista do mercado sulamericano, afirmando-se na Argentina, Chile, Peru etc. Em 1916, a produção já alcançava 22 mil carretéis diários e fazia-se necessário ampliar a usina hidrelétrica. Por ocasião do seu trágico desaparecimento, a sua organização já empregava cerca de 3.500 pessoas e a potência instalada em Paulo Afonso estava sendo aumentada para 10 mil HP. Ele continuava no firme propósito de levar a energia dessa cachoeira a Recife.

Para que se possa ter uma idéia exata da dimensão do seu pioneirismo, basta dizer que, quando o volume de carga transportada, produto e matéria-prima, exigiu a ampliação do sistema de transporte existente, ele construiu, por sua conta e risco, 520 quilômetros de estrada de rodagem e fez circular os primeiros automóveis vistos no Nordeste.

Em 1912, ele organizava a Companhia Agro-Fábrica Mercantil para "explorar, nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia, o comércio de

gado vacum, cavalari, ovino e caprino, plantio de algodão, irrigação de terras secas, força elétrica e suas aplicações em indústria fabril”.

Na organização de tão importante empreendimento, não esqueceu os aspectos sociais: escolas, assistência médico-sanitária, serviços de água e esgotos, lavanderia, bombeiro, preocupando-se, inclusive, em ministrar ensinamentos higiênicos e profiláticos aos sertanejos, fazendo obrigatório o banho diário, o uso da escova de dentes, da vassoura, do sabão, de antissépticos, punindo o hábito de cuspir ou jogar papel no chão etc. Fazia questão que seus operários se alfabetizassem, incentivando-os a freqüentar os cursos noturnos e atribuindo prêmios aos que se alfabetizassem mais depressa. Ao organizar a Cia. Agro-Fabril, mandou distribuir ações aos seus empregados mais antigos, de acordo com a eficiência e dedicação de cada um.

Delmiro Gouveia pretendia desenvolver, em pleno sertão nordestino, a agricultura e pecuária com as técnicas mais modernas, inclusive a utilização das águas do São Francisco para irrigação. Importou máquinas para mecanizar a lavoura do algodão e pensava em fabricar o seu próprio adubo. Importou gado zebu e holandês, cuidando, ainda, de introduzir novas forragens.

Além da fábrica de linha de coser, já havia encomendado um projeto de uma fábrica de tecidos com 2.000 teares. Pensava, também, em fábrica de tecidos de seda vegetal, papel e cigarros. Do algodão que plantava pretendia chegar até o tecido e alimentar gado com as sementes; pensava em plantar cana para dela extrair a celulose para produzir papel; plantar fumo para vender cigarros. E, ainda não satisfeito, mandou examinar plantas locais (fibras e cactáceas) na Itália com vistas ao seu aproveitamento industrial.

Em sua luta pela redenção do Nordeste, teve que resistir tenazmente à inveja e à politicagem frutos da mentalidade retrógrada e rotineira, e, muito especialmente, às pressões do seu principal concorrente, que nunca lhe perdoou ser expulso do mercado nacional e nem se conformava em lhe entregar o mercado sulamericano, o grupo inglês Machine Cotton. Esse grupo fez tudo, primeiro, para adquirir a sua fábrica, depois, para associar-se com ele.

Foi, porém, preciso destruí-lo para destruir a sua obra. Na noite de 10 de outubro de 1917, Delmiro Gouveia foi traiçoeiramente assassinado, monstruoso atentado que, até hoje, permanece em mistério.

Em 1929, “depois de frustrados todos os esforços junto ao Governo Federal para melhor amparar a indústria de linha nacional” (do último relatório da Diretoria) capitulava a Agro-Fabril vendendo as ações para a Machine Cotton que desmantelou a fábrica e jogou-a no Rio São Francisco, exigindo, ainda, dos vendedores o compromisso de que, pelo prazo de 10 anos, a Companhia e, de cinco anos, seus sócios, não reentrariam no negócio de linha.

Era o fim da extraordinária obra de sentido econômico e social que o idealismo e a coragem de Delmiro Gouveia realizaram no Nordeste.

Órfão de pai com menos de cinco anos, menino do interior que teve que lutar para viver sozinho desde os 15 anos, por duas vezes perdeu a fortuna vítima da inveja, do egoísmo e da politicagem. Nunca esmoreceu. O que ele realizou sozinho, com um idealismo singular, com uma fé e uma confiança na inteligência e no espírito realizador do sertanejo nunca igualadas, com um critério de justiça social exemplar, só teve continuidade cinquenta anos depois e por uma nação inteira.

Ficou o seu exemplo, pois nenhuma vida sintetiza melhor o espírito empresarial brasileiro.

Nas paredes de sua fábrica mandou afixar o seguinte letreiro que é, sem dúvida, um exemplo a ser imitado:

“Jamais se poderá dizer que o produto é irrepreensível ou livre de defeito. Quem manufatura nunca está fazendo bem feito demais. Enfim, todos os dias, deve-se cuidar do melhoramento do produto.”

Nada melhor para comprovar o clima de hostilidade ao empresário nacional e de submissão aos interesses estrangeiros do que o fim melancólico da fábrica de linhas construída por Delmiro Gouveia.

Ao ser votada a Lei Orçamentária de 1926, Executivo e Legislativo reconheciam que fabricantes estrangeiros procuravam embaraçar ou prejudicar a indústria nacional. O art. 42 desta Lei estabelecia:

“**Art. 42** — Fica o Governo autorizado a restringir pela melhor forma, ou a proibir, a importação de qualquer produto estrangeiro sempre que verificar que os fabricantes, representantes ou importadores desse produto, concedendo vantagens especiais aos comerciantes que se comprometam a não vender o similar nacional, procuram embaraçar ou prejudicar a venda deste último e, assim, a indústria nacional.” (94)

No ano seguinte, o Presidente da República confirmava que fabricantes estrangeiros estavam utilizando de processo ilegítimo para prejudicar uma indústria genuinamente brasileira e para eliminar a concorrência nacional. Vale a pena transcrever os considerandos do Decreto que elevou de 2 para 10 mil réis por quilo a taxa sobre fio torcido ou linha de qualquer qualidade: (95)

“Considerando que os Poderes Públicos não podem ser indiferentes, antes têm necessidade de promover meios que facilitem o desenvolvimento da indústria do País, já auxiliando-a, com a isenção de direitos de entrada, já com outros favores que interessem à sua prosperidade, em correspondência com os interesses da economia nacional;”

“Considerando que a Companhia Agro-Fábrica Mercantil atingiu o elevado grau de prosperidade por seus próprios esforços,

(94) Lei n.º 4.984, de 31 de dezembro de 1925.

(95) Decreto n.º 17.383, de 19 de julho de 1926.

independente dos auxílios que os Poderes Públicos têm dispensado, em todos os tempos, a empreendimentos congêneres;" "Considerando que fabricantes estrangeiros de linha de costuras, conforme documentos exibidos pela referida Companhia, com o intuito de criarem embaraços a uma indústria genuinamente nacional, acarretando-lhe os maiores prejuízos, estão oferecendo e prodigalizando vantagens especiais a comerciantes que se comprometam a não adquirir, para seu comércio, os produtos similares da fábrica estabelecida e mantida pela referida Companhia;"

"Considerando que dos documentos apresentados pela Companhia se evidencia o propósito dos fabricantes estrangeiros de extinguir a concorrência nacional para, dominando o mercado, estabelecerem preços exorbitantes para seus produtos, tanto assim que os preços de venda desses produtos, nos próprios países de origem, são muito mais elevados do que os que regulam para vendas no Brasil, não obstante as despesas aditivas de fretes, seguros e impostos;"

"Considerando que, de tais fatos teve conhecimento o Congresso Nacional; e que, por isso, a Lei nº 4.984, de 31 de dezembro de 1925, que orça a Receita Geral da República para o corrente exercício, consignou disposição (art. 42) autorizando o Governo a restringir pela melhor forma ou a proibir a importação de qualquer produto estrangeiro, sempre que verificar que os fabricantes, representantes ou importadores desse produto, concedendo vantagens especiais aos comerciantes que se comprometam a não vender o similar nacional, procuram embaraçar ou prejudicar a venda deste último e assim a indústria nacional;"

"Considerando, ainda, que as providências adotadas em defesa da produção nacional não devem permitir que à sombra delas se estimule a ânsia de lucros excessivos em detrimento do consumidor;"

"Considerando, finalmente, que urge providenciar no sentido de amparar legítimo interesse da Companhia Agro-Fábrica Mercantil, o qual se relaciona com superiores interesses econômicos do País;"

Ocorre, porém, que o Governo seguinte, em virtude da falta de uma política racional de utilização do crédito externo, foi forçado, pela grave crise no mercado cambial e porque, mais uma vez, as necessidades de divisas para o pagamento das dívidas excediam os recursos próprios, a negociar um novo acordo de consolidação da dívida externa.

Outra vez, Rothschild cientificou o Governo brasileiro que os banqueiros ingleses consideravam ato de hostilidade uma barreira alfandegária contra uma importação tradicional. Obviamente, para que as negociações da nova consolidação não fossem prejudicadas, esqueceu-se a Lei nº 4.984, o Decreto nº 17.383 e abandonou-se a Companhia Agro-Fábrica Mercantil à sua própria sorte.

O crescente endividamento no exterior revelava-se um instrumento eficiente da política neo-colonialista. Os empréstimos externos contraídos em número excessivo e em condições onerosas, quase sempre sem nenhum critério de prioridade, serviam para manter os vínculos de dependência. E, na medida em que a irracionalidade da política econômica forçava a que tais empréstimos fossem pagos com o produto de novos empréstimos contraídos para esse fim, permitiam ao capital estrangeiro apor obstáculos ao desenvolvimento da empresa nacional ou eliminar as já existentes em setores que julgassem ser de seu interesse. "Em alguns casos, os investimentos diretos ingleses significaram o aumento das dificuldades para as empresas industriais nacionais competidoras sem qualquer benefício para os consumidores, como, por exemplo, quando J. & P. Coats comprou uma fábrica brasileira de fios de algodão exclusivamente para atirar as máquinas no rio." (96)

A República submeteu-se à mesma sociedade conservadora e retrógrada dos tempos da monarquia, frustrando os objetivos de renovação, as esperanças de progresso e os anseios de emancipação econômica do movimento revolucionário. (97)

O novo regime manteve o Brasil enfeudado ao Império Britânico, que continuava bloqueando toda e qualquer iniciativa que não se destinasse a produzir as matérias-primas que as suas indústrias necessitavam e que ainda não eram produzidas em suas próprias colônias ou que ameaçasse a presença de suas manufaturas em nosso mercado consumidor.

Aos empresários brasileiros continuou a faltar proteção tarifária eficiente e um sistema de crédito industrial. A política monetária continuava bloqueando o crescimento industrial enquanto os impostos interestaduais bloqueavam a expansão do comércio interno. Além disso, as iniciativas industriais eram desanimadas pelas medidas de proteção ao consumidor, (98) e por injustas acusações à indústria de ser a causadora das elevações do custo da vida.

Quando, em 1928, Roberto Simonsen defendeu o protecionismo alfandegário, na primeira reunião do Centro das Indústrias de São Paulo, o Partido Democrático reagiu da seguinte forma:

"É preciso repetir um milhão de vezes: o Brasil é um País essencialmente agrícola. O que lhe importa fundamentalmente é explorar com a lavoura, a pecuária e a mineração, os 8.500.000 quilômetros quadrados que possuímos e dos quais oitenta ou noventa por cento ainda estão desaproveitados. É apenas ridículo sacrificar o interesse dessa exploração ao de meia dúzia de indústrias do Rio e de São Paulo... Os 300 mil operários que trabalham nas indústrias de estufa do Brasil poderiam, muito

(96) Richard Graham — Op. cit., pág. 321.

(97) "Sem emancipação econômica, a independência política é uma solução que satisfaz, apenas, o amor próprio nacional, sem nos dar o bem-estar material, condição primordial da ordem e da estabilidade social". Inocêncio Serzedelo Corrêa: "O Problema no Brasil", op. cit., pág. 3.

(98) "Não é o consumidor que faz o enriquecimento das nações, o seu poder, o bem-estar de todos seus habitantes; é, sim, o produtor, é sim, o que desenvolve os meios de trabalho, o que cria e difunde", reagiria Serzedelo Corrêa (op. cit., pág. 157).

mais proveitosamente para o País, estar trabalhando nas lavouras, mais necessárias ao nosso desenvolvimento." (99)

Durante a campanha eleitoral de 1930, a indústria era apresentada como "um grupo de exploradores estrangeiros, produtores de artigos de má qualidade, responsáveis pela elevação do custo de vida". (100)

Isso demonstra a eficiência da campanha realizada pela sociedade rural e pelas firmas comerciais estrangeiras com o objetivo de criar a imagem do País essencialmente agrícola, da indústria artificial, do industrial parasita e explorador. Duas referências servirão para demonstrar a que ponto havia chegado esse antiindustrialismo.

Fonseca Telles, em São Paulo, escrevia: "se é (a indústria) nova, reclama a tarifa a pretexto de defesa, nos primeiros passos da sua vida; se é velha, implora aumentos nas taxas existentes sob o falaz argumento de que elas não correspondem às condições atuais; as primeiras são indústrias de mamadeira; as outras, que já deveriam estar desmamadas, pedem dupla ração de leite, porque o apetite decerto cresceu com a idade". (101)

No Rio de Janeiro, A. M. Bittencourt escrevia no **Diário Carioca**: "os industriais . . . em vez de empregarem o seu tempo e a sua inteligência na solução de problemas que surgem todos os dias, inevitavelmente, na indústria . . . gastavam as suas preciosas energias cercando o governo, a imprensa e o povo de argumentos capciosos, tendenciosos e falsos . . . a fim de se livrarem de "drogas" geradas pela sua incapacidade." (102)

A Revolução de 1930, não significou qualquer mudança nessa mentalidade antiindustrial, faltando à sua liderança a consciência de que o processo de industrialização era o caminho mais eficiente para realizar transformações estruturais na sociedade. Muito embora ela tenha posto fim à hegemonia da sociedade cafeeira, não significou, entretanto, a ascensão do setor industrial ao poder.

A Aliança Liberal conclamava a classe média urbana contra a suposta incompetência e corrupção dos industriais, que sobrecarregavam o Brasil com tarifas elevadas. (103)

Como afirma Dean, Getúlio Vargas procedia de um Estado em que a indústria era politicamente sem importância e nada em sua educação econômica lhe dera a entender que a industrialização do Brasil fosse assunto urgente. Em sua plataforma de candidato, ele se confessou favo-

[99] Citado por Boris Fausto em "A Revolução de 1930". São Paulo, Editora Brasiliense, 1972, pág. 33.

[100] Boris Fausto — Op. cit., pág. 38. Entre as páginas 29 e 50 encontra-se uma minuciosa análise do antiindustrialismo nos momentos que precederam a Revolução de 1930 e evidências de que o comportamento político dos líderes desse movimento revelava uma atitude de indiferença, senão de hostilidade, às reivindicações específicas dos industriais.

[101] Boris Fausto — Op. cit., pág. 38. Entre as páginas 29 e 50 encontra-se uma minuciosa análise do antiindustrialismo nos momentos que precederam a Revolução de 1930 e evidências de que o comportamento político dos líderes desse movimento revelava uma atitude de indiferença, senão de hostilidade, às reivindicações específicas dos industriais.

[102] Warren Dean — "A Industrialização de São Paulo". São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, pág. 153.

[103] Warren Dean — Op. cit., pág. 196.



rável à proteção das indústrias que utilizavam matérias-primas nacionais e contra as "indústrias artificiais, que fabricam com matérias-primas importadas, aumentando o custo de vida em benefício de indústrias privilegiadas". (104) O fato é que, conforme observou Skidmore, Vargas evitou, pelo menos até a 2ª Guerra Mundial, comprometer-se de forma inequívoca com um programa de desenvolvimento industrial. (105)

De acordo com Fausto, (106) o comportamento político dos líderes desse movimento revela uma atitude de indiferença, senão de hostilidade, às reivindicações específicas dos industriais. Lindolfo Collor nunca revelou maior simpatia pela indústria. Oswaldo Aranha, ao ser empossado no Ministério da Fazenda, afirmaria ser "contrário à intervenção do governo na vida comercial do País, para valorizar o produto e manter indústrias fictícias".

Com semelhante orientação, não é de surpreender que o Governo Revolucionário estabelecesse como seu objetivo não a diversificação das atividades econômicas, mas a reconstrução do mercado externo. A Câmara Inglesa de Comércio julgava que se poderia "inferir dos pronunciamentos feitos por muitos dos novos governantes que existe um reconhecimento generalizado de que o bem-estar geral e o futuro do Brasil reside no desenvolvimento da exploração agrícola, pastoril e mineral e não no estabelecimento de uma estrutura industrial que só pode existir sob o patrocínio de uma tarifa abusiva. (107)

Os primeiros atos do Governo Revolucionário foram de tal forma desalentadores, que os empresários decidiram participar da Revolução Constitucionalista de 1932. (108)

Da Revolução de 1932 ao golpe de Estado de 1937, os empresários nacionais continuaram enfrentando os seus tradicionais adversários: os fazendeiros, os comerciantes importadores e o governo.

A Federação das Indústrias de São Paulo (109) denunciava "um suposto antagonismo entre os interesses da lavoura e os da indústria alimentado, de um lado, pelos interesses de indústrias estrangeiras que visam, numa preocupação imediatista, conquistar, à **outrance**, os nossos mercados internos e, de outro lado, pela ignorância de muitos elementos nacionais que se não apercebem das inevitáveis ações e reações, existentes entre todas as atividades dentro de um mesmo país, com fundas e recíprocas repercussões sociais". Nesse mesmo documento, afirmava mais adiante:

"É preciso que se incuta no espírito de cada brasileiro esta verdade, já sedição nos povos que conseguiram um elevado grau

(104) Warren Dean — Op. cit., págs. 195 e 196.

(105) Thomas E. Skidmore — "Política in Brazil, 1930-1964". New York, Oxford University Press, 1967, pág. 45.

(106) Boris Fausto — Op. cit., págs. 40 e 41.

(107) Warren Dean — Op. cit., pág. 196.

(108) Sobre a participação dos empresários no movimento de 1932 ver especialmente Clóvis de Oliveira, "A Indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932", São Paulo, edição CIESP-FIESP, 1956.

(109) Roberto C. Simonsen — "Evolução Industrial do Brasil e outros estudos". São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973, págs. 92 e 93.

de enriquecimento: a indústria manufatureira é apenas uma etapa no desdobramento do trabalho que manipula os produtos originários da terra e que visa, como toda e qualquer outra atividade útil, satisfazer as necessidades do homem."

"A observação dos povos progressistas demonstra que a diversificação das atividades industriais e a ampliação das chamadas indústrias de qualidade concorrem, mais do que qualquer outro fator, para melhor apurar as qualidades produtoras do homem, e, portanto, incrementar a capacidade do ganho individual, escopo social que se confunde, evidentemente, com os altos interesses da nacionalidade."

Os industriais paulistas continuavam insistindo que o mercado interno deveria constituir, por excelência, a base estimuladora do desenvolvimento industrial, pois mesmo a conquista de mercados externos para os nossos produtos manufaturados só poderia ser alcançada, de forma estável, se a produção repousar em um forte desenvolvimento da economia interna.

Insistiam, também, que "a instabilidade de orientação em matéria econômica, como em qualquer outra, é talvez, o maior fator do cerceamento do nosso progresso" e que "com o hábito de copiar os sistemas e doutrinas alienígenas, sem o conveniente estudo das nossas condições econômicas, introduzimos no Brasil a lenda do encarecimento da vida pelo protecionismo aduaneiro", concluindo que "se, ao invés do protecionismo fiscal, tivéssemos adotado um sadio protecionismo industrial, as nossas indústrias estariam hoje muito mais desenvolvidas, o padrão de vida médio bem superior ao nível atual e a nossa moeda bem menos desvalorizada". (110)

Assim, o talento empresarial nacional continuava sendo estrangulado pela falta de proteção aduaneira adequada, por uma política econômica instável e vacilante, pela falta de estímulo à mobilização de capitais, e, sobretudo, pela falta de aprovação social para a atividade empresarial.

Com o "Estado Novo", abandonava-se o liberalismo político e econômico. A sua implantação foi atribuída à transformação econômica que já ocorrera e que ainda precisava ser estimulada. (111) Entretanto, muito embora os seus objetivos fossem industrialização, nacionalismo econômico e bem-estar social, o fato é que não conseguiu desencadear um processo de industrialização, muito embora a classe empresarial tivesse sabido aproveitar o colapso das importações durante o período de guerra.

Ao terminar o conflito, observava-se que os incentivos que o governo havia oferecido tinham sido ineficazes e voltava a preocupação com a concorrência estrangeira. Nesse clima realizou-se, em 1944, o Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria no qual se recomendou uma planificação econômica nacional abrangendo problemas industriais, agrícolas, comerciais, bem como sociais e econômicos de ordem geral. Reconhecia-se

(110) Roberto C. Simonsen — Op. cit., especialmente "Possibilidades da Expansão Industrial Brasileira e anexo", págs. 70 e seq.

(111) Warren Dean — op. cit., pág. 225.

que o Estado, longe de interferir diretamente pelo comando no campo econômico, deveria acentuar a sua influência no sentido de **criar condições que assegurem a permanência do desenvolvimento das atividades privadas.** <sup>(112)</sup>

Durante o primeiro governo democrático, tentou-se o retorno ao liberalismo econômico, o que foi impedido pela rápida exaustão das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e pelo conseqüente agravamento do **deficit** do balanço de pagamentos.

Em seu Relatório Anual de 1946, o então Ministro da Fazenda alegava que a ineficácia das providências postas em prática para combater a inflação tornava imperativa a adoção de medidas de caráter permanente visando, além do combate à inflação, a expansão econômica e a reforma tributária. A expansão econômica seria estimulada pelo afastamento de todos os obstáculos criados à produção, distribuição e circulação das riquezas; e pela assistência financeira organizada em moldes clássicos. <sup>(113)</sup>

Mais adiante afirmava:

“Aproxima-se o momento em que os esforços devem convergir para o fortalecimento da iniciativa privada, o que tornará possível a recuperação das atividades produtoras. O que se verificou, entre nós, com as intervenções do poder público no campo da atividade particular, foi a escassez de mercadorias de primeira necessidade, ao mesmo tempo que o abuso do crédito facilitava a especulação em torno dos estoques.”

“O retorno às normas do livre comércio, baseado em política econômica observadora da liberdade de iniciativa, recomporá o que foi destruído, criando clima de confiança propiciadora do aumento da produção, principalmente a primária, pois que nela se baseia a nutrição de uma população em aumento constante.” <sup>(114)</sup>

A industrialização voltava a ser condicionada ao problema do comércio exterior e aos interesses do consumidor:

“Articulados o problema do comércio exterior e o da industrialização do País, o último deve ser resolvido sem que se imponham sacrifícios ao consumidor interno” ... “Há um termo médio de conciliação entre os interesses dos diversos ramos da produção entre si e nas suas relações com o mercado interno. Não atende ao bem-estar coletivo criar e proteger indústrias dando-lhes caráter de monopólio.”

E, mais adiante:

“A defesa dos interesses da economia de consumo, comportando estabilidade de preços e formação de nível compatível

(112) Roberto C. Simonsen — *op. cit.*, págs. 102 e seg.

(113) Ministério da Fazenda — Relatório do Ministro Pedro Luiz Corrêa e Castro, Exercício de 1946. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1946, págs. 8 e 9.

(114) Ministério da Fazenda — Relatório do Ministro Pedro Luiz Corrêa e Castro, Exercício de 1946. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1946, págs. 155 e 156.

equivale a um plano de reconstrução, pois a produção passou a constituir atividade de caráter social.”

Finalmente:

“Sem dúvida, a melhoria das condições do mercado interno depende muito da recuperação do movimento importador. É da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matéria-prima e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados.” (115)

Em estudo recente, Annibal Villela e Wilson Suzigan (116) sustentam que a política econômica, ao longo do período 1889-1945, se não restringiu, pelo menos não propiciou o crescimento econômico. Não houve, até 1945, um conjunto coordenado de medidas capazes de incentivar o desenvolvimento industrial. A industrialização nunca foi objetivo básico da política econômica governamental. Ao contrário, a defesa dos interesses do café, a implementação de políticas de contenção e uma exagerada preocupação com os interesses do consumidor freqüentemente contribuíram para inibir o desenvolvimento industrial a longo prazo. Mas, como a evolução da política econômica brasileira caracterizou-se por buscas e freqüentes mudanças de orientação, em alguns casos, a produção interna se beneficiava dessas oscilações, como por exemplo, da proteção decorrente das desvalorizações cambiais. As mesmas razões que determinaram o fracasso de Mauá, restringiram o desenvolvimento industrial brasileiro, pelo menos, até o final da década de vinte.

Na verdade, até os anos cinquenta, a política econômica brasileira era inconsistente, formulada sempre para solucionar problemas específicos que emergiam de um desenvolvimento espontâneo. Reflexa e dispersiva, caracterizava-se pela improvisação, não chegando, nunca, a constituir um conjunto coerente com prioridades conscientemente definidas.

A partir da Revolução de 1930, a industrialização sempre constituiu o principal objetivo. Contudo, conflitos e vacilações, tanto na formulação, como na execução, neutralizavam os esforços nesse sentido.

Um dos principais exemplos dessa inconsistência foi a idéia de estimular a industrialização através do controle das importações. Muito embora, pelo princípio da similaridade, ficasse praticamente proibida a importação de um produto comprovada a existência de similar nacional em condições de substituir o importado em qualidade e quantidade, esse mecanismo ficava neutralizado pela política cambial excessivamente conservadora.

No pós-guerra, as medidas de estímulo à industrialização chocavam-se contra aquelas que, para moderar a inflação interna, liberavam

(115) Ministério da Fazenda — Relatório do Ministro Pedro Luiz Corrêa e Castro, Exercício de 1946. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1948, págs. 157 e 172.

(116) Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan — “Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945”, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, especialmente, o Cap. II.

o sistema comercial, satisfazendo a demanda reprimida durante os anos de guerra. Uma das características dessa política liberal foi a manutenção de uma taxa de câmbio fixa (18,32 cruzeiros antigos por dólar de 1946 a 1953) a despeito da velocidade da taxa de inflação (11 por cento ao ano nesse período).

Em 1948, estabeleceu-se o controle de câmbio através de restrições quantitativas. Mas, como o critério de controle era muito vago, a taxa de câmbio continuava supervalorizada e a tarifa alfandegária mantinha a sua base em valores específicos, ao que se deve acrescentar a corrupção administrativa, o sistema de controle quantitativo não chegou a constituir uma solução.

Quando, na década de cinquenta, começou-se a pensar seriamente na formulação de uma política de desenvolvimento industrial, esbarrou-se, ainda, com os seguintes obstáculos: **1)** a tarifa alfandegária, mais de ordem fiscal que a econômica, não oferecia qualquer defesa econômica para a indústria nacional; **2)** a diferença entre o valor interno e o valor externo da moeda nacional, à taxa de câmbio vigente, tornava mais interessante importar do que fabricar no País; **3)** os empresários temiam não só que as vacilações da política econômica resultassem em tratamentos desiguais, com vantagens conferidas a competidores como, especialmente, depois de se instalarem, viessem a ser expulsos do mercado pelos produtores estrangeiros. A concorrência de produtos estrangeiros continuava a constituir não só um obstáculo à expansão do parque fabril, mas, especialmente, um grave perigo para as empresas que se instalaram estimuladas pelas dificuldades dos anos de guerra.

Pela primeira vez em nossa história, formulou-se uma estratégia de desenvolvimento industrial, a qual pode ser assim resumida: **a)** o sistema de taxas múltiplas de câmbio encorajava o desenvolvimento industrial de forma extensiva na medida em que acelerava a substituição de importações com o objetivo de liberar divisas para as importações consideradas indispensáveis, estimulava a importação de bens de capital e intermediários e transferia renda do setor exportador para o setor industrial; **b)** a "Lei do Similar", a partir do advento do sistema de taxas múltiplas, conferia eficiente grau de proteção à indústria nascente; **c)** através de incentivos de ordem cambial, fiscal e creditício, o governo orientava os investimentos para as indústrias de bens de capital e de bens intermediários.

Com base nessa estratégia, as forças propulsoras do desenvolvimento industrial foram as seguintes: **1)** a substituição de importações, que permitia a incorporação de novas técnicas e de novos produtos ao processo produtivo; **2)** a política cambial como mecanismo de transferência de recursos do setor rural para o setor industrial; **3)** o capital estrangeiro como principal fonte de financiamento dos investimentos industriais; **4)** a inflação como mecanismo de transferência de recursos do setor privado para o setor público.

Duas razões explicam uma participação menos expressiva da empresa nacional nesse processo.

Em primeiro lugar, a aplicação eficiente do "princípio da similaridade", na medida em que tornava proibitiva a importação, levou as empresas estrangeiras a passar da distribuição do produto estrangeiro para a montagem, ou da montagem para a manufatura local. A política de nacionalização (no sentido de uso de componentes e de matérias-primas nacionais) a curto prazo funcionou como um "tratamento de choque" para aqueles que ainda permaneciam indecisos frente à idéia de se instalarem no Brasil. Na medida em que a eficiente proteção tornava praticamente impossível a importação e uma vez que o Brasil já era considerado um dos mais promissores mercados do hemisfério sul e, por isso mesmo, a melhor localização em relação a um possível mercado comum latino-americano, as empresas estrangeiras não hesitavam em garantir, em alguns casos até em aumentar, a sua participação no mercado nacional.

Em segundo lugar, o Governo teve de enfrentar a seguinte opção: ou mobilizava as poupanças internas para apoiar a expansão da empresa nacional e deixava a infra-estrutura em mãos estrangeiras, o que encontrava resistência no próprio capital estrangeiro já receoso das consequências políticas, sobretudo dos movimentos nacionalistas; ou utilizava os recursos nacionais para construir a infra-estrutura que o desenvolvimento econômico estava exigindo, criando, dessa forma, uma base firme e permanente para a emancipação econômica, apoiando o desenvolvimento industrial, nessa fase inicial, no capital e na empresa estrangeira.

A escolha, como não podia deixar de ser, recaiu na segunda alternativa. De outra forma, não teria sido possível dar um impulso capaz de neutralizar, de uma vez por todas, as forças conservadoras que se opunham à modernização da sociedade brasileira.

O dualismo empresa estatal e empresa de capital estrangeiro não resultou de falta de capacidade empresarial, mas das limitações dos recursos financeiros nacionais e da necessidade imperiosa de, simultaneamente, construir a infra-estrutura na qual se devia apoiar o desenvolvimento econômico e expandir o parque fabril através de um processo acelerado de substituição de importações.

Era imperioso porque uma análise retrospectiva mostrava que, quem se dispusesse a impulsionar este País para a sociedade industrial teria de fazê-lo saltar em um prazo bem curto, pois, do contrário a tentativa seria frustrada, como tantas outras já tinham sido, pela falta de continuidade administrativa e pela defesa de interesses constituídos. Por isso, o desenvolvimento industrial teria que ser levado, em prazo bem curto, a um ponto irreversível.

A mobilização de parcela substancial dos recursos nacionais para o financiamento de obras de infra-estrutura impediu que a empresa nacional tivesse uma participação maior no desenvolvimento industrial durante os últimos vinte anos.

A nova política teve três linhas de ação:

A primeira, a ação empresarial direta do Governo, que não se explica pela transferência de características schumpeterianas ao Estado nacional, mas pela necessidade de manter os serviços de infra-estrutura sob controle nacional e por razões de segurança nacional. Não há porque considerar a intensificação dessa ação em conflito com a profissão de fé privatista dos governos mais recentes. Essa ação empresarial tem-se concentrado em setores absolutamente indispensáveis ao próprio desenvolvimento da iniciativa privada e sem os quais não teria sido possível a intensa expansão econômica dos últimos vinte anos. De outro lado, mesmo abstraindo a necessidade de manter sob controle nacional, a produção de energia e de combustíveis e os serviços de transporte e de comunicações, é bastante duvidoso que tivesse sido possível mobilizar, no setor privado nacional e estrangeiro, os recursos necessários para empreendimentos como Paulo Afonso, Três Marias, Furnas, Urubupungá, Itaipu, bem como para o sistema nacional de telecomunicações.

A segunda, a ação sobre os preços, onde se pode identificar um conflito: ao mesmo tempo que o mecanismo de subsídios estimulava a ação empresarial, os mecanismos de controle de preços marcavam o conteúdo político e demagógico através do falacioso argumento de defesa do consumidor. Atrás da hipocrisia "de não sacrificar o interesse dos pobres consumidores" vem se escondendo, desde o século passado, um resistente desapeço pela classe empresarial. Antes ele foi utilizado para manipular a tarifa alfandegária segundo os interesses da indústria inglesa. A partir da redemocratização do País, esse desapeço passou a se utilizar dos mecanismos de controle de preços, acusando a indústria de responsável pela inflação.

A terceira, a ação sobre a formação de capital, na fase inicial, como já se disse, orientada fundamentalmente para os investimentos de infra-estrutura, o que limitou a sua contribuição à expansão da empresa nacional.

Não se pode comparar a presença do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial dos últimos vinte anos, à submissão a que se submeteu a monarquia e a primeira República. Desta vez, ela resultou menos de uma atitude submissa do que de uma decisão consciente de utilizá-lo, o mais intensamente possível, para reduzir, no tempo, a fase de transição de economia agroextrativista para economia industrial.

A história demonstra que o nosso atraso econômico não resultou da falta de capacidade empresarial. Muito pelo contrário, capacidade empresarial sempre existiu, mas foi mantida reprimida até a primeira metade deste século, antes pelos interesses de Portugal, depois da nossa independência, pelos interesses comerciais do Império Britânico.

A classe empresarial nunca se deu por satisfeita com a independência política. Defendeu com obstinação que o Brasil só seria uma nação soberana quando conquistasse a emancipação econômica e que somente pela industrialização se obteria a independência econômica.

Lutou heroicamente para que o Brasil deixasse de ser "uma feitoria comercial e colonial explorada pelos traficantes europeus", contra o primarismo da sociedade rural que defendia ter o Brasil por destino ser um País agrícola. Rebelou-se patrioticamente quando a República curvou-se à velha aristocracia rural, frustrando os seus objetivos fundamentais.

Já se disse que o desenvolvimento econômico de um país é o resultado dos sucessos e dos fracassos de seus empresários. A luta dos empresários brasileiros pela emancipação econômica deste País é uma das mais belas páginas da nossa história. A sua tenacidade, à sua obstinação, ao seu pioneirismo e ao seu patriotismo se deve a grande Revolução Brasileira: a profunda transformação na sua estrutura econômica e no seu sistema social.

Esse processo revolucionário, todavia, ainda não está concluído. Essa mesma classe empresarial que nunca aceitou o caráter semicolonial e semifeudal da nossa sociedade, certamente não aceitará uma posição secundária no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Ela nunca foi nativista. Mas, também, não aceita que o capital estrangeiro ultrapasse os limites de uma conveniente participação complementar.

Depois de uma resistência cega e inflexível, durante mais de um século, à aliança do capitalismo internacional com a aristocracia rural, que impedia a todo o custo o nosso desenvolvimento econômico, a classe empresarial, certamente, não descansará enquanto não reconquistar a liderança da Revolução Industrial Brasileira.

Não se deve acreditar que o empresário brasileiro esteja perdendo o seu espírito renovador e o seu fervor revolucionário e que venha a se acomodar face aos resultados até aqui alcançados, desistindo da liderança do processo social.

Ele entende que as condições agora são outras. Surpreendido pela velocidade que atingiu o processo de industrialização, ele vive, neste momento, uma fase introspectiva. Ele sente a necessidade de preparar-se, de armar-se para enfrentar um novo desafio.

O problema não é mais a proteção da indústria nacional contra a concorrência estrangeira. O conflito não é entre empresa privada e empresa estatal. Esse desafio são as relações econômicas entre a empresa nacional e a empresa estrangeira; é a afirmação da empresa nacional frente a empresa multinacional.

Neste ponto, é de toda conveniência esclarecer que, a despeito da luta desigual, da perfídia e até da violência utilizada pelas empresas estrangeiras, não predominava, entre os empresários brasileiros, o sentimento nativista.

Eles reconheciam que um país novo como o Brasil necessitava de capital, da técnica e do empresário estrangeiro para progredir e para alcançar um nível de civilização mais elevado.



Os empresários nacionais não concordavam com a discriminação em favor de tudo que era estrangeiro; não aceitavam a condição de inferioridade e, muito menos, o desprezo com que eram tratados pelas autoridades; rebelavam-se contra a dominação "de fora", "contra o absentismo que nos corrói", conforme afirmava Serzedelo Corrêa. Mas eles tinham profunda admiração pelos estrangeiros que, para aqui, se transferiam em definitivo.

Esse nacionalismo pode ser resumido nessas palavras do mesmo Serzedelo Corrêa:

"No dia em que o poder monetário estrangeiro tiver se apossado da maior parte dessa poderosa fonte de produção, sem que aqui os detentores dela vivam definitivamente e empreguem os lucros de sua exploração, sem que tenham completa e absolutamente nacionalizado as suas pessoas, a sua família, o seu capital e os seus lucros, nesse dia teremos apertado de modo inquebrantável os elos da cadeia que nos acorrentará ao poste da escravidão colonial." (117)

Logo depois da Revolução de 1930, isto é, em 1931, por imposição do Senhor Rothschild, um perito inglês, o Senhor Otto Niemeyer, visitou o País para avaliar a nossa capacidade de pagamento e recomendar medidas que assegurassem a regularidade dos serviços da dívida externa.

Nessa época, já se observava um conflito entre os interesses financeiros e comerciais dos ingleses em relação ao Brasil. A Casa Rothschild defendia a redução do nível de importação quer por meio de direitos alfandegários mais elevados, quer pela utilização compulsória de matéria-prima nacional. De outro lado, a Câmara de Comércio Inglesa pressionava para que a revogação da tarifa aduaneira fosse uma pré-condição para a manutenção da assistência financeira ao País. (118)

Em seu relatório, (119) Niemeyer reconhecia que "uma confiança exagerada na emissão de notas, empréstimos dispendiosos no estrangeiro para fins de valor econômico duvidoso e despesa pública excessiva produziram uma situação de inflação financeira, para corrigir a qual pouco foi feito, dela provindo natural e inevitável tendência para a depressão do câmbio".

Lembrava, mais adiante, que "nunca será demais repetir que a reconstrução financeira do Brasil, como de qualquer outro país, depende de duas bases fundamentais: 1) a manutenção do equilíbrio orçamentário pelas autoridades administrativas, isto é, a redução das despesas anuais à receita anual (excluindo os empréstimos) e 2) a estabilização da moeda".

Mas, para os objetivos deste ensaio o que é relevante salientar é que ele depois de reconhecer ser "de muita necessidade que o Brasil

(117) Inocêncio Serzedelo Corrêa — Op. cit., pág. 79.

(118) M. de P. Abreu — "The Niemeyer Mission: An Episode of British Financial Imperialism in Brazil", Working Papers n.º 10. Center of Latin American Studies, University of Cambridge, pág. 35.

(119) Edgard Carone — "A Segunda República". São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973, págs. 103 e seq.

evite empréstimos estrangeiros excessivos ou não remunerativos" sugeriu como pontos relevantes que se encorajasse a aplicação interna de capitais pelos próprios brasileiros e, o que considerava mais importante ainda, que se encorajasse a colocação das economias dos brasileiros em indústrias brasileiras.

Isso era o que um inglês sugeria, no momento em que a sociedade conservadora voltava a condenar a industrialização porque: 1) encareciam, com manifesto abuso, o padrão de vida em favor unicamente de alguns felizes industriais, sem vantagem para a Nação; 2) perturbavam as nossas relações internacionais, expondo-nos a represálias contra os nossos produtos de exportação; 3) diminuían as rendas aduaneiras, sem compensação de impostos pagos pela indústria protegida; 4) desviavam o operariado nacional do campo para os aleatórios trabalhos industriais das cidades.

## V — O FUTURO DO EMPRESÁRIO NACIONAL

Um dos aspectos do desenvolvimento econômico brasileiro mais discutidos nos últimos tempos é o da concentração das grandes empresas nas mãos do Governo e do capital estrangeiro. O Estado controla setores vitais como energia elétrica, combustíveis, comunicações, siderurgia etc. Os bancos estatais fazem uma ativa concorrência aos bancos nacionais privados. As indústrias mais dinâmicas — a automobilística, a mecânica pesada, a de material elétrico etc — estão praticamente em poder de empresas estrangeiras. Em toda a economia brasileira a grande empresa genuinamente nacional constitui a exceção e não a regra.

Nessas circunstâncias, e no atual estágio de desenvolvimento econômico, já se pode identificar uma tendência à marginalização da empresa privada nacional? Justifica-se essa inquietação com o futuro da empresa nacional? É verdade que as economias de escala, um imperativo do progresso tecnológico, são inacessíveis à pequena e a média empresa nacional? Só se pode construir grandes empresas com capitais estrangeiros ou estatais?

O desenvolvimento econômico é, considerado de um modo geral, o resultado da ação dos seguintes fatores: taxa de retorno dos investimentos, taxa de poupança e de formação de capital, volume dos salários e ordenados pagos, taxa de crescimento da população, recursos naturais existentes etc. Raramente se inclui, entre esses fatores, o esforço para melhorar os métodos de produção, o talento e a acuidade da classe empresarial.

As teorias do desenvolvimento econômico apresentam as seguintes deficiências:

Primeiro, elas limitam a explicação à disponibilidade de **capital** e de **trabalho**, não levando em consideração a natureza e a qualidade dos fatores de produção, que se sugere seja uma conseqüência indireta dos investimentos. Disso resulta que toda estratégia é centralizada na

acumulação de capital fixo. O desenvolvimento econômico, assim, resultaria da maximização do capital "per capita".

Segundo, elas condicionam as perspectivas de industrialização ao menor preço relativo que o trabalho pode ter em relação ao capital e à dificuldade de substituir mão-de-obra abundante por capital escasso.

Terceiro, a suposição de que o baixo preço do fator trabalho é o grande estímulo para a industrialização.

Essas teorias deixam a impressão de que o desenvolvimento econômico é um processo automático e que a formação de capital fixo é suficiente para liberar as forças dinâmicas do progresso.

Na realidade, porém, o desenvolvimento econômico decorre das reações da sociedade frente aos riscos a assumir e aos resultados a alcançar. O processo de industrialização caracteriza-se pelas tensões existentes entre a situação real das atividades econômicas e os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento industrial, de um lado, e as expectativas que o desenvolvimento industrial faz emergir, de outro.

Essas tensões são mais violentas e os choques bem mais dramáticos porque as políticas de desenvolvimento econômico se concentram na acumulação de capital fixo e não consideram as atividades verdadeiramente básicas e essenciais: o aperfeiçoamento da capacidade empresarial, a expansão do trabalho qualificado e o incremento do conhecimento técnico e científico.

Na segunda metade do século XIX, a Europa continental se desenvolveu a uma velocidade sem precedentes. As forças propulsoras desse extraordinário desenvolvimento foram: a) melhoria das condições de transporte; b) novas fontes de energia e de matérias-primas; c) aumento vertiginoso da oferta de moeda. Mas, conforme salienta Landes, acima de tudo estava a resposta de uma criativa classe empresarial a essa combinação de oportunidades de longo prazo e de facilidades de curto prazo. <sup>(120)</sup>

A causa fundamental do fracasso de certos programas de desenvolvimento ao nível nacional ou ao nível internacional, como foi o caso da Aliança para o Progresso, está na falta de interesse pela qualidade do fator humano e pelo papel desempenhado pelos agentes do desenvolvimento. Esses programas não consideram o aperfeiçoamento das capacidades dos membros da população para exercer atividades promotoras do desenvolvimento, nem se preocupam em estimular a capacidade empresarial nacional, ou melhorar a qualidade da força de trabalho ou aumentar o nível de conhecimento técnico e científico.

Observa-se, atualmente, nos países industrializados, grande interesse em aproveitar-se do baixo nível de qualificação — e conseqüente baixo nível de salários — dos trabalhadores dos países em desenvolvimento, esquecendo-se egoisticamente de que, dessa forma, se impede a criação

(120) David S. Landes — "The Unbound Prometheus". Cambridge, Cambridge University Press, 1969, pág. 201.

de capital humano, retarda o desenvolvimento cultural e aumenta a dependência tecnológica.

No que diz respeito à capacidade empresarial, parte-se sempre da suposição de que uma das características do subdesenvolvimento econômico é a falta de talento empresarial, e procura-se compensá-la com a ação empresarial do próprio Estado e a atuação de empresários estrangeiros. Quanto mais aguda a escassez de talento empresarial, mais marcante a presença direta do Estado nas atividades econômicas e maior a participação de estrangeiros no processo industrial. Mas há exagero nessa generalização. Nem sempre a questão é de falta de talento empresarial. Melhor seria considerar que, nas sociedades pré-industriais, existe uma preferência natural pelos investimentos em terras, no comércio ou em bancos comerciais. Em terras, porque é tradicionalmente mais seguro e porque é o que dá prestígio social. No comércio e em bancos comerciais, porque se acredita que comprar e vender e emprestar dinheiro são as atividades que oferecem as melhores perspectivas de rentabilidade, depois das atividades agropastoris. Nessas sociedades, a indústria apresenta um tipo particular de incerteza muito diferente dos riscos das atividades agrícolas, comerciais ou bancárias.

Faz-se necessário, portanto, corrigir essa suposição. Nas sociedades pré-industriais não falta talento empresarial. O que falta é interesse dos homens que possuem capital e tirocínio empresarial pelas atividades industriais onde os riscos são substancialmente diferentes daqueles encontrados na agricultura, no comércio e no empréstimo de dinheiro.

Se, de um lado, não se pode negar que falta ao empresário da sociedade pré-industrial disposição para enfrentar os riscos da atividade industrial, por outro lado, também é verdadeiro que essa timidez resulta de: **a)** debilidade financeira frente ao volume de recursos quase sempre requerido pelos projetos industriais; **b)** falta de informações que lhe permitam visualizar, além dos riscos da atividade industrial, uma rentabilidade superior ou igual à que ele está seguro de encontrar na agricultura, no comércio ou em transações bancárias. Algumas vezes, as informações não chegam nem a ser suficientes para vencer a timidez própria do ambiente pré-industrial.

A principal restrição que se pode fazer aos modelos de desenvolvimento econômico conhecidos é que eles não descrevem a atividade mais essencial do processo: a promoção direta ou indireta da expansão dos agentes do desenvolvimento, isto é, o aprimoramento das faculdades, das características e das aptidões individuais que alargam o campo das atividades promotoras do desenvolvimento econômico. Nenhum deles, até agora, levou em conta que o aperfeiçoamento da capacidade e da acuidade da classe empresarial nacional e a sua preparação para ingresso na sociedade industrial são um imperativo do próprio desenvolvimento econômico.

Em síntese, os principais obstáculos ao desenvolvimento industrial são os seguintes: **a)** dimensão do mercado; **b)** reduzida capacidade financeira das empresas; **c)** baixa qualidade dos recursos humanos, com-

preendendo capacidade gerencial, ignorância e baixo nível de educação, os dois últimos obstáculos poderosos à formação de mão-de-obra especializada e de técnicos eficientes; d) falta de aprovação social para a atividade empresarial.

**Dimensão do mercado** — Fazem trinta anos que o Professor Rosenstein-Rodan apontou a pequenez do mercado, resultante do nível de renda **per capita** e do baixo poder de compra dos consumidores dos países subdesenvolvidos, como o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico. E argumentava que, uma simples fábrica, instalada isoladamente, mesmo quando usa os mais eficientes métodos de produção, pode fracassar em virtude da pequena dimensão do mercado. Como solução, recomendou a instalação simultânea de um certo número de fábricas para produzir diferentes produtos de modo a criar, por meio dos novos empregos, um poder de compra adicional capaz de expandir as dimensões do mercado. (121)

Scitovsky entende que uma economia pode ser considerada muito pequena, tecnologicamente, quando as dimensões do seu mercado não asseguram a absorção da produção de uma fábrica de determinado produto operando a plena capacidade e pelos processos mais eficientes; e, economicamente, quando não assegura as condições competitivas necessárias para estimular a eficiência e economia. (122)

O mercado pode ser pequeno devido à baixa renda real **per capita** e a população reduzida, ou ainda, porque, em virtude da baixa densidade demográfica, a economia não se encontra integrada, funcionando como "ilhas" econômicas por falta de um sistema de transporte eficiente, motivo por que a produção tem por base a demanda local. É justamente por esta última razão que um país das dimensões continentais do Brasil teve, na dimensão econômica do seu mercado, a principal causa do atraso no desencadeamento do processo de industrialização.

A dimensão do mercado é o principal obstáculo à instalação de indústrias que operem com razoável grau de eficiência e rentabilidade, impedindo-as de alcançar a plena capacidade e o ponto mínimo de custo unitário.

Esta é outra maneira de apresentar o círculo vicioso da pobreza: a dimensão do mercado limita os investimentos; o mercado não se expande por falta de investimento. Fábricas mais eficientes requerem um mínimo de capacidade, mínimo que, na maioria das vezes, transcende os limites da dimensão econômica do mercado. Por isso mesmo, uma parcela considerável das preocupações durante o desenvolvimento está concentrada, exatamente, na busca de interação entre o aumento da capacidade de produção (investimento) e a criação de demanda (expansão do mercado).

(121) P. N. Rosenstein-Rodan — "Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe". In: "Economic Journal", junho-setembro de 1943.

(122) T. Scitovsky — "International Trade and Economic Integration as a mean of overcoming the disadvantages of a small nation". In: "Economic Consequences of the Size of Nations", E. A. G. Robinson, editor, New York, 1960.

**Capacidade Financeira das Empresas** — O grande problema do desenvolvimento econômico é que a renda **per capita** dos países sub-desenvolvidos é baixa demais para permitir poupança e o mercado pequeno demais para justificar investimento. É comum ouvir-se que “um país é pobre porque tem pouco capital e não pode acumular capital porque é pobre”.

Entretanto, é forçoso reconhecer, trata-se menos de escassez de capital do que de incapacidade de mobilizar o capital existente para o grande esforço necessário ao desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico. Primeiro, porque parcela substancial das poupanças é realizada pelos proprietários rurais que, nem sempre, estão dispostos a investir na indústria; segundo, porque as empresas devem ter uma determinada dimensão mínima para que sejam mais ou menos eficientes. Na maioria dos casos, esse investimento mínimo necessário é superior à capacidade financeira individual e não existe um mercado de capital organizado capaz de complementá-la.

Na fase inicial do processo de desenvolvimento econômico, procura-se superar essa escassez de capital com recursos orçamentários (incentivos fiscais), poupanças forçadas e capital estrangeiro. Na medida em que avança o processo de industrialização, as fontes de financiamento vão se deslocando. Os incentivos fiscais tendem a ser substituídos pelos financiamentos dos bancos de investimento; as poupanças forçadas pelos lucros reinvestidos e por poupanças voluntárias provenientes de outros setores. De tal forma que, na fase final, o desenvolvimento industrial vai-se apoiar na renda auferida pelos empresários antes de iniciar o negócio, nos lucros reinvestidos pelas próprias empresas industriais e na criação de crédito pelo sistema bancário.

No Brasil, esse processo de substituição foi violentamente prejudicado pela velocidade de expansão do nível de preços. A alta crônica dos preços impediu que a empresa privada nacional atingisse níveis ótimos de eficiência e dimensões compatíveis com o progresso tecnológico e com o vertiginoso ritmo de desenvolvimento econômico do País.

Por causa da inflação, o setor privado foi obrigado a abandonar inúmeros projetos que, pelas suas proporções, tinham prazo de maturação relativamente longo. A COSIPA é um exemplo. Imaginada como um empreendimento inteiramente privado, em virtude de revisões orçamentárias impostas por uma inflação acelerada só se concretizou depois de passar para o controle do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Outra causa da debilitação da empresa privada nacional, foram os lucros fictícios de balanço. As depreciações calculadas com base nos custos históricos dos equipamentos e instalações e a falta de provisão para manutenção de capital de giro faziam com que os lucros fossem até considerados extraordinários quando, na verdade, representavam prejuízos reais. (123) Vale acrescentar que as empresas estrangeiras não so-

(123) Para maiores detalhes, consultar, por exemplo, Mário Henrique Simonsen: “Aspectos da Inflação Brasileira”, Rio de Janeiro, edição mimeografada.

freram esse desgaste porque mantinham uma contabilidade em cruzeiro e outra em moeda estrangeira. Aos lucros ilusórios devem-se acrescentar distorções que tornavam frágil a estrutura financeira, como a supermobilização e o excessivo endividamento a curto prazo. Foram essas distorções que impediram a certas empresas de sobreviver à política de estabilização monetária iniciada em 1964.

**Qualidade dos Recursos Humanos** — É cada vez maior o número daqueles que reconhecem que o atraso econômico é menos uma resultante do baixo nível de poupança do que do baixo nível de qualificação e de conhecimento que, de fato, limita a capacidade de organizar uma estrutura capaz de absorver, em investimento, o capital existente. Com efeito, a essência do desenvolvimento são transformações qualitativas, as quais não dependem da alteração do número de participantes, mas do nível de qualificação dos recursos humanos. Eis a questão: quando se adquire consciência da importância dessas transformações qualitativas, as preocupações com os investimentos em educação são de ordem quantitativa.

Não se tem consciência de que a formação de uma força-de-trabalho industrial é um processo difícil e demorado, o qual não depende, somente, de uma distribuição ótima dos recursos disponíveis entre investimento em bens de capital e no aprimoramento das habilitações humanas, mas, essencialmente, grau de eficiência com que este último funciona.

É comum os investimentos em educação serem utilizados para a expansão quantitativa do sistema educacional sem qualquer relação com as exigências do processo de desenvolvimento econômico. Como não se realiza qualquer esforço para ajustar o perfil educacional às exigências de recursos humanos de uma sociedade industrial que está emergindo, surgem três problemas que vão agravar, ainda mais, as tensões do desenvolvimento: 1) conflito entre expressiva abundância em algumas ocupações e dramática escassez em outras; 2) o desperdício de recursos já escassos na expansão do sistema educacional, em virtude da deterioração da qualidade do pessoal egresso das escolas e da preparação de pessoas que não encontram emprego nas atividades em que se diplomaram; 3) a falta de mão-de-obra qualificada como principal obstáculo à assimilação da tecnologia transferida do exterior e, portanto, ao incremento do conhecimento técnico e científico.

A independência tecnológica é resultado da acumulação de experiência e da eficiência do sistema educacional. Este deve ser orientado para o atendimento das exigências de recursos humanos do processo de desenvolvimento, para a introdução de novas técnicas de produção e para a difusão dessas novas técnicas por todo o sistema econômico.

Mas, quando se fala de qualidade dos recursos humanos, também se deve incluir o talento empresarial e a capacidade gerencial.

Já se disse que, nas sociedades pré-industriais, não falta talento empresarial, mas interesse dos homens que possuem capital e tirocínio

empresarial pelas atividades industriais. Valem considerações mais detalhadas sobre esse assunto, visando demonstrar que o País não se resente da falta de empresários, mas das deficiências de suas elites empresariais.

O crescimento da renda **per capita** requer a substituição de técnicas menos eficientes por outras mais eficientes, isto é, o aumento da produção por unidade de trabalho; a criação e utilização de novos produtos e de novos materiais; a descoberta de novos mercados; a criação de novas formas de organização; a criação de novas qualificações profissionais; a acumulação de novos conhecimentos. Enfim, o desenvolvimento econômico não é um complexo processo de profundas transformações em todas as atividades econômicas e sociais.

Quanto maior a taxa de desenvolvimento econômico desejada, maior a quantidade de empresários requerida, e esses empresários têm que ser dinâmicos, inovadores, capazes de confiar em novas combinações de fatores de produção e na promoção de novas idéias.

Cabe, aqui, distinguir a atividade empresarial rotineira, qual seja a coordenação e direção de um negócio bem delimitado, no qual as componentes da função de produção empregada são bem conhecidas e operam em um mercado bem limitado e claramente definido, da atividade empresarial inovadora, isto é, a criação e direção de um negócio em que os mercados não estão bem delimitados, nem claramente definidos, e as componentes mais importantes da função de produção não são bem conhecidas. O que caracteriza o empresário inovador é a sua habilidade em identificar e preencher as deficiências do mercado, em obter e utilizar **inputs** ainda não comercializados e, finalmente, a sua capacidade de exercer influência na vida política no que se relaciona com suas atividades econômicas.

Redlich sugere separar a atividade empresarial em três funções diferentes: **a)** o capitalista, que fornece os recursos financeiros; **b)** o administrador ou gerente, que supervisiona e coordena as atividades produtivas; **c)** o empresário propriamente dito, que formula a política e toma as decisões. <sup>(124)</sup>

O que distingue a função gerencial da função empresarial é que, enquanto a primeira significa superintender e supervisionar as atividades da unidade de produção, zelar para que os processos e as técnicas de produção sejam combinados em proporções adequadas ao volume da produção e tomar decisões de rotina em questões de mercado e preços, a missão da segunda é localizar novas idéias e transformá-las em atividades lucrativas, não permitir que a unidade de produção caia na rotina, formular as políticas e tomar as decisões. A função empresarial não significa, simplesmente, organizar uma empresa, mas, essencialmente, uma fonte permanente de política e de desenvolvimento, uma vez que o empresário não se satisfaz apenas em "criar" uma empresa, mas se preocupa permanentemente em alimentá-la com novas idéias, em ajustar a

(124) Fritz Redlich — "The Business Leader in Theory and Reality". In: "American Journal of Economics and Sociology", n.º 8, 1948-1949, págs. 223/24.



unidade produtiva a contingências imprevistas. Em outras palavras: para um empresário, mais importante do que "criar" uma empresa é mantê-la em expansão.

Não obstante na função empresarial se encontrem três funções diferentes, quanto mais baixo for o nível de desenvolvimento, mais essas funções se confundem em uma só pessoa. Além disso, a dimensão e simplicidade das atividades econômicas não requerem nada além da função gerencial, pelo que, nas sociedades pré-industriais a atividade empresarial rotineira se confunde com a função gerencial.

O número e a qualidade dos empresários não são, apenas, a causa do desenvolvimento econômico, mas, também um produto do desenvolvimento. A habilidade criativa, a ação inovadora precisam de oportunidades para emergir.

Uma das características do baixo nível de desenvolvimento econômico é a intensa participação de pequenas unidades de produção no processo produtivo. Na medida em que o País se desenvolve, essas pequenas unidades vão perdendo posição relativa para outras maiores e mais complexas. Em consequência, as diferentes funções empresariais passam a ser desempenhadas por diferentes pessoas. A função capitalista passa à alçada do sistema bancário, e na proporção em que avança o processo de desenvolvimento, os bancos se especializam: bancos comerciais, bancos de investimento etc.; a função gerencial passa a ser missão de especialistas: gerente de produção, gerente de venda, gerente de compra, gerente de pessoal, tesoureiro etc.; finalmente, ao empresário cabe a função empresarial na sua essência.

É essa transformação que os modelos de desenvolvimento têm ignorado. Preferem simplificar o problema, classificando-o de escassez de capacidade empresarial. Na verdade, não se trata de escassez, mas de falta de experiência. A questão não é de talento empresarial mas de capacitação gerencial para exercer a moderna administração empresarial.

Torna-se sumamente importante compreender que, nas empresas nacionais, mais grave do que a debilidade financeira, é a falta de experiência na administração de unidades de produção em grande escala e a falta de qualificação para administrar grande volume de recursos físicos e grande número de homens.

Colocada a questão em termos de escassez de capacidade empresarial, obviamente a empresa estrangeira surge como a única fonte de talento empresarial e a ação empresarial do Estado como solução para a atividade empresarial inovadora.

Essa solução não estaria sendo questionada se ela fosse conscientemente complementar e não relegasse ao esquecimento a tarefa fundamental de estimular o volume e a intensidade da atividade empresarial genuinamente nacional. Afinal, "só se pode alcançar a maturidade econômica quando uma cadeia de atividades econômicas diversificada e multifuncional se desenvolve em mãos de empresários nacionais". (125)

(125) Arthur H. Cole — "The Entrepreneur". In: "American Economic Review", Vol. LVIII, n.º 2, maio de 1968, pág. 63.

É um erro imaginar-se o empresário inovador como um aventureiro, jogador, preocupado exclusivamente com o lucro. Nenhum empresário decide em um clima de incertezas ou de conjecturas. Por outro lado, não se deve pensar que o desenvolvimento econômico exige que todos sejam aventureiros. O que é essencial é que exista um número adequado de pessoas com idéias inovadoras, inclinadas à experimentação de novas técnicas, novos produtos e novas formas de organização, com coragem suficiente para desafiar opiniões formadas ou interesses estabelecidos.

O que caracteriza o empresário inovador é a vocação para determinar e executar decisões estratégicas fora dos trâmites costumeiros e com o mínimo de informações disponíveis. "Tal como a ação militar precisa ser empreendida em uma determinada posição estratégica, mesmo que todos os informes possivelmente passíveis de busca não estejam à disposição, assim também, na vida econômica, a ação tem que ser realizada sem elaborar todas as minúcias do que se há de fazer. Aqui, o bom êxito de tudo depende da intuição, da capacidade de enxergar as coisas, de modo tal, que depois comprove ser isto verídico, muito embora não se o possa aplicar no momento, e de perceber o fato essencial, afastando-se os não-essenciais, ainda que não se possa dar conta dos princípios mediante os quais isto se realiza". (126) Assim como um general não lança suas tropas em uma aventura, também o empresário necessita de um mínimo de informações porque, em suas decisões, há uma "racionalidade consciente".

Durante o período de substituição de importações, a falta de informações não permite aos empresários nacionais vislumbrar as novas perspectivas que se vão abrindo no setor industrial. Somente aqueles que já estão familiarizados com o mercado são capazes de avaliar, com base nas escassas informações disponíveis, tais perspectivas.

As empresas estrangeiras que já supriam o mercado passam a produzir, no País, o que já vendiam, desde que seja de seu interesse manter o mercado conquistado. A nova fábrica é instalada diretamente, ou através de quem as representava. É assim que uma parcela dos industriais tem origem no comércio de importação.

Dessa forma, ao ter início o processo de industrialização, não apenas falta ajuda ao empresário nacional para vencer a fase de transição da pequena unidade produtiva à produção em grande escala, como também não lhe é permitido o acesso às informações que possam atrair a sua atenção e estimular a sua acuidade empresarial.

**Falta de aprovação social para a atividade empresarial** — David McClelland (127) reuniu uma farta documentação para comprovar que o desenvolvimento da capacidade empresarial depende fundamentalmente da força que move o empresário e que essa força não é o desejo de lucro, mas a motivação para a conquista. As sociedades com alto nível de motivação para a conquista são as que produzem os empresários mais

(126) Joseph A. Schumpeter — "Teoria do Desenvolvimento Econômico". Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961, pág. 116.

(127) David C. McClelland — "The Achieving Society". Princeton, New Jersey, D. Van Nostrand, 1961.

dinâmicos, e, em conseqüência, as que atingem as mais elevadas taxas de expansão econômica. <sup>(128)</sup>

O que caracteriza um empresário é a sua capacidade de tomar decisão em um clima de incerteza, isto é, a sua disposição para assumir riscos. Tal disposição não é alimentada por ambições pecuniárias. Muito pelo contrário. Conforme observou Bert Hoselitz <sup>(129)</sup> uma forte motivação para obter lucro não é suficiente. Uma pessoa para se tornar empresário deve ter uma personalidade bem diferente daquela que só deseja acumular fortuna.

Marcos Gasparian <sup>(130)</sup> mostra que, nos anos trinta, o industrial brasileiro só sentia alegria durante a montagem de u'a máquina nova. Operários e patrões se uniam no mesmo entusiasmo quando novas máquinas eram adquiridas e montadas. A despeito de todas as dificuldades, de todas as incertezas, o lucro obtido era empregado na ampliação da própria indústria. Por quê? Qual a razão desse entusiasmo? "Não era o interesse de ganhar mais e, sim, uma vaidade de ser industrial de projeção, o orgulho de ser uma parcela do engrandecimento da Nação, porque, em última análise, o patrimônio era do País".

A motivação para a conquista requer um ambiente social favorável e atitudes políticas estimuladoras. De acordo com Hoselitz <sup>(131)</sup> "the creation of a "climate for entrepreneurship" depends on the one hand on establishing social institutions which make possible objectively the exercise of independent individual enterprises, and on the other on allowing the maturation and development of personalities whose predominant orientation is in the direction of productivity, working, and creative integration".

Segundo Staley e Morse, <sup>(132)</sup> o desenvolvimento de uma vigorosa classe empresarial requer uma ação firme em duas áreas: primeiro, o ambiente social deve assegurar estabilidade, uma adequada recompensa para as iniciativas empresariais e um eficiente mecanismo de preços que reflita, com exatidão, as necessidades econômicas da sociedade; segundo, um programa de ajuda ao pequeno empresário para: **a)** ajudar o empresário a superar suas deficiências administrativas e gerenciais; **b)** facilitar o acesso aos conhecimentos de mercado e tecnológico; **c)** aperfeiçoar as instituições de forma a beneficiá-lo com melhor qualidade e com inputs mais baratos.

Para Gustav Papanek, <sup>(133)</sup> o empresário deve acreditar que a mudança é possível, e que ela pode ser feita pelos indivíduos. Ele deve estar motivado para realizá-la. Um número expressivo de empresários só dei-

(128) David C. Mc Clelland — "The Achieving Society". Princeton, New Jersey, D. Van Nostrand, 1961, pág. 205.

(129) Bert F. Hoselitz — "Sociological Aspects of Economic Growth". New York, The Free Press of Glencoe, 1962, pág. 151.

(130) Marcos Gasparian — "O Industrial". São Paulo, Livraria Martins Editora, 1973, pág. 57.

(131) Bert F. Hoselitz — op. cit., pág. 154.

(132) Eugene Staley and Richard Morse — "Modern Small Industry for Developing Countries", New York, Mc Graw-Hill, 1965, especialmente o cap. 13.

(133) Gustav F. Papanek — "The Development of Entrepreneurship". In: "Entrepreneurship and Economic Development". Peter Killay. New York, The Free Press, 1971, pág. 318.

xação o estado potencial para o de empresário atuante se os obstáculos não-econômicos que eles enfrentam não forem muito graves. Que obstáculos são esses?

Na administração da Lei deve prevalecer critérios impessoais e de eqüidade; o governo deve ser eficiente no que diz respeito à garantia da segurança pessoal e da propriedade; requer-se, também, eficiência da infra-estrutura social; formação de recursos humanos, desenvolvimento da agricultura, aproveitamento dos recursos naturais, transporte, energia, comunicações e serviços de utilidade pública; finalmente, a tranqüilidade política e a paz social são absolutamente indispensáveis para a programação dos investimentos e para a continuidade da ação empresarial.

\* \* \*

A industrialização não é um fim. É um meio para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e para efetivar as profundas transformações estruturais. Tais objetivos somente poderão ser alcançados na medida em que se oferecer oportunidades crescentes para a participação ativa do elemento nacional no processo.

A empresa estrangeira deve ser utilizada para iniciar o processo de industrialização e, sobretudo, para estimular a competição e a imitação, para aumentar as oportunidades de assimilação de novas tecnologias e de novas técnicas de administração e gerência, enfim, para aperfeiçoar a capacidade empresarial nacional.

Os investimentos estrangeiros podem afetar o equilíbrio entre a produção manufatureira e a disponibilidade de recursos da economia e entre as várias indústrias, porque as decisões de investir das empresas estrangeiras tendem a refletir as leis e as prioridades industriais de economias e governos estrangeiros, as quais nem sempre são compatíveis com as prioridades e os objetivos nacionais.

O objetivo das empresas estrangeiras é a conquista do mercado nacional para a sua produção. Durante a fase de substituição de importações é possível a coincidência de objetivos. Mas, concluída essa fase, quando a economia requer mais dinamismo e eficiência, nem sempre os objetivos dessas empresas coincidem com os nacionais. A sua orientação para o mercado nacional está em contraposição com a necessidade de diversificar as exportações; enquanto elas continuam pressionando o balanço de pagamentos com a importação de matérias-primas, os recursos naturais permanecem inexplorados a despeito das amplas possibilidades existentes no mercado internacional; quando o desenvolvimento industrial passa a depender de maior eficiência, elas continuam com a sua ineficiência protegida pela tarifa alfandegária ou pela própria situação deficitária do balanço de pagamentos que afastam qualquer risco de competição estrangeira no mercado nacional.

Além disso, muito embora, no caso brasileiro, por força da Consolidação das Leis do Trabalho, as empresas estrangeiras sejam obrigadas a aceitar a participação do trabalhador nacional, o que, sem dúvida, foi

decisivo para elevar o nível de qualificação da mão-de-obra nacional, com raríssimas exceções — e justamente por falta de um instrumento coercitivo — elas não realizaram, nem estão realizando, o mínimo esforço para desenvolver as qualificações e aperfeiçoar a competência da classe empresarial nacional. Elas não estão sendo complementares, mas substitutivas. Seria essa tendência recomendável?

Não há, no momento, exemplo mais ilustrativo do papel da empresa estrangeira no desenvolvimento econômico nacional do que o do Canadá. (134)

Os investimentos estrangeiros desempenham importante papel no desenvolvimento econômico do Canadá nos últimos 25 anos. Entre 1946 e 1967, o valor dos investimentos americanos aumentou de 5 bilhões para 28 bilhões de dólares e o total dos investimentos estrangeiros de 7 para 35 bilhões de dólares. O grau de propriedade e de controle da atividade econômica por empresas estrangeiras é, nesse país, muito mais elevado do que em qualquer outro país industrializado do mundo.

Aproximadamente 60 por cento da indústria manufatureira é controlada por estrangeiros. Em algumas indústrias, como a de derivados de petróleo e de borracha, mais de 90 por cento é de propriedade de estrangeiros; em outras, como química, material de transporte e fumo, a proporção é de mais de 80 por cento. Cerca de um terço do total das atividades comerciais está em poder de empresas estrangeiras (cerca de 30 por cento do comércio atacadista e 20 por cento do comércio varejista). Finalmente, 10 por cento da riqueza nacional está em poder de não-residentes.

Na primavera de 1970, o Governo Canadense nomeou uma Comissão para estudar a situação dos investimentos estrangeiros no país, recolher dados, estudar fatos e propor uma política de investimentos estrangeiros.

Em seu relatório, publicado em fins de 1972, a Comissão Gray reconheceu que as empresas estrangeiras tornaram mais fácil o acesso ao capital, à capacidade empresarial, à competência gerencial, a novas tecnologias e a sua participação foi decisiva para o crescimento da produção da renda, do emprego e das receitas públicas.

Reconheceu, também, que os investimentos estrangeiros criaram problemas graves, tão graves que, a despeito do grande esforço realizado para superá-los durante os últimos dez anos, eles continuam insolúveis e, o que é mais sério, devem assumir proporções ainda maiores nos próximos anos se não forem tomadas providências verdadeiramente efetivas e urgentes.

A principal razão porque esses problemas estão assumindo proporções dramáticas é que a expansão das empresas estrangeiras está sendo financiada, cada vez mais, com capital obtido dentro do próprio Canadá. No período 1946-1960, do total de fundos mobilizados para a expansão das empresas estrangeiras, apenas 25 por cento provieram do exterior.

(134) As informações que se seguem têm por base um estudo recentemente editado pelo Governo do Canadá, conhecido como o Relatório da Comissão Gray, publicado com o título "Foreign Direct Investment in Canada", Ottawa, Information Canada, 1972, especialmente os Capítulos 1 e 2.

No período 1960-1967, os recursos mobilizados no estrangeiro caíram para 19 por cento. Isso significa que o crescimento das empresas estrangeiras está se apoiando cada vez mais firmemente nos lucros não distribuídos, na depreciação e nos recursos obtidos no mercado de capital canadense.

Uma das conclusões da Comissão Gray: os investimentos estrangeiros são a única razão porque o Canadá não tem sido capaz de desenvolver uma economia eficiente, produtiva, bem equilibrada e inovadora, em condições de enfrentar a competição internacional, não somente no estrangeiro, mas, principalmente, no mercado nacional. Eles fizeram do Canadá uma economia marginal e mutilada.

A experiência canadense é bastante ilustrativa de que um país, por maior que seja a disponibilidade de recursos naturais, qualquer que seja o nível de desenvolvimento cultural de seu povo, não alcançará a maturidade, nem a independência econômica, enquanto uma parcela substancial de suas atividades econômicas permanecer em poder de empresas estrangeiras.

Isso, entretanto, não significa que seja fácil solucionar o problema da participação da empresa estrangeira no desenvolvimento econômico. Como muito bem afirma o relatório Gray "se os investimentos estrangeiros, apenas, criassem problemas, a solução seria fácil: bastaria impedir o seu ingresso. A questão é que eles representam um complexo de custos e benefícios, ambos extremamente difíceis de quantificar em termos econômicos, sem falar na dificuldade de avaliar o impacto social, cultural e político". (135)

Esse mesmo relatório demonstra, ainda, que a ênfase em um desenvolvimento econômico acelerado faz emergir importante **gaps** em virtude de a demanda normalmente exceder à oferta de recursos nacionais humanos e não-humanos. Na economia canadense, alguns desses **gaps** estão sendo eliminados com recursos provenientes do exterior, não em virtude de quaisquer desvantagens no que diz respeito aos recursos nacionais, mas em razão de deficiências na política econômica e/ou nas instituições nacionais que impedem o país de melhor aproveitar os seus recursos potenciais. Dentre essas deficiências, menciona que os governos canadenses sempre procuraram atrair capital estrangeiro para realizar os objetivos nacionais. . . "rather than looking to public ownership as some countries have done to fill needs not met by domestic private interest" e que a política de incentivos sempre funcionou em bases não discriminatórias para investidores canadenses e não-canadenses. (136)

Por tudo isso, o que a experiência canadense ensina é que não se conseguirá minimizar os custos, nem maximizar os benefícios do investimento estrangeiro com uma política de **laissez faire** em relação ao capital estrangeiro, sobretudo se não forem criadas condições para que ele se mantenha na condição complementar e nunca substitutiva do capital nacional.

(135) Op. cit., pág. 7.

(136) Op. cit., págs. 40 e 41.

Isso significa que, para aumentar a eficiência da economia brasileira, a fim de possibilitar a elevação deste País ao nível de potência mundial, faz-se absolutamente necessário estimular o desenvolvimento de uma vigorosa, eficiente e criativa classe empresarial genuinamente brasileira.

Uma política de desenvolvimento econômico não deve ser avaliada, apenas, pela sua contribuição para aumentar o Produto Nacional Bruto, mas, essencialmente, pelo seu efeito positivo ou negativo sobre as instituições que devem operar a capacidade produtiva. Não se pode julgar uma política econômica eficiente e, a despeito de uma elevada taxa de crescimento econômico, não se procura aperfeiçoar a capacidade de produção, expandir e melhorar a capacidade empresarial nacional. Para se alcançar um ritmo de desenvolvimento econômico firme e auto-sustentado é necessário: **1)** expandir o tamanho do mercado; **2)** obter economias internas através da produção em grande escala; **3)** obter economias externas através da instalação de indústrias tecnicamente interdependentes; **4)** sustentar um vigoroso movimento empresarial genuinamente nacional para que seja possível às empresas nacionais liderar o processo de desenvolvimento econômico e assegurar a realização dos objetivos nacionais.

Como estimular o volume e a intensidade da atividade empresarial nacional?

Em primeiro lugar, fazem-se necessárias duas medidas:

Uma, concentrar esforços para reduzir o **gap** educacional e cultural entre os empresários estrangeiros e nacionais, pois, do contrário, o estrangeiro tende a permanecer isolado. Isto poderia ser realizado através do aprimoramento qualitativo dos cursos de administração de empresa, do desenvolvimento de cursos intensivos para administradores e gerentes e, principalmente, pela substituição da administração familiar pela profissional.

É de justiça reconhecer que é justamente nessa área onde as providências oficiais estão mais adiantadas. Dentre estas, três merecem uma referência especial:

A primeira, é o **Fundo de Modernização e Reorganização Industrial**, principal instrumento da política de fortalecimento da empresa nacional, criado para financiar a reorganização e a modernização de setores e empresas industriais brasileiras, com vistas à melhoria de eficiência e conseqüente aumento do poder de competição das empresas.

O objetivo fundamental do FMRI é a implantação de uma política tecnológica e de **management** que permita à empresa nacional modernizar-se e operar em escala de produção adequada.

Para tanto, pretende-se ajudar a empresa brasileira a adquirir poder de competição, desenvolvendo progressivamente o maior número possível de empresas viáveis, capazes de enfrentar a competição econômica e tecnológica, internacionalmente. Os esforços convergirão no sentido de alcançar as seguintes metas:

- 1) elevação da escala de produção, da eficiência operacional das unidades industriais, mediante fusão, reorganização técnica e administrativa e modernização de suas instalações, de forma a torná-las capacitadas a competir em qualidade e preço nos mercados interno e externo;
- 2) estímulo à formação de conglomerados industriais, com o objetivo de alcançar melhorias de eficiência administrativa e gerencial, fortalecendo o poder de negociação dos grupos empresariais privados mais atuantes e, em conseqüência, sua capacidade de competição.

A segunda, é o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), uma sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE), com o objetivo de elaborar um programa de sentido prático, de forma a suprir o pequeno e médio empresário, seja ele industrial, comerciante ou prestador de serviços, de todas as formas de assistência de que ele necessite, quais sejam:

- a) assistência para prestação de serviço de organização empresarial em todos os seus aspectos, notadamente o tecnológico, econômico, financeiro e administrativo;
- b) assistência para formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico-administrativo e de dirigentes de empresas;
- c) assistência para a realização de pesquisas no campo das Ciências Sociais e outras, relacionadas com a organização e as atividades das empresas;
- d) implantação de um sistema brasileiro de assistência à pequena e média empresa.

A terceira, é o recente Programa Nacional de Treinamento de Executivos, que tem por objetivo fundamental a modernização da empresa nacional. Reconhecendo que grande parte das empresas nacionais não está, através de sua alta administração, capacitada a visualizar, com rapidez, as novas perspectivas que lhe estão sendo abertas e consciente de que as metas brasileiras de desenvolvimento econômico não podem aguardar a formação de novas gerações de profissionais de Administração, nesse programa, deu-se prioridade ao treinamento e modernização das atuais lideranças empresariais.

O Programa Nacional de Treinamento de Executivos pretende ajudar aos empresários a absorverem novos métodos de gestão e de controle, pelo que deverá influir em três áreas:

- 1) a de dirigentes e executivos, visando a propiciar àqueles que já participam da vida empresarial, conhecimento dos novos horizontes abertos pelas técnicas de administração, através de métodos de instrução variados, que lhes aumente a capacidade e a quali-



dade de tomada de decisão e desenvolva uma visão global da empresa, entre outros;

- 2) a área de pós-graduação, com o objetivo de formar professores, consultores e profissionais habilitados a difundir as técnicas modernas;
- 3) a área de graduação, estímulo à criação de escolas de administração de empresas de alto nível, o que será feito com um conteúdo de modernização semelhante ao cogitado para a área de pós-graduação.

Essas providências que, indiscutivelmente, representam um esforço elogiável para a organização e reorganização do sistema empresarial brasileiro, bem como para reduzir o **gap** educacional e cultural entre os empresários nacionais e estrangeiros, deveriam ser completadas com uma outra medida não menos significativa: estender à administração das empresas estrangeiras a política de nacionalização do trabalho, com o que se ampliariam as possibilidades de o empresário nacional adquirir melhor experiência administrativa, absorver novas técnicas de administração e gerência e, por outro lado, melhor integrar a empresa estrangeira nos objetivos nacionais.

É preciso impedir que as empresas estrangeiras se isolem da comunidade nacional e se tornem exageradamente presas à sua origem. Uma vez que os investimentos estrangeiros representaram, e ainda vão representar por muito tempo, um papel importante no desenvolvimento econômico brasileiro, tornou-se imperativo, primeiro, um grande esforço para que a liderança do processo não se desprenda do controle brasileiro; depois, explorar todas as alternativas que possam contribuir para reduzir ao mínimo os custos desses investimentos e extrair deles o máximo de benefícios. Dentre esses benefícios destaca-se a possibilidade de utilizar as próprias empresas estrangeiras para aprimorar as faculdades, as características e as aptidões individuais da classe empresarial brasileira.

Em segundo lugar, os bancos de investimento devem compreender que, mais importante do que o financiamento, é a orientação, a assistência técnica nas questões administrativas e gerenciais. Esses bancos devem encarar como sua principal missão a manutenção de um serviço de extensão industrial, que proceda como os serviços de extensão agrícola na zona rural, para fornecer assistência técnica, administrativa, comercial e industrial. A eles cabe, ainda, realizar as pesquisas para localizar novos empreendimentos e divulgar os resultados para atrair empresários potenciais. E, como o principal obstáculo é o risco, deverão assumir parte da responsabilidade do pioneirismo, participando do capital a investir.

Cabe aos bancos de investimento importante papel na melhoria dos métodos administrativos das empresas brasileiras, sobretudo, em termos de seleção de investimentos, mensuração de custos e de melhoria dos níveis de produtividade.

A experiência histórica revela que, na medida em que se vai reduzindo o atraso econômico, a ação direta do Estado vai sendo substituída

pelos bancos de investimento. O desenvolvimento brasileiro não é exceção.

Como decorrência de seu atraso econômico, a industrialização brasileira teve início sob a tutela direta do Estado. Por outro lado, ao iniciar o processo, o sistema bancário era constituído, basicamente, dos bancos comerciais e do Banco do Brasil, que desempenhava as funções de Banco Central, agente financeiro do Governo, banco de investimento e banco comercial.

À medida que avançava a industrialização, foram se verificando duas mudanças:

De um lado, a transferência, para o sistema bancário, da ação empresarial do Estado. A primeira manifestação dessa tendência foi a criação, em 1952, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de reequipar e fomentar a expansão da economia nacional, estando autorizado a conceder empréstimos diretos e empréstimos conversíveis em ações, fazer subscrição direta de ações, operações de **underwriting** e conceder aval às operações de crédito.

Surgiram, depois, os bancos de desenvolvimento, os quais, com o BNDE, passaram a constituir o mecanismo de ação empresarial do Estado. A partir de então, o Estado passou a participar de atividades empresariais por intermédio desses bancos. Enquanto o Tesouro Nacional controla diretamente a Companhia Siderúrgica Nacional, fundada em 1941, o BNDE controla a USIMINAS, que começou a produzir em 1962, e a COSIPA, que iniciou suas operações em 1963, para mencionar, apenas, o exemplo da indústria siderúrgica.

De outro lado, o sistema bancário passou a especializar-se: bancos comerciais, sociedades de crédito e financiamento, bancos de investimento, sistema financeiro habitacional, banco central etc.

Confirma-se, assim, o que já havia sido observado no desenvolvimento econômico da Europa. Quanto maior o atraso ao ter início o processo de industrialização, mais significativa a ação do Estado na formação do capital e na orientação empresarial. A proporção que se vai reduzindo o atraso, a ação direta do Estado vai sendo substituída pela ação dos bancos de investimento. <sup>(137)</sup>

Durante o reinado de Napoleão III, a indústria francesa recebeu um poderoso impulso através da ação dos bancos de desenvolvimento industrial. Os bancos de investimento desempenharam um papel verdadeiramente transcendental na história econômica da França, da Alemanha e de outros países europeus. Os bancos alemães, austríacos e italianos mantinham estreitas relações com as empresas industriais. Os alemães, por exemplo, acompanhavam uma empresa industrial desde o seu estabelecimento até a sua liquidação, partilhando de todas as suas vicissitudes. Através dos conselhos de supervisores, eles adquiriam tamanha ascen-

(137) Alexander Gerschenkron — "Atraso Econômico e Industrialização". Barcelona, Ediciones Ariel, 1970, págs. 192 e seqs.

dência sobre as empresas industriais, que chegavam a exorbitar do controle financeiro para alcançar as decisões de direção e administração, eliminando, dessa forma, as deficiências de talento empresarial. (138)

Infelizmente, no Brasil, os bancos de investimento surgiram sob a inspiração de que o desenvolvimento econômico é um simples processo de acumulação de capital e sob o domínio da mentalidade típica de banco comercial. Não se compreendeu que a esses bancos cabe, simultaneamente com a mobilização de capital, desenvolver o talento empresarial nacional.

Na medida em que os bancos de investimento forem se libertando da mentalidade de bancos comerciais onde tiveram origem, a eles irá sendo transferida a ação empresarial inovadora que antes vinha sendo exercida pelo Estado. A fase de transição poderá ser substancialmente reduzida desde que eles adquiram consciência da importância de sua missão como instrumento mobilizador do talento empresarial genuinamente nacional. A eles cabe adotar uma atitude mais schumpeteriana: dar menos importância às garantias reais (preocupação herdada dos bancos comerciais) e maior atenção ao homem de muita visão e muita ousadia.

Em terceiro lugar, uma outra forma de estimular o talento empresarial é o fomento ao desenvolvimento da pequena e da média empresas.

Nos últimos tempos, o problema da pequena e média indústria tem sido discutido com base no preconceito de que somente as grandes empresas são capazes de sustentar o desenvolvimento industrial. A questão da dimensão das empresas industriais tem sido colocada nos seguintes termos: a) que a pequena e média empresa tem seus dias contados no processo de desenvolvimento brasileiro; b) que a pequena e média empresa constitui um setor retardatário e que, por isso, representa um problema de ordem social e não econômica; c) que somente empresas grandes, senão gigantes, podem sustentar uma elevada taxa de desenvolvimento industrial.

Essa é uma posição errada e que necessita ser revista. A pequena e a grande empresa não são substitutivas, mas complementares. Basta observar que os Estados Unidos da América contavam, em 1959, com quatro a cinco milhões de pequenas empresas e estimava-se que, todos os anos, surgiam cerca de 400 mil novas, enquanto 300 mil deixavam de existir. (139) Nesse mesmo país, as pequenas e médias indústrias, por essa mesma época, empregavam 27% de todos os operários e produziam 23% do valor total da transformação industrial. Na Alemanha Ocidental

(138) Alexander Gerschenkron — "El Atrazo Económico en su Perspectiva Histórica", Barcelona, Ediciones Ariel, 1958, págs. 27 e seq.

(139) Roland I. Robinson — "Financiamento da Pequena Empresa Dinâmica", Cadernos de Organização do Trabalho, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970, pág. 9.

a sua importância relativa é igual, mas, no Japão, elas empregam 56% da mão-de-obra e produzem 34% do valor da transformação industrial. (140)

Um **Symposium** realizado pela O.E.C.D., em 1967, concluiu que, a despeito das dificuldades que as pequenas e médias empresas experimentaram em se ajustar às profundas e rápidas mudanças estruturais verificadas no imediato pós-guerra, elas ainda desempenhavam e continuariam desempenhando ainda por muito tempo, importante papel na economia dos países desenvolvidos. A segunda revolução industrial e a revolução da automação não impedirão as pequenas e médias empresas de viver e prosperar graças à especialização e a subcontratação.

Em relação ao papel dessas pequenas unidades nos países em desenvolvimento, a conclusão final foi de que elas devem assumir um papel da mais alta importância no desenvolvimento econômico desses países por constituírem, no futuro imediato, um eficiente instrumento de desenvolvimento econômico e social. (141)

A maneira mais eficiente de estimular o talento empresarial nacional é o fomento ao desenvolvimento da pequena e média empresa, pois, nelas, é que se forja o empresário nacional. Ainda recentemente, em um estudo comparado da indústria e comércio em alguns países em desenvolvimento, seus autores chamaram a atenção para o perigo das medidas administrativas fortemente discriminatórias contra a pequena e média empresa e em favor das grandes empresas, porque elas desencorajam a capacidade empresarial nacional. (142)

Na literatura econômica encontram-se diversos exemplos sugerindo que, qualquer que seja a política de promoção da pequena e média indústria, a mais alta prioridade deve ser dada à melhoria da competência gerencial.

Jonathan Boswell, em recente estudo sobre o desenvolvimento e o declínio das pequenas empresas na Inglaterra, (143) chegou à conclusão de que as principais causas do declínio dessas empresas são: **1) problemas de mercado; 2) fatores tecnológicos; e 3) limitações da capacidade gerencial.**

Um estudo da O.E.C.D. já mencionado (144) mostra que, no Canadá, os problemas gerenciais respondem por 80 por cento do fracasso das

(140) Frederico J. O. Robalinho de Barros e Rui Lyrio Modenesi — "Pequenas e Médias Indústrias. Análise dos Problemas, Incentivos e sua Contribuição ao Desenvolvimento". Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, pág. 29.

(141) O.E.C.D. — "Promotion of Small and Medium-Sized Firms in Developing Countries through collective actions". Paris, 1969, págs. 299/300.

(142) Little, Scitovsky e Scott — "Industry and Trade in Some Developing Countries. A Comparative Study". Londres, Oxford University Press, 1970, pág. 211.

(143) Jonathan Boswell — "The Rise and Decline of Small Firms". London, George Allen & Unwin Ltd., 1973, especialmente o Capítulo 8.

(144) O.E.C.D. — "Problems and Policies Relating to Small Medium-Sized Businesses". Paris, 1971, pág. 12.

pequenas e médias empresas; e, no Japão, a incapacidade gerencial é a principal causa do fracasso dessas pequenas unidades, o que se eleva a mais de 10 mil casos por ano.

Uma pesquisa recente do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, <sup>(145)</sup> chegou à conclusão de que a reduzida capacidade administrativa dos dirigentes das pequenas e médias empresas, tornando-as infensas a métodos modernos e a sistemas mais eficientes de administração, pecando, sobretudo, pela excessiva centralização administrativa, compromete consideravelmente a dinâmica de funcionamento dessas empresas.

Afirma, ainda, a pesquisa do IPEA, que uma das mais cruciais dificuldades desses tipos de empresa está na área financeira. Tendo que competir nas mesmas faixas das grandes, em termos de financiamento, são discriminadas pelo sistema de seleção, com base nas informações cadastrais, por oferecerem menores garantias de crédito.

A isso deve-se acrescentar a carga tributária que lhes é imposta. Não se trata, porém, de defender alíquotas diferenciadas para grandes e pequenas empresas. A questão é que, de um modo geral, as pequenas e médias empresas têm dificuldades em acompanhar as diversas alterações da legislação econômica e fiscal. Devido à complexidade das leis e de suas freqüentes alterações, e por falta de melhor orientação, as pequenas e médias empresas ficam sujeitas a pesadas multas, acrescidas de juros e correção monetária.

Não resta a menor dúvida de que, para desenvolver-se, a pequena e média empresa precisa de capital acima da poupança do proprietário e de sua família, e que o acesso aos mercados monetário e de capitais é um poderoso obstáculo.

Não somente o acesso, mas, também, o custo do capital é muito elevado. Além de ter de lutar para não permanecer à margem do mercado de crédito, ele tem que se esforçar para conseguir que o custo do capital seja inferior às esperadas taxas de rentabilidade do investimento.

Mas, daí até considerar o acesso ao capital de risco e a questão da garantia real para empréstimos a longo prazo como o principal ponto de estrangulamento da pequena e média empresa, a distância é muito grande.

O fundamento básico da ajuda à pequena e média empresa é a criação de uma classe empresarial genuinamente nacional. É por essa razão que as dificuldades de origem não financeira ganham em importância.

É difícil acreditar que, no Brasil, os problemas gerenciais sejam menos importantes do que são nos outros países. Aqui, como em todos

(145) Frederico J.O. Robelinho de Barros e Rui Lyrio Modenesi, op. cit.

os países, o pequeno empresário não recebeu qualquer formação metódica. Mesmo admitindo que ele disponha de algumas qualidades que são inatas: o bom senso, espírito de justiça, capacidade de liderança, iniciativa e engenhosidade, é a formação metódica que vai ajudá-lo a resolver os problemas de direção, delimitar tarefas e atribuir responsabilidade. Além disso, muitas vezes é a incapacidade de vender ou de controlar os custos que conduz a perda de disponibilidade financeira.

No caso específico do Brasil, há que acrescentar que, até bem pouco tempo, os empresários não tinham por que se preocupar com eficiência e produtividade uma vez que a inflação lhes permitia transferir os aumentos de custo ao consumidor através do aumento contínuo dos preços. Por outro lado, era fácil aumentar a margem de lucro através da sonegação fiscal.

Nas condições atuais, a permanência da pequena e média empresa no mercado depende essencialmente da compreensão de que a sua sobrevivência está condicionada ao lucro e ao desenvolvimento. Porém, não mais o lucro fácil da inflação ou da sonegação fiscal, mas o lucro resultante de maior esforço de venda e de maior eficiência das técnicas de produção e de gerência; não mais o desenvolvimento ilusório da inflação, mas o desenvolvimento real sustentado na relação **custo x lucro x investimento**.

Mas, não é esta a única razão pela qual a necessidade da adoção imediata da mentalidade da "educação contínua" deve merecer uma prioridade maior. A desatualização da pequena e média empresa é, atualmente, um risco bem maior do que o acesso ao mercado de crédito, uma vez que, antes do acesso ao crédito, os pequenos empresários necessitam possuir flexibilidade para acompanhar e adaptar-se às mudanças tecnológicas.

O progresso tecnológico requer um fluxo constante de informações atualizadas. Como proteger a pequena e média empresa da rápida obsolescência criada pelo rápido avanço tecnológico de modo a assegurar a sua eficiência e competitividade? Como fazer com que os proprietários das pequenas e médias indústrias considerem as mudanças tecnológicas como oportunidades e não como ameaça?

Acrescente-se a esses problemas a questão dos desníveis tecnológicos entre Estados e até dentro de um mesmo Estado. A principal característica do desenvolvimento industrial brasileiro não é o dualismo pequena e média x grande empresa. É a heterogeneidade de situações que predomina dentro de um mesmo ramo industrial quanto ao nível tecnológico e à eficiência da empresa.

Um dos aspectos mais essenciais da política industrial é a difusão dos conhecimentos técnicos através da indústria. A introdução de inova-

ções tecnológicas deve procurar não somente elevar o nível de tecnologia e produtividade das grandes indústrias, mas, ao mesmo tempo, a elevação persistente da tecnologia e da produtividade das pequenas e médias.

Nenhum modelo de expansão e de modernização das pequenas e médias indústrias pode ser considerado satisfatório se não prevê um sistema de transferência de conhecimento e de assistência técnica, através do qual seja possível diminuir progressivamente essa heterogeneidade tecnológica e integrar a pequena e média indústria no complexo científico e tecnológico nacional.

Tão importante quanto o apoio financeiro, é canalizar, para a pequena e média indústria, de forma permanente e sistemática, todo o acervo de conhecimentos técnicos e científicos e de experiências pessoais já acumulado no País. Mais do que um mecanismo de garantia complementar, faz-se necessário um sistema de expansão industrial para promover o aperfeiçoamento da capacidade gerencial, a difusão de conhecimento e de técnicas e fornecer assistência técnica para a transferência de **know-how** e para a eliminação de processos tecnológicos já ultrapassados.

Em relação ao crédito bancário, a questão não é, apenas, da segurança e da garantia real que essas pequenas unidades podem oferecer. Duas outras questões não podem ser esquecidas:

A primeira, é que a dimensão das operações das pequenas e médias empresas significa, para os bancos, custos administrativos mais altos. É indiscutível que, nas economias em desenvolvimento, as pequenas empresas só conseguem financiamento em condições muito onerosas.

A segunda, é o fato de, como já foi mencionado até agora, os bancos de investimento, no Brasil, ainda não terem adquirido consciência de que a sua missão não se limita à mobilização de capital, mas inclui, também, desenvolver o talento empresarial nacional.

Para que as pequenas e médias empresas possam funcionar como instrumento mobilizador do talento empresarial genuinamente nacional, faz-se absolutamente necessário: **a)** aumentar a disponibilidade de capital de risco; **b)** induzir os bancos de desenvolvimento e de investimento a julgarem as potencialidades dessas pequenas unidades com base na viabilidade da idéia proposta, nas perspectivas de desenvolvimento do mercado, na eficiência da capacidade empresarial e na competência gerencial.

Em quarto lugar, seria da mais alta importância rever os mecanismos de incentivos fiscais no sentido de reforçar a sua ação como instrumento de capitalização das empresas nacionais e de estímulo ao talento empresarial genuinamente nacional e à inovação.

Finalmente, é preciso compreender que o simples desejo de lucro, por si só, não é bastante para provocar e sustentar um vigoroso movimento empresarial. É necessário que esse desejo seja reforçado pela crença de que o empresário está servindo a uma causa de grande significação e que o ambiente social seja favorável a atitudes que induzam os indivíduos a assumir riscos.

Vale recordar que foi uma fé quase religiosa na democracia e na livre empresa que sustentou o esforço e a confiança dos empresários americanos e que o nacionalismo tem provado ser uma extraordinária fonte de energia alimentadora do esforço empresarial nos Estados Unidos da América, na Alemanha e no Japão.

O grau de aprovação social com que conta a atividade empresarial afeta favoravelmente o seu volume e a sua qualidade. A falta de prestígio das atividades empresariais e comerciais é, sem dúvida, um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Os sucessos, o poder e a importância da classe empresarial nacional devem ser prestigiados pela opinião pública.

Um dos objetivos deste estudo foi demonstrar que os interesses mercantis do Império Britânico solidamente estabelecido no País e explorando a ignorância e o egoísmo da aristocracia rural reprimiram, de forma enérgica e violenta, a capacidade empresarial brasileira.

Aos empresários nacionais não faltaram, apenas, medidas protetoras contra a concorrência da indústria estrangeira, nem um sistema de crédito industrial, mas, sobretudo, condições favoráveis à materialização de suas idéias ou para que suas iniciativas progredissem e se afirmassem. Qualquer iniciativa fora da agricultura era esmagada ou em nome dos interesses dos consumidores, ou porque perturbavam as nossas relações internacionais, ou ainda, porque desviavam o Brasil do seu "destino evidente": ser um País essencialmente agrícola.

Não seria justo dizer que esse quadro não sofreu qualquer alteração nos últimos vinte anos. Da mesma forma que seria exagerado otimismo reconhecer que a situação existente é inteiramente favorável ao desenvolvimento de um rigoroso movimento empresarial genuinamente nacional.

A começar pela negação da existência de talento empresarial capaz de conduzir o processo de desenvolvimento. A partir dessa visão pessimista, vale enfatizar: a ação das empresas estrangeiras não está sendo complementar, mas substitutiva. A esse pessimismo, junta-se um clima de desconfiança e de reserva contra as intenções dos empresários.

Outra demonstração da falta de aprovação social para as atividades empresariais são os movimentos periódicos de mobilização da opinião pública contra os empresários com o objetivo de esconder as verdadeiras causas da inflação. Quase sempre, tais movimentos constituem o ponto



culminante de uma crise resultante da falta de planejamento, da improvisação e de medidas contraditórias na formulação da política econômica. No final, os gestores dessa política não hesitam em sacrificar os objetivos de produção aos interesses dos consumidores. Continuamos sendo um País **consumidor!**

É de toda conveniência restabelecer a confiança no espírito empresarial brasileiro. Para tanto, seria recomendável a organização de um processo de divulgação dos êxitos da classe empresarial brasileira a fim de tornar conhecida a sua competência, para que tais exemplos sirvam de estímulo a novas capacidades latentes, e com vistas à valorização popular da empresa brasileira.

## VI — CONCLUSÕES

O desenvolvimento econômico não é um simples processo de acumulação de capital. Ao contrário, é um complexo processo de profundas transformações em todas as atividades econômicas e sociais, no qual a formação de capital é uma das causas básicas. As outras duas são: a melhoria da qualidade dos recursos humanos e a introdução de inovações tecnológicas.

Como melhoria da qualidade dos recursos humanos entendem-se as transformações qualitativas na estrutura da força de trabalho e a melhoria do talento e da acuidade da classe empresarial. E as inovações tecnológicas ocorrem através da introdução de novos produtos, de novos processos de produção e de novas técnicas de administração e gerência.

As políticas de desenvolvimento econômico concentram-se na acumulação de capital fixo e não consideram as atividades verdadeiramente básicas e essenciais: o aperfeiçoamento da capacidade empresarial, a expansão do trabalho qualificado e o incremento do conhecimento técnico e científico. De um modo geral os planos de desenvolvimento não consideram o aperfeiçoamento das capacidades dos membros da população para exercer atividades promotoras do desenvolvimento, nem se preocupam em estimular a capacidade empresarial nacional, ou melhorar a qualidade da força de trabalho ou aumentar o nível de conhecimento técnico e científico.

Como afirma Peter Kilby, "in modern growth theory, any contribution of entrepreneurship is typically contained in a catch — all residual factor. This latter residual, variously termed "technical Change" or "coefficient of ignorance", includes, among other things, technology, education, institutional organization, and entrepreneurship". (146)

(146) Peter Kilby — "Entrepreneurship and Economic Development". New York, The Free Press, 1971, pág. 2.

A principal preocupação deste estudo foi demonstrar que, em nenhum momento da nossa história, faltou capacidade empresarial a este País. A verdade é que o talento empresarial nacional sempre esteve reprimido por pressões externas e pelos interesses da aristocracia rural. Basta lembrar que, ainda nos primeiros anos da década cinquentista, um Ministro da Fazenda afirmava na Federação das Indústrias de São Paulo "que não eram bem vistas no exterior as ambições brasileiras de industrialização". (147) Não muito antes, outro Ministro da Fazenda defendia que o destino econômico do Brasil, País essencialmente agrícola, estava em intensificar a exportação de matérias-primas e gêneros alimentícios e a importação de artigos manufaturados e alimentos industrializados! (148)

A despeito disso, a classe empresarial brasileira não se subjugou aos interesses coloniais de Portugal, nem se cansou de lutar para manter-se em situação de dignidade social e econômica perante a aristocracia rural e o capital estrangeiro, nem de expressar a sua inconformidade com a nossa situação de País consumidor.

Durante a fase de substituição de importações, faltou ao empresário nacional ajuda para vencer a fase de transição da pequena unidade produtiva para a produção em grande escala, nem lhe foi permitido o acesso às informações que pudessem atrair a sua atenção e estimular a sua acuidade empresarial.

A terceira conclusão é de que, desde o extraordinário exemplo do Intendente Câmara, o Brasil não se ressentiu da falta de empresários, mas de competência gerencial. Mais grave do que a debilidade financeira, é a falta de experiência na administração de unidades de produção em grande escala e a falta de qualificação para administrar grande volume de recursos físicos e grande número de homens.

Alguns estudos em outros países confirmam que capacidade empresarial não constitui problema para os países em desenvolvimento. Peter Kilby (149) é de opinião que se deve rejeitar as teorias da presença binária ou da ausência de capacidade empresarial e concluiu também que "the various activities required of the industrial entrepreneur are individually reinforced or impeded by prior techno-economic traditions and social structure factors... in late modernizing economics, the critical entrepreneurial inputs are related to achieving and maintaining efficient production, in contra-distinction to innovation or marketing activities".

Esse mesmo autor relaciona nove estudos do problema de capacidade empresarial na Ásia, África e América Latina, e, em nenhum deles, menciona-se a escassez de capacidade empresarial. Quatro concluíram

(147) Marcos Gasparian — "O Industrial" — São Paulo, Livraria Martins Editora, 1973, pág. 70.

(148) Ver nota 113, Capítulo IV.

(149) Peter Kilby — op. cit., págs. 29 e 30.

que o principal ponto de estrangulamento do desenvolvimento industrial encontra-se na área de tecnologia e gerência; um mencionou a eficiência gerencial, e outro engenharia industrial e aperfeiçoamento tecnológico.

O capital estrangeiro e a empresa estrangeira revelaram ser eficientes na transferência de capital, de novos processos e de novas técnicas de produção e, por força de Lei de nacionalização do trabalho, na elevação do nível de qualificação da mão-de-obra nacional. Mas, não revelaram a mesma eficiência no que se refere às qualificações do empresário nacional, isto é, no aprimoramento da atividade empresarial genuinamente nacional.

Considerando que um país só pode alcançar a maturidade econômica quando uma cadeia de atividades econômicas diversificada e multifuncional se desenvolve em mãos de empresários nacionais, como estimular o volume e a intensidade da atividade empresarial nacional? Recomendou-se o seguinte:

- 1) concentrar esforços para reduzir o **gap** educacional e cultural entre os empresários estrangeiros e os nacionais, para impedir que o empresário estrangeiro permaneça isolado;
- 2) estender à administração das empresas estrangeiras a política de nacionalização do trabalho, com o que se ampliariam as possibilidades de o empresário nacional adquirir melhor experiência administrativa, absorver novas técnicas de administração e gerência e melhor integrar a empresa estrangeira nos objetivos nacionais;
- 3) os bancos de investimento devem compreender que, mais importante do que o financiamento, é a orientação e a assistência técnica nas questões administrativas e gerenciais. A eles cabe um importante papel na melhoria dos métodos administrativos das empresas brasileiras. Simultaneamente com a mobilização de capital, cabe-lhes desenvolver o talento empresarial nacional;
- 4) o fomento ao desenvolvimento da pequena e média empresa é a maneira mais eficiente de estimular o talento empresarial nacional;
- 5) rever os mecanismos de incentivos fiscais no sentido de reforçar a sua ação como instrumento de capitalização das empresas nacionais e de estímulo ao talento empresarial genuinamente nacional e à inovação;
- 6) a falta de prestígio das atividades empresariais é, sem dúvida, um obstáculo ao desenvolvimento econômico. É fundamental que o ambiente social seja favorável a atitudes que induzam os indivíduos a assumir riscos.